

ÍNDICE

1.	Mensagem do Presidente do Conselho de Administração	6
2.	Principais Indicadores	12
3.	Moza Banco	16
4.	Principais Eventos em 2017	20
5.	Estrutura Accionista e Órgãos Sociais	17
6.	Visão, Missão e Estratégia	32
7.	Responsabilidade Social	36
8.	Enquadramento Macroeconómico	42
9.	Actividades de Suporte ao Negócio	56
10.	Gestão de Risco	74
11.	Análise Financeira	80
12.	Proposta de Aplicação de Resultados	100
13.	Demonstrações Financeiras	104
14.	Relatório dos Auditores Independentes e Parecer do Conselho Fiscal	172



O reconhecimento do valor.

O Moza Banco foi distinguido pela prestigiada publicação financeira, a Banker Africa, com o prémio “Most Improved Bank”, em reconhecimento à estratégia e resultados alcançados no processo de recuperação do banco. Aos nossos Clientes, Colaboradores e Accionistas o nosso muito obrigado!

O valor é teu.

MOZA

MOZA
O valor é teu.



1.

Mensagem do Presidente do Conselho de Administração

—
Presidente do Conselho de Administração
Dr. João Figueiredo



1. Mensagem do Presidente do Conselho de Administração

Senhores Accionistas, Clientes, Colaboradores e *Stakeholders* em geral,

O ano de 2017 foi de grandes desafios e superação a todos os níveis: O País atravessou um período de forte contracção económica com reflexo directo nas vidas das empresas e das pessoas.

Como é natural, esta conjuntura, fez-se também sentir na nossa actividade. E é precisamente, nesta conjuntura económica, marcada por alguma incerteza, num ambiente de altas taxas de juro, de crescimento da dívida pública interna e de contracção do crédito à economia, entre outros, que o Moza Banco teve que procurar soluções para a profunda crise que internamente vivia desde 2016.

Foi, de facto, um enorme desafio. Um desafio que abraçamos com sentido de elevada responsabilidade para com o Sistema Financeiro, para com o Mercado e para com o País.

Trabalhamos arduamente, na condução do processo de recapitalização do Banco, tendo como principal objectivo a estabilização da sua situação financeira e prudencial, por forma a poder assim resgatar e reforçar a confiança do Mercado, dos Depositantes, Autoridades e demais *Stakeholders* da Instituição.

E podemos afirmar com toda a convicção que para o Moza, o ano 2017 ficará marcado como o ano da refundação e reestruturação financeira da nossa Instituição!

O ano em que o Banco viu a sua estrutura económica e financeira reequilibrada, por força do sucesso da operação de recapitalização e do saneamento que ditou o fim da intervenção do Banco de Moçambique no Moza no dia 28 de Julho de 2017.

Um ano em que os Clientes viram reforçada a solidez do Banco e reiteraram a sua confiança na Instituição, por via da concretização da operação de recapitalização do Banco através de um aumento de capital de MZN 8.170 Milhões efectuado em Junho de 2017, que trouxe um novo investidor nacional de referência na estrutura accionista do Banco “a Kuhanha”. Adicionalmente, em Dezembro de 2017, os accionistas do Banco realizaram mais uma operação de reforço do capital social no montante de MZN 3.542 Milhões, reforçando a confiança na viabilidade a longo prazo da actividade do Banco, assegurando deste modo a implementação do Plano Estratégico 2017 - 2021.

Os níveis actuais dos rácios prudenciais apresentados pelo Moza Banco demonstram que o Banco detém um dos melhores índices de capitalização do sector bancário nacional. A 31 de Dezembro de 2017, o rácio de solvabilidade do Banco atingiu 23,46%, níveis bastante acima dos requisitos impostos pelo Regulador (9,0%), e dos valores médios apresentados pelo mercado.

Por outro lado, no exercício em apreço, definimos como prioridade de acção comercial, a recuperação e aumento dos níveis de confiança dos nossos Clientes. Neste contexto, efectuamos um intenso trabalho de mobilização de todos os colaboradores do Banco em geral, e das equipas comerciais em particular com vista a garantir o compromisso e a confiança de todos colaboradores para o alcance dos objectivos definidos pelo Banco.

O Moza tem uma rede de distribuição composta por 53 agências bancárias, 109 ATM's, 3.094 POS's, contando actualmente com 732 colaboradores, sublinhe-se maioritariamente jovem, o que nos assegura que o Banco manterá a sua vocação pela excelência, inovação e competitividade.

O Cliente está no centro do nosso modelo de negócio, por isso, assumimos em 2017 um nova abordagem e um novo ADN, o ADN de um Banco Relacional, que procura compreender as necessidades dos Clientes, responder com

soluções inovadoras e construir relações de confiança a longo prazo. Para o efeito, reforçamos a componente de comunicação com o Cliente através da realização de inquéritos de satisfação e difusão dos nossos canais de comunicação.

Em resultado desta estratégia, verificou-se um assinalável crescimento dos depósitos de clientes, +11,8% do que o registado em igual período do ano transacto, reflectindo-se na melhoria do rácio de transformação do Banco. Esta evolução espelha inequivocamente a gradual retoma dos níveis de confiança dos nossos Clientes.

Por outro lado, ainda no ano em análise, implementamos algumas medidas conducentes a optimização dos processos internos e da estrutura de negócios, de maior controlo e racionalização de custos, tendo por objectivo garantir, de forma sustentada, a recuperação da eficiência operacional, em alinhamento com os objectivos plasmados no Plano Estratégico 2017-2021.

Como consequência, observou-se uma melhoria significativa dos índices de rentabilidade e eficiência comparativamente ao período homólogo de 2016. A rentabilidade de capitais próprios (ROE) e rentabilidade dos activos (ROA) situaram-se em 16,9% negativos (2016: 211,3% negativos) e 5,5% negativos (2016: 19,0% negativos), respectivamente.

O rácio *cost-to-income* atingiu 105%, abaixo dos 549% registados em igual período de 2016, reflectindo o efeito positivo das medidas tendentes à redução de custos e incremento do produto bancário.

O resultado líquido apurado, que embora negativo em MZN 1.459 Milhões, é bastante inferior ao registado em 2016 (MZN 5.268 Milhões negativo), e apresenta-se em linha com os resultados preconizados no Plano Estratégico 2017-2021.

Apesar dos elevados níveis de provisionamento e de cobertura da carteira de crédito do Banco registados em finais de 2016, em 2017, foi ainda necessário prosseguir com um esforço adicional de reforço significativo de cobertura do crédito a clientes, reflectindo os efeitos de desaceleração da actividade económica, estando neste momento o rácio de cobertura do crédito vencido por imparidades em 171% (2016: 132%). Esta evolução, demonstra o nosso compromisso em garantir níveis adequados de cobertura dos activos, em linha com a política conservadora, prudente e profissional de gestão de risco definida pelo Conselho de Administração do Banco.

A implementação do Plano Estratégico aprovado pelos accionistas para o período 2017-2021 permitiu reforçar o nosso posicionamento estratégico e comercial. Ao longo do ano de 2017, em resultado das estratégias implementadas, consolidamos o posicionamento do Banco no sistema financeiro Moçambicano, encontrando-se no Top 5 dos maiores Banco a operar em Moçambique, com uma quota de mercado significativa em Activos (4,97%), Crédito (7,42%) e Depósitos (4,74%).

Ao nível da responsabilidade social, continuamos a afirmar o nosso compromisso com a sociedade através de apoio a projectos de pesquisa e conhecimento, promoção de educação financeira e participação de colaboradores voluntários em iniciativas de cariz social. A promoção da saúde e bem-estar e do desporto são também áreas importantes na nossa política de responsabilidade social.

2017 foi um ano chave no quadro do processo de construção, reorganização e preparação do Banco com rumo ao futuro.

Apesar da perspectiva de uma conjuntura económica difícil caracterizada pela manutenção de um clima de austeridade e procura de equilíbrio orçamental por parte do Governo, **definimos 2018 como o ano do relançamento do Moza.**



Um ano, no qual se pretende consolidar a nossa recuperação, e continuar o nosso trajecto mantendo a dinâmica de crescimento em linha com a estratégia definida pelos accionistas.

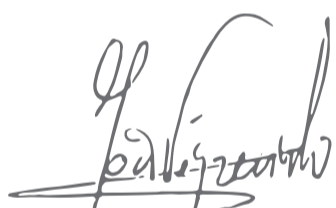
Um ano, em que actuando em harmonia com o quadro legal e regulamentar vigente, pretendemos evoluir em linha com as melhores práticas e índices de actividade para o sector a nível internacional.

É nossa ambição, crescer no número de Clientes, aumentar os níveis de negócio, e sobretudo aprofundar a nossa relação com os Clientes, pois entendemos que criar uma relação forte e consolidada com o Cliente é, para além da criação dos laços de fidelização, sinónimo de um incremento transaccional. Portanto, um ano em que iremos dar, ainda mais, corpo ao nosso ADN relacional, inspirando-nos no Cliente no que será a essência e a matriz da nossa actividade.

Ao nível dos recursos humanos, iremos, por um lado, continuar a promover uma política de valorização dos nossos Quadros através de uma atenção especial no que concerne à Formação, mas também promover e incentivar as progressões nas carreiras com base em critérios que privilegiem a meritocracia.

Para terminar, e em nome do Conselho de Administração do Moza, gostaria de manifestar o nosso reconhecimento e agradecimento a todos aqueles que têm contribuído para o regaste da confiança e reafirmação do Banco no mercado, em especial aos Colaboradores pela forma empenhada, profissional e competente como têm conduzido a sua missão, aos nossos Clientes por manterem a confiança mesmo nos momentos mais difíceis, aos nossos Accionistas pelo imenso suporte financeiro, e não só, no processo de recapitalização do Banco, e às Entidades de Supervisão e Governamentais por todo o apoio na condução do processo de estabilização do Banco.

A todos fica uma palavra de gratidão, mas também de compromisso e determinação para que, com muito trabalho, rigor e qualidade, sejamos capazes de recolocar o Moza Banco como uma instituição de referência no panorama do Sistema Financeiro Nacional.



Presidente do Conselho de Administração
Dr. João Figueiredo



2.

Principais Indicadores



2.1. Principais indicadores

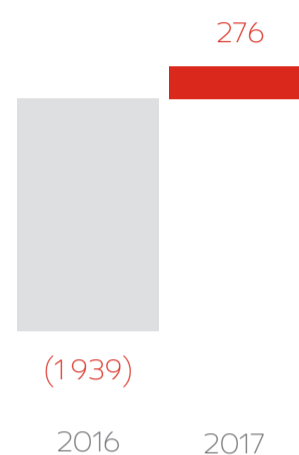
	MZN'000		
PRINCIPAIS INDICADORES	2016	2017	Var. % 2017 - 2016
BALANÇO			
Activos Totais	27 672 824	26 675 998	(3,6%)
Crédito a Clientes (Líquido) ¹	17 146 038	15 281 038	(10,9%)
Recursos de Clientes	16 058 310	17 960 107	11,8%
Capital Social	2 129 200	13 841 250	550,1%
RENDIBILIDADE			
Resultado Antes de Impostos	(5 440 634)	(1 457 316)	73,2%
Produto Bancário	524 310	2 467 330	370,6%
Rendibilidade dos Capitais Próprios (ROE)	(211,33%)	(16,85%)	194,4 pp
Rendibilidade do Activo (ROA)	(19,04%)	(5,47%)	13,5 pp
POSICIONAMENTO COMPETITIVO*			
Quota de mercado no Crédito a Clientes	6,75%	7,42%	0,67 pp
Quota de mercado em Depósitos	4,52%	4,74%	0,22 pp
Quota de mercado em Activos	5,04%	4,97%	(0,06 pp)
SOLVABILIDADE			
Tier I	(19,40%)	19,96%	39,3 pp
Rácio de Solvabilidade - Moza Banco	(98,88%)	23,46%	122,3 pp
Rácio de Solvabilidade - Requerido pelo Regulador (Mínimo)	8,00%	9,00%	1 pp
LIQUIDEZ			
Carteira Elegível para Operações de Mercado Monetário Interbancário (MMI)	3 490 729	3 780 874	8,3%
Rácio de Transformação (Crédito/Depósitos)	119%	101%	(17,6 pp)
QUALIDADE DOS ACTIVOS			
Crédito Vencido Total	1 501 812	1 723 065	14,7%
Imparidade do Crédito	1 980 050	2 947 332	48,9%
Crédito Vencido >90 dias/Crédito a Clientes	4,64%	9,04%	4,4 pp
Imparidade do Crédito/Crédito Vencido > 90 dias	226%	185%	(41,0 pp)
Imparidade do Crédito /Crédito Vencido Total	132%	171%	39,2 pp
Imparidade do Crédito /Crédito a Clientes	10,48%	16,72%	6,2 pp
EFICIÊNCIA			
Custos Operacionais	2 462 983	2 191 028	(11,0%)
FSE	1 457 960	1 247 995	(14,4%)
RH	1 005 023	943 033	(6,2%)
Custos Operativos/Activos Totais (%)	8,9%	8,2%	(0,6 pp)
Cost-to-Income ²	469,8%	88,8%	(380 pp)
FSE/Produto Bancário	191,7%	38,2%	(153 pp)
RH/Produto Bancário	278,1%	50,6%	(227 pp)
INDICADORES DE NEGÓCIO			
Agências Bancárias	55	53	(3,6%)
Nº de ATMs	108	109	0,9%
Nº de POS	2 623	3 094	18,0%
Nº de Colaboradores no final do Período	731	732	0,1%
Nº de Clientes	102 877	116 105	12,9%
Nº de Cartões na Rede	82 430	89 489	8,6%

* Fonte: Informação estatística do Banco de Moçambique, Dezembro de 2017
¹ Carteira de crédito deduzido das imparidades
² Não inclui amortizações

2.2. Principais destaques

RENDIBILIDADE

Resultados Bruto de Exploração
(Milhões de MZN)

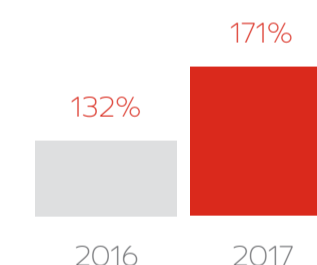


Resultado Operacional
(Milhões de MZN)

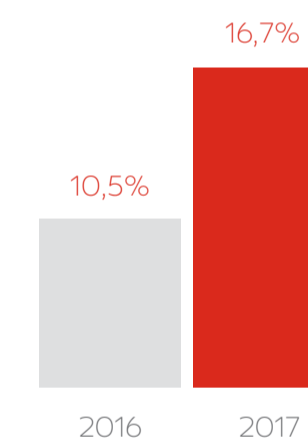


QUALIDADE DOS ACTIVOS

Imparidade de crédito / Crédito vencido total

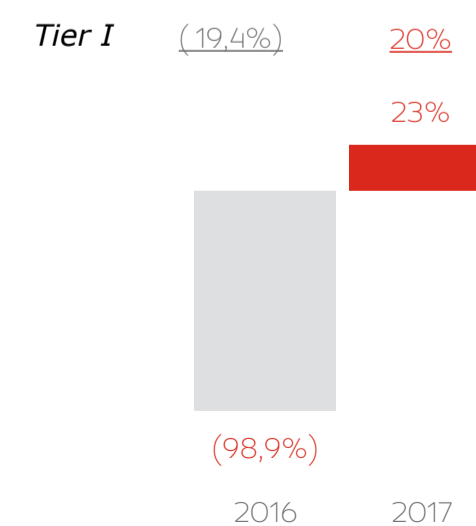


Imparidade de crédito / Crédito total

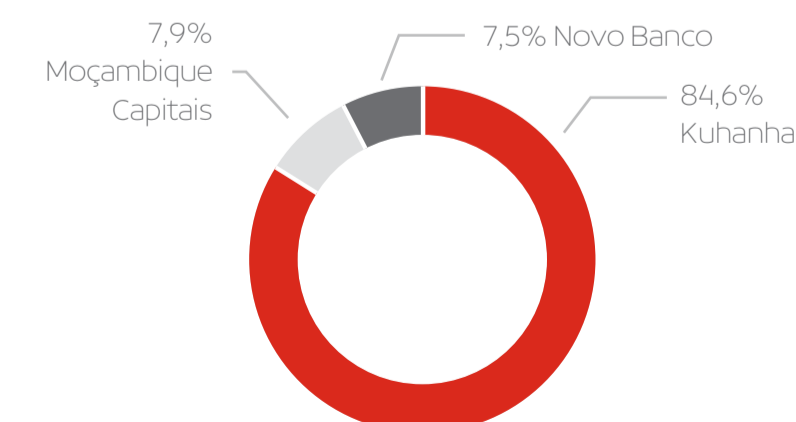


CAPITAL E SOLIDEZ

Rácio de Solvabilidade



Estrutura Accionista
pós aumento de Capital Social



3.

Moza Banco



3. Moza Banco

O Moza Banco, S.A. (doravante designado como Moza Banco, Moza ou Banco) é um Banco comercial privado, que opera no mercado Moçambicano desde Junho de 2008, que presta serviços bancários ao longo de todo o País, com base numa rede de 53 agências bancárias (3ª maior rede de agências no sistema bancário moçambicano), oferecendo produtos e serviços aos Clientes de diferentes segmentos.

Em 2017, um novo investidor nacional, a Kuhanha, passou a integrar a estrutura accionista do Banco, em resultado do sucesso da operação de recapitalização que ditou, no dia 28 de Julho de 2017, o fim da intervenção do Banco de Moçambique no Moza. Actualmente, o Banco tem como accionistas a Kuhanha - Sociedade Gestora do Fundo de Pensões do Banco de Moçambique, Moçambique Capitais, S.A., Novo Banco África S.G.P.S, S.A. (Banco Português) e Dr. António Almeida Matos.

O ano de 2017 ficará para sempre marcado na história da instituição como o ano de início de uma nova fase do Banco, o ciclo da refundação do Banco, em que foram lançadas as bases para o crescimento sustentável e de elevada qualidade do modelo de negócio do Moza.

O Moza Banco é hoje uma Instituição capitalizada, estruturalmente sólida, cumpridora dos rácios prudenciais, segura para os seus depositantes, e com elevados índices de resiliência numa eventual situação de stress de mercado.

Com a aprovação por parte dos seus accionistas, em Junho de 2017, do Plano Estratégico para o próximo quinquénio (2017-2021), o Moza garantiu a manutenção do seu posicionamento competitivo no mercado, encontrando-se actualmente no top 5 dos maiores Bancos a operar em Moçambique, com quotas de mercado em Activos de 4,97%, Crédito 7,42% e Depósitos 4,74%.

De realçar que o Plano Estratégico foi apresentado pela Kuhanha, no âmbito do processo de recapitalização do Banco, tendo o mesmo sido avaliado pelo Banco de Moçambique, e aprovado pelos accionistas do Banco em Assembleia Geral Extraordinária.

▶ “O ano de 2017 ficará para sempre marcado na história da instituição como o ano de início de uma nova fase do Banco, o ciclo da refundação do Banco, em que foram lançadas as bases para o crescimento sustentável e de elevada qualidade do modelo de negócio do Moza.”

Principais Marcos Históricos

2010

Em 2010, a KPMG considerou o Moza Banco como a instituição financeira com o crescimento mais rápido em Moçambique em termos de volume de negócios;

2011

Em 2011, o Banco Espírito Santo África (BES África), actual Novo Banco África, integrou a estrutura accionista do Moza com 25,1% do capital social, tendo a Moçambique Capitais (accionista fundador) mantido a sua posição de principal accionista, com 51%. Ainda em 2011, a revista prestigiada e de renome, “*The Banker*”, classificou o Moza Banco como o quinto Banco em África com o mais rápido crescimento em relação aos activos;

2013

Em 2013, o accionista BES África (actual Novo Banco África) procedeu à aquisição de mais 23,9% do capital social do Moza, passando a deter 49% e foi aprovado um Plano Estratégico de 5 anos com objectivo de expansão do Moza Banco para um lugar cimeiro no sistema financeiro Moçambicano. O Plano aprovado assentava em 4 blocos principais, assegurar a excelência no serviço, posicionamento gradualmente universal, posição cimeira e rentabilidade alinhada ao mercado;

2014

Em 2014, a prestigiada publicação “*Global Banking and Finance Review*” premiou o Moza como o Banco comercial a operar em Moçambique com o mais rápido crescimento no ano de 2014;

2015

No início de 2015, a prestigiada revista, *Banker Africa*, considerou o Moza como o Banco mais inovador da África Austral. O Banco assegurou a total cobertura nacional, estando presente em todas as províncias de Moçambique com um total de 45 Agências Bancárias, uma rede de 83 ATM's e 1.587 POS, com 56.692 cartões (débito e crédito) e um total de 74.567 Clientes.

Em finais de 2015 o Banco, fruto da conjuntura e de um desempenho económico adverso, apresenta os primeiros sinais de menor estabilidade da sua performance económica e financeira;

2016

Em Setembro de 2016, em resultado da contínua degradação dos indicadores económicos, financeiros e da situação prudencial do Banco, o Banco de Moçambique procedeu à intervenção no Moza Banco, com o objectivo de proteger os interesses dos depositantes e *stakeholders*, tendo designado um Conselho de Administração Provisório que empreendeu as acções necessárias tendentes à recuperação da actividade e resgate da confiança do Banco no sector e mercado;

2017

Em Junho de 2017, no âmbito do processo de recapitalização do Banco, a Kuhanha (Sociedade Gestora do Fundo de Pensões do Banco de Moçambique) passou a integrar a estrutura accionista do Banco, tendo injectado o capital de MZN 8.170 Milhões. De referir que após o aumento do capital, o Moza Banco restabeleceu os níveis de rácios prudenciais, tendo o regulador no dia 28 de Julho de 2017 determinado o fim das providências extraordinárias de saneamento impostas ao Moza Banco.

– De salientar que ao longo da “intervenção” o Banco nunca deixou de honrar e assumir todos os seus compromissos para com os Clientes, Fornecedores, Colaboradores e demais *Stakeholders*.

Ainda em Junho de 2017, os accionistas do Banco aprovaram a implementação do Plano Estratégico para o período 2017 - 2021.

Em Dezembro de 2017, os accionistas do Moza Banco realizaram mais uma operação de reforço do Capital Social no montante de MZN 3.542 Milhões, proporcionando assim uma maior resiliência e sustentabilidade ao modelo de negócio do Moza, em linha com o plasmado no Plano Estratégico 2017-2021.



4.
Principais
Eventos



4. Principais Eventos

O ano de 2017 foi marcado por um conjunto de marcos no âmbito do processo de recapitalização do Banco e de iniciativas visando o incremento da parceria entre o Moza e as mais diversas entidades Nacionais e Internacionais com o objectivo de reforçar a presença do Banco junto dos seus Clientes. Entre os vários eventos e acontecimentos destacam-se os seguintes:

JANEIRO

Realização da Assembleia Geral Extraordinária (AGE) de Accionistas que aprova o aumento de capital de MZN 8.170.000.000,00 (oito mil, cento e setenta Milhões de Meticals).

FEVEREIRO

Abertura da Agência Chicucuala, a primeira agência bancária naquele distrito da província de Gaza, em resultado do cumprimento da directiva do Banco de Moçambique (Aviso 01/GBM/2015), que estabelece o critério de que para três (3) novas agências bancárias que os Bancos pretendam abrir, uma (1) delas deverá ser condicionalmente num distrito desprovido de Instituições Bancárias, de entre vários locais seleccionados pelo Banco de Moçambique.

MAIO

Anúncio da Kuanha, Sociedade Gestora do Fundo de Pensões do Banco de Moçambique, como entidade seleccionada para proceder a recapitalização do Moza.

Breve Enquadramento:

No dia 5 de Dezembro de 2016, o Banco de Moçambique nomeou uma Comissão de Avaliação para conduzir o processo de recapitalização do Banco, sendo que a mesma era composta pelo Presidente do Conselho de Administração Provisório do Moza, um representante do Banco de Moçambique e outro do International Financial Corporation (IFC), uma entidade do Grupo Banco Mundial. Assim, em resultado do trabalho desenvolvido, a Kuanha foi a entidade seleccionada pelo Banco de Moçambique para proceder à recapitalização do Moza Banco no montante de MZN 8.170 Milhões.

JUNHO

Realização do aumento de capital social no valor de MZN 8.170.000.000, passando a estrutura accionista do Moza Banco a ter a seguinte composição: Kuanha (79,33%), Moçambique Capitais (10,54%) e Novo Banco Africa SGPS SA (10,13%).

Realização da Assembleia Geral de Accionistas na qual foram aprovados os novos órgãos sociais, assim como um novo plano estratégico de actuação no Mercado para o período 2017-2021. O evento marcou o final da intervenção do Banco de Moçambique no Moza, e o início de um novo ciclo na história do Moza.

NOVEMBRO

Realização da Assembleia Geral Extraordinária onde foi aprovado por unanimidade um novo aumento de capital de MZN 3.542.050.000,00 (aproximadamente 59 Milhões de Dólares Americanos), com vista a reforçar o posicionamento estratégico e comercial do Banco.

DEZEMBRO

Subscrição e realização do aumento de capital social, consolidando a posição do Moza Banco como o maior Banco em termos de capital social e um dos maiores em fundos próprios, passando a composição accionista do Banco a ser a seguinte: Kuanha (84,62%), Moçambique Capitais (7,85%) e Novo Banco Africa SGPS SA (7,54%).

Acontecimentos Subsequentes

ABERTURA DE DUAS NOVAS AGÊNCIAS BANCÁRIAS

Abertura, em Janeiro de 2018, de duas novas agências bancárias, nomeadamente, agência Lichinga, localizada na capital provincial do Niassa, e a Agência Dondo, na província de Sofala. Com a abertura de mais estas agências o Moza consolida o seu estatuto de Banco com a 3ª maior rede de Agências, contando actualmente com cerca de 55 Unidades de Negócio Bancárias distribuídas por todas as províncias do País.

ASSINATURA DE ACORDO COM O FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DE TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

No âmbito da política de Responsabilidade Social, o Moza rubricou, no dia 31 de Janeiro de 2018, um acordo de parceria com o Fundo de Desenvolvimento de Transportes e Comunicações (FTC), com vista a reforçar a capacidade de transporte público de passageiros nas principais cidades do País. O acordo, prevê igualmente que os autocarros passem a ostentar a marca e imagem do Moza, e que terá um abrangência nacional.

ASSINATURA DE MEMORANDO DE ENTENDIMENTO ENTRE A KUANHA E ARISE FUND

O accionista de referência do Moza Banco, a KUANHA SA, assinou um Memorando de Entendimento com a ARISE FUND, para a entrada deste investidor, líder no continente africano, no capital social do Moza, com uma posição minoritária na estrutura accionista.

Nos termos do acordo, é objectivo das partes promover um crescimento sustentável do Moza Banco visando a consolidação e crescimento da instituição no seio do sistema bancário Moçambicano, incrementado o seu contributo no desenvolvimento de Moçambique.

DISTINÇÃO COM O PRÉMIO “MOST IMPROVED BANK”

O Moza foi distinguido pela prestigiada publicação de especialidade na área financeira, a Banker Africa, com o prémio “Most Improved Bank”, no âmbito dos Southern Africa banking Awards 2018. O Prémio é em reconhecimento da acentuada recuperação dos indicadores financeiros e prudenciais do Banco, sustentado por uma estratégia eficaz de recapitalização.

▶ “O accionista de referência do Moza Banco, a KUANHA SA, assinou um Memorando de Entendimento com a ARISE FUND, para a entrada deste investidor, líder no continente africano, no capital social do Moza.”



5.

Estrutura
Accionista
e Órgãos
Sociais



5.1 Estrutura Accionista

Durante o ano de 2017, e no âmbito do processo de recapitalização do Moza Banco, registaram-se alterações na estrutura accionista do Banco, sendo de salientar, em particular, a entrada na estrutura accionista da Sociedade Gestora do Fundo de Pensões do Banco de Moçambique (Kuhanha).

OPERAÇÃO DE AUMENTO DO CAPITAL SOCIAL

No dia 23 de Janeiro de 2017, a Assembleia Geral de Accionistas do Moza aprovou um aumento do capital social da Instituição no montante de MZN 8.170.000.000,00 (oito mil, cento e setenta Milhões de Meticais), visando assegurar o cumprimento dos rácios prudenciais.

Em Junho de 2017, em resultado do processo de recapitalização do Banco e em cumprimento à deliberação da Assembleia Geral de 23 de Janeiro de 2017, um novo investidor nacional, a Kuhanha, passou a integrar a estrutura accionista do Banco, tendo injectado o capital de MZN 8.170.000.000,00, traduzindo-se no início de uma nova fase, o ciclo de refundação e revitalização do Moza.

Com a operação do aumento do capital, a Kuhanha passou a deter 79,33% da sociedade, a Moçambique Capitais 10,54% e o Novo Banco 10,13%.

Adicionalmente, para assegurar o cumprimento dos rácios prudenciais face às recentes exigências por parte do Banco Central e também como demonstração de credibilidade perante os Clientes e os mercados financeiros, com enfoque na viabilidade a longo prazo da actividade do Banco, os accionistas do Moza Banco realizaram mais uma operação de reforço do capital social no montante de MZN 3.542.050.000,00 em conformidade com a deliberação da Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 6 de Novembro de 2017.

De salientar que as operações de aumento do capital social do Moza Banco observadas ao longo de 2017 integram-se dentro do processo de recapitalização do Banco e visam assegurar a implementação do Plano Estratégico (2017 - 2021) aprovado pelos accionistas, permitindo ao Banco reforçar o seu posicionamento estratégico e comercial, mantendo um compromisso com o desenvolvimento do sistema financeiro nacional em geral, e da economia moçambicana em particular, em conformidade com as melhores práticas internacionais de gestão prudencial e de risco.

▶ “...as operações de aumento do capital social do Moza Banco observadas ao longo de 2017 integram-se dentro do processo de recapitalização do Banco e visam assegurar a implementação do Plano Estratégico (2017 - 2021).”

ESTRUTURA ACCIONISTA

Após a realização das operações de aumento de capital, no montante global de MZN 11.712.050.000,00, o Moza Banco passou a ter um valor de capital social que ascende a MZN 13.841.250.000,00, o qual é representado por 553.650 acções totalmente subscritas e realizadas.

A actual estrutura accionista resultante das operações do aumento de capital passou a ser a seguinte:

Accionistas	Número de Acções	Valor Nominal (Em Meticais)	Percentagem do Capital
Kuhanha S.A	468.482	11.712.050.000,00	84,617%
Moçambique Capitais, S.A	43.435	1.085.875.000,00	7,845%
NB ÁFRICA, SGPS, SA	41.732	1.043.300.000,00	7,538%
António Matos	1	25.000,00	0,000%
Moza Banco	553.650	13.841.250.000,00	100%

No que respeita à distribuição geográfica, em 31 de Dezembro de 2017, destaca-se o peso dos Accionistas Moçambicanos, que representam 92,46% do número total de acções, evidenciando que o Moza continua a ser uma instituição financeira maioritariamente Moçambicana.

	Nº de acções (%)
Moçambique	92,46%
Portugal	7,54%
Total	100,00%

De referir que as operações de aumento de capital realizada ao longo de 2017 permitiram ao Moza Banco alcançar níveis de solidez financeira robustos, sendo os mesmos considerados adequados para cobrir os riscos actuais e futuros que a actividade do Banco possa vir a estar sujeita.

5.2 Órgãos Sociais e Modelo de Governação

ESTRUTURA ACCIONISTA

São órgãos sociais do Moza Banco a Assembleia Geral, o Conselho Fiscal, o Conselho de Administração e a Comissão Executiva. Os órgãos sociais do Moza são eleitos em Assembleia Geral de Accionistas, e os respectivos mandatos têm a duração de três anos.

É de realçar que o Moza Banco, na sequência da intervenção realizada em 30 de Setembro de 2016, esteve a ser gerido, até ao dia 28 de Julho de 2017, por um Conselho de Administração Executivo Provisório designado pelo Banco de Moçambique, cujo mandato visava a normalização da situação financeira e prudencial do Banco.

De referir que, após a primeira operação de aumento de capital no montante de MZN 8.170 Milhões, o Banco restabeleceu os níveis de rácios prudenciais tendo o regulador, no dia 28 de Julho de 2017, determinado o fim das providências extraordinárias de saneamento impostas ao Moza Banco e, na mesma data, os accionistas da Instituição em Assembleia Geral procederam à nomeação dos novos órgãos sociais para exercerem funções no triénio 2017/2019, passando o Banco a funcionar normalmente com órgãos próprios.



A 31 de Dezembro de 2017, a composição dos órgãos sociais do Moza Banco era a seguinte:

Assembleia Geral

Presidente - Lourenço Joaquim da Costa Rosário

Vice-Presidente - Maria Violante Jeremias Manuel

Secretária - Sara Mondego Marques

Conselho Fiscal

Presidente - Venâncio Matsotsombane Chirime

Vogal - Sarel Amosse Nhabinde

Vogal - Maria de Jesus Matola Langa

Suplente - Maria Lúcia Zacarias

Conselho de Administração

Presidente /CEO - João Filipe de Figueiredo Júnior

Vogal Executivo - Vítor Manuel Latas Brazão

Vogal Executivo - Manuel Duarte Emauz de Vasconcelos Guimarães

Vogal (Não Executivo) - Yasmin Meherji Patel

Vogal (Não Executivo) - Filipe Pedro Martin Ferreira

MODELO DE GOVERNAÇÃO

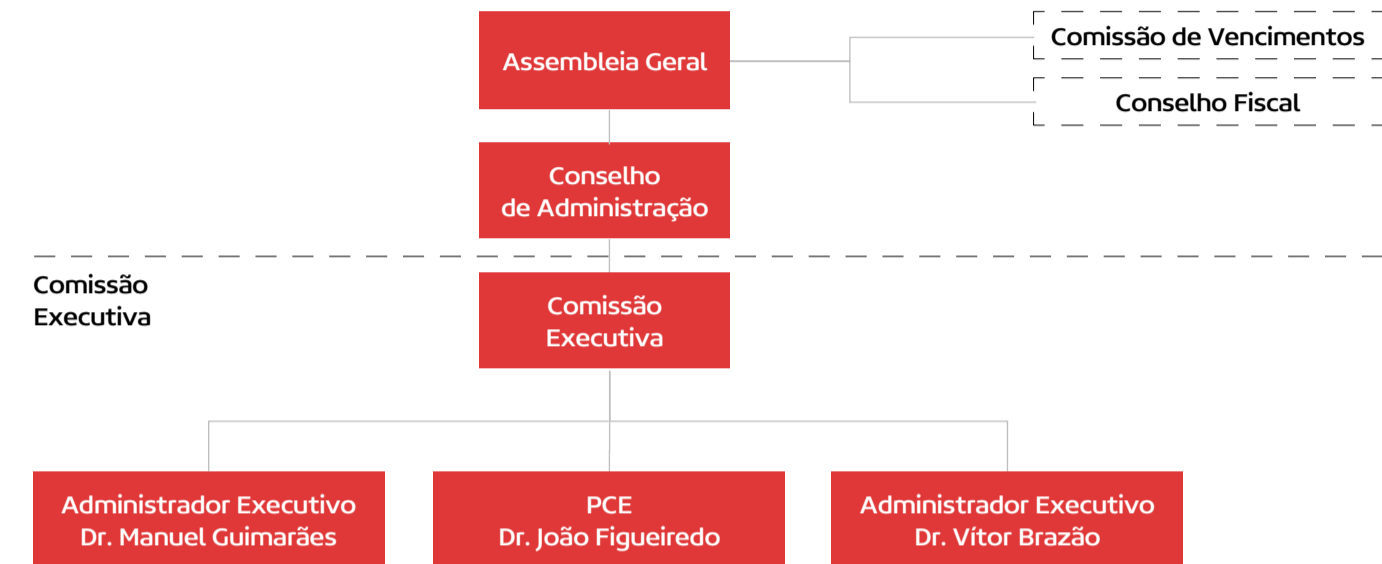
A Assembleia Geral é o órgão máximo da sociedade que representa a universalidade dos Accionistas, sendo que as suas deliberações são vinculativas para todos eles quando tomadas nos termos da lei e dos estatutos.

O Moza Banco adopta um modelo de governação em que a responsabilidade pela condução da sociedade está atribuída ao Conselho de Administração, o qual delega a gestão corrente da actividade na Comissão Executiva, cabendo a função de fiscalização ao Conselho Fiscal. Actualmente, o Presidente do Conselho de Administração (*Chairman*) mantém as funções de um executivo, presidindo igualmente à Comissão Executiva.

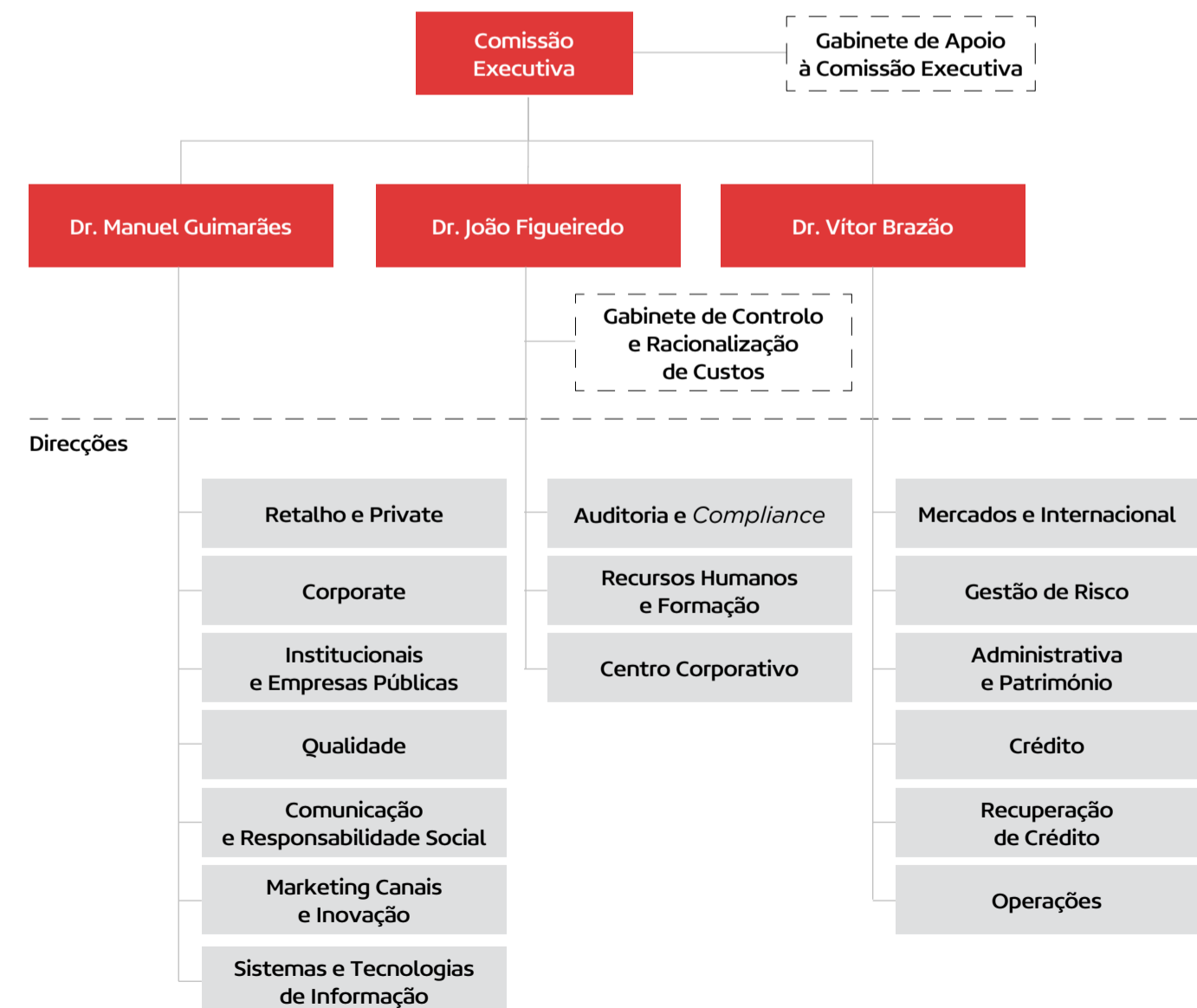
Adicionalmente, compete ao Conselho de Administração designar o Secretário da Sociedade, e a duração das suas funções coincide com o mandato do Conselho de Administração que o designar, e incumbe, entre outras actividades que lhe são atribuídas, orientar e apoiar os órgãos sociais do Banco em matérias de governação corporativa, legalidade e administrativa, para além do apoio às reuniões do Conselho de Administração e restantes órgãos sociais.

A Comissão de Vencimento tem funções consultivas em matéria de política de remuneração a aplicar aos órgãos sociais do Moza. De salientar que a política remuneratória dos membros dos órgãos da sociedade é anualmente revista.

A estrutura organizativa do Moza Banco, no final do exercício de 2017, apresentava-se da seguinte forma:



A repartição de competências e responsabilidades entre os membros da Comissão Executiva pelas diversas Direcções do Banco, é a seguinte:



AJUSTAMENTO AO NÍVEL ORGANIZACIONAL: ALTERAÇÕES RELEVANTES

Durante o segundo semestre de 2017, o Banco procedeu à alteração do seu modelo organizativo, tendo por objectivo tornar a instituição mais flexível e visando responder aos desafios actuais e futuros impostos pelo Plano Estratégico 2017 - 2021, com o intuito de obter uma maior optimização de processos e produtividade, racionalização e controlo de custos, optimização da rede de distribuição, criação de uma oferta focada e especializada, melhoria da qualidade dos activos do Banco através de redução da base de activos não produtivos e prestação de serviços de elevada qualidade aos Clientes.

Nessa perspectiva destaca-se a criação do Gabinete de Controlo e Racionalização de Custos, a Direcção de Qualidade, a Direcção de Recuperação de Crédito e Centro Corporativo (que incorpora a Direcção Financeira, Direcção Jurídica e o Secretariado Geral da Sociedade). Adicionalmente, foi ainda efectuada a cisão da Direcção de Risco e *Compliance*, dando origem à Direcção Gestão de Risco, e a unificação da função de Auditoria Interna com o *Compliance* (Direcção de Auditoria e *Compliance*).

Paralelamente, foi criado o Gabinete de Apoio à Comissão Executiva, composto por dois membros, sendo os mesmos responsáveis pela gestão directa da unidade orgânica adstrita ao Pelouro de um Administrador Executivo. A 31 de Dezembro de 2017, os membros do Gabinete de Apoio à Comissão Executiva eram responsáveis pela gestão directa das Direcções de Qualidade, Sistemas e Tecnologias de Informação, Gabinete de Racionalização e Controlo de Custos, Recursos Humanos, Crédito, Recuperação de Crédito e Operações.

A evolução da estrutura organizativa do Banco evidencia que o Moza Banco está preparado para enfrentar os novos desafios da economia, do nosso tecido empresarial e da sociedade em geral.

De forma a suportar e assessorar a gestão corrente do Banco de uma forma eficiente, a Comissão Executiva definiu a criação de alguns Comitês que, para além dos Administradores Executivos, integram de forma permanente vários Directores de primeira linha de reporte.

▶ “Durante o segundo semestre de 2017, o Banco procedeu à alteração do seu modelo organizativo, tendo por objectivo tornar a instituição mais flexível e visando responder aos desafios actuais e futuros impostos pelo Plano Estratégico 2017 - 2021...”

A 31 de Dezembro de 2017 o Banco apresentava os seguintes Comitês funcionais:

CONSELHO DE DIRECÇÃO

Órgão de carácter consultivo que tem como principal função apoiar a Comissão Executiva na avaliação do desempenho das actividades do Moza, procurando garantir o nível de cumprimento dos objectivos definidos e propor as devidas medidas estratégicas para o seu alcance. Este fórum congrega a totalidade da estrutura Directiva do Banco, promovendo a gestão participativa e alargada.

COMITÉ DE GESTÃO DE ACTIVOS E PASSIVOS (ALCO “ASSETS AND LIABILITIES COMMITTEE”)

Órgão de consulta da Comissão Executiva para a execução da política financeira definida para o Banco, sobre a forma de gestão integrada de activos e passivos, garantindo a implementação de acções no âmbito de normas e procedimentos visando a gestão efectiva dos riscos de mercado (cambial, variação de taxa de juro, *repricing*) e de liquidez. Desempenha um papel activo na elaboração de propostas de política de preços, baseada na atempada avaliação dos desenvolvimentos em matéria macroeconómica interna e externa.

COMITÉ DE RISCO

Órgão de carácter consultivo, com principal função de apoiar a Comissão Executiva na monitorização, avaliação e evolução do perfil integrado de risco do Banco. Tem como objectivo, propor políticas, processos e metodologias de avaliação, gestão e controlo das principais naturezas de risco inerentes ao desenvolvimento da actividade do Banco, quer risco financeiro quer não financeiro.

COMITÉ DE IT

Órgão de carácter consultivo, com principal função de monitorar os desenvolvimentos solicitados à Direcção de Sistema e Tecnologia de Informação (DSTI), fazendo o alinhamento da capacidade do IT com os pedidos de negócio, permitindo maior controle sobre os desenvolvimentos em curso. Tem como objectivo garantir que são atendidas as prioridades estratégicas do Banco em matéria de IT, fornecer ponto de situação e controlo das iniciativas em curso na DSTI, garantir o alinhamento entre iniciativas e visibilidade sobre o portfólio e ultrapassar barreiras na lógica da gestão corrente de IT (priorização).

CONSELHO DE CRÉDITO

Órgão de carácter consultivo, responsável por decidir as principais operações de crédito em que o Banco intervém, de acordo com as políticas de risco e de crédito definidas internamente pelo Banco.

▶ “A evolução da estrutura organizativa do Banco evidencia que o Moza Banco está preparado para enfrentar os novos desafios da economia, do nosso tecido empresarial e da sociedade em geral.”





6.
Visão, Missão
e Estratégia



6. Visão, Missão e Estratégia

VISÃO E MISSÃO

A visão do Moza Banco é de ser o Banco de referência em Moçambique na prestação de serviços financeiros de qualidade aos segmentos *Retail*, *Private*, *Corporate* e Institucional de acordo com os critérios de eficácia, eficiência e rentabilidade estabelecidos pelos seus accionistas e implementados pela sua gestão.

A sua missão consiste em providenciar produtos e serviços financeiros de alta qualidade e com elevados padrões de eficiência aos seus Clientes, alinhando as estratégias com vista a acrescentar valor para os mesmos, oferecendo produtos e serviços que vão ao encontro das suas necessidades.

Os nossos valores estão assentes no Saber, Rigor, Transparência, Orientação para o Cliente, Integridade, Ética, Inovação e Vanguarda.

ESTRATÉGIA

Em Junho de 2017, no âmbito da recapitalização do Moza, os accionistas do Banco apresentaram um novo Plano Estratégico para o período 2017 - 2021, consistindo o mesmo em duas fases, a implementar até 2021.

- Num primeiro estágio de ciclo, designada fase de ajustamento (2017 a 2018), a actuação do Banco será centrada na capacitação interna e numa cultura orientada para os objectivos comerciais e centrais, visando incrementar a produtividade através da optimização operacional.
- Num segundo estágio de ciclo, designada fase de crescimento (2019 a 2021), serão reflectidos os aspectos de melhoria dos níveis de serviço e qualidade com objectivo de assegurar a retenção e fidelização dos nossos Clientes e consequente rentabilidade associada.

De referir que a evolução e crescimento do Moza até 2021 será suportado por quatro pilares, nomeadamente:

- 1. Modelo relacional centrado no Cliente:** O Moza passará a ser uma instituição com uma nova abordagem e que irá assumir um novo ADN, o ADN de um “Banco Relacional”, inspirando-se no Cliente como o centro do seu posicionamento estratégico.
- 2. Oferta focada e especializada:** O Moza conceberá uma abordagem e uma oferta diferenciada em função dos diferentes segmentos de mercado.
- 3. Aposta na inovação e tecnologia:** A inovação e o uso de novas tecnologias deverão constituir uma aposta contínua na expansão da nossa actividade e no serviço ao Cliente.
- 4. Serviço de qualidade e excelência:** A Qualidade dos serviços irá constituir um pilar fundamental que deve nortear o desempenho do Banco. O desafio do Moza, a partir de agora, não passa apenas por servir bem, mas sim em encantar os Clientes, sendo essa a palavra de ordem do Banco.

O Moza Banco manterá a sua essência enquanto Banco Universal, com uma oferta diversificada e uma abordagem bem definidas a cada um dos seus segmentos privilegiando, por essa via, o uso da tecnologia adequada, os “canais de distribuição” que melhor se adequem à presença da instituição no mercado.

A implementação do Plano Estratégico no próximo quinquénio permitirá colocar de novo o Moza no lugar que lhe pertence, assumindo este um papel de relevo no panorama do sistema financeiro nacional.

O foco pela qualidade constituirá um factor de distinção do Banco e justificará a razão da opção dos Clientes.

A dimensão do Banco será uma consequência natural da orientação para a qualidade dos serviços prestados aos Clientes.

As principais actuações necessárias, no primeiro estágio do ciclo, para a implementação bem-sucedida do Plano Estratégico são:

- Investimento no capital humano;
- Redução de *outsourcing*;
- Aumento da produtividade (assegurar uma cultura assente no mérito e aplicar a directriz de promoção baseada no mérito profissional e realização de objectivos);
- Recuperação dos níveis de liquidez;
- Revitalização do programa de protocolos e parcerias institucionais;
- Optimização da actual rede de distribuição e canais;
- Medidas de redução de custos através da renegociação contratual com os diversos fornecedores;
- Redução da base de activos não produtivos;
- Melhoria da qualidade da carteira de crédito do Banco, sem prejuízo da constituição de adequados níveis de cobertura de crédito.

▶ “A visão do Moza Banco é de ser o Banco de referência em Moçambique na prestação de serviços financeiros de qualidade aos segmentos *Retail*, *Private*, *Corporate* e Institucional de acordo com os critérios de eficácia, eficiência e rentabilidade estabelecidos pelos seus accionistas e implementados pela sua gestão.”



7.
Responsabilidade
Social



7. Responsabilidade Social

7.1 Responsabilidade Social

Durante o ano de 2017, com o objectivo de nortear as práticas do Moza pelos preceitos da responsabilidade social, tornando-os parte de seu modelo de gestão, foram aprovadas as seguintes políticas:

POLÍTICA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL

A Comissão Executiva aprovou a Política de Responsabilidade Social do Moza Banco, um importante instrumento que estabelece as directrizes que orientam a incorporação das práticas de Responsabilidade Social na gestão do Banco, a qual engloba diversas acções voluntárias que visam promover um desenvolvimento benéfico entre o Banco, os seus colaboradores, comunidade e restantes *stakeholders*. Com a aprovação desta política, o Banco passou a dispor de um instrumento para orientar a construção de um relacionamento de excelência entre todas as partes interessadas, promovendo diálogo ético e transparente, considerando suas expectativas, necessidades, e os contextos social, cultural, económico, político e ambiental.

POLÍTICA DE VOLUNTARIADO MOZA

A Política de Voluntariado do Moza Banco – “Somos Voluntários”, estabelece as directrizes que orientam a participação dos colaboradores nas actividades de voluntariado e visa fortalecer o compromisso do Moza com a sociedade, através da acção directa dos seus profissionais, no âmbito da estratégia de sustentabilidade do Banco aumentando o orgulho dos seus profissionais em pertencerem ao mesmo motivando-os individualmente.

Importa referir que a Responsabilidade Social tem, desde sempre, constituído uma prioridade do Moza, enquanto instituição comprometida com o desenvolvimento social e económico sustentável de Moçambique. Este compromisso é evidenciado através das inúmeras acções, atitudes e iniciativas que temos vindo a implementar ou a apoiar neste domínio ao longo destes anos.

Durante o ano de 2017 destacam-se as seguintes iniciativas:

PÚBLICO EXTERNO

PROMOÇÃO DA POUPANÇA

Enquadrado nas comemorações do Dia Mundial da Poupança, o Moza levou a cabo junto da Escola Primária “A Luta Continua”, em Maputo, uma campanha de educação financeira voltada para a poupança. A campanha, parte do programa de literacia financeira do Moza, compreendeu um conjunto de actividades tais como a capacitação de professores em matérias de poupança, a formação de alunos em sala de aula, realização de palestras e um concurso de redacção sobre a Importância da Poupança. Os principais objectivos centravam-se na sensibilização das crianças e jovens estudantes sobre a importância da Poupança e elucidá-los sobre as diferentes formas de fazer poupança e promover a literacia financeira nesta faixa etária.

APOIO A PESQUISA E CONHECIMENTO

O Moza, no âmbito da sua responsabilidade social e corporativa, apoiou a edição do livro “25 anos de liberdade de Imprensa em Moçambique (1991-2016): História, Percurso e Percalços, da autoria do conceituado jornalista e escritor, Tomás Vieira Mário.

O apoio a esta publicação está associado ao reconhecimento do valor das artes e cultura e ao seu enorme contributo na transmissão de valores morais, conhecimento, hábitos e costumes.

PROJECTO MOZA SOLIDÁRIO APOIO AO INGC

Os colaboradores do Moza Banco, no âmbito do seu programa de voluntariado, efectuaram uma oferta monetária ao Instituto Nacional de Gestão das Calamidades (INGC) com vista a reforçar a capacidade de resposta desta instituição às situações de cheias, ciclones e desastres naturais que ciclicamente ocorrem em Moçambique.

INTERACÇÃO COM ALUNOS DA ESCOLA PORTUGUESA DE MAPUTO

O Moza recebeu nas suas instalações, em Maputo, alunos e professores do 10º ano (ensino secundário) da Escola Portuguesa de Maputo os quais tiveram a oportunidade de conhecer de perto parte das suas instalações, a sua organização, estrutura e funcionamento.

Com esta acção o Moza pretende reforçar a relação com a Comunidade e promover a literacia financeira nos jovens estimulando neles o interesse pela actividade bancária.

PÚBLICO INTERNO

A missão do Clube Moza é engajar os colaboradores através da criação e promoção de iniciativas e oferta de serviços que promovam o bem-estar e a harmonia agradável do indivíduo consigo mesmo, com seu corpo e tem impacto na relação empática, bem-sucedida, prazerosa dos colaboradores entre si.

Através do Clube Moza promovemos actividades desportivas, culturais e recreativas, bem como serviços essenciais de profundo interesse dos nossos colaboradores.

PRINCIPAIS PROJECTOS DESENVOLVIDOS EM 2017

DESPORTO

O Moza Banco participou da LIGA METICAL a maior prova que envolve instituições financeiras a nível nacional. O Clube Moza movimentou a participação de colaboradores em competições desportivas nas cidades da Beira, Maputo, Inhambane, Nampula e Tete nas modalidades de Futsal e Basquetebol registando-se com agrado e satisfação os resultados que foram alcançados quer no sector masculino quer feminino.

OPERAÇÃO BI NOVO

Este projecto visa proporcionar melhores condições aos nossos colaboradores, cônjuges e dependentes na aquisição do Bilhete de Identidade. Para o efeito trabalhamos em parceria com a Direcção Nacional de Identificação Civil (DNIC) a qual enviou uma Brigada móvel para a emissão dos Bilhetes de Identidade a qual atendeu 389 participantes inscritos na operação.



GALA CLUBE MOZA

A Gala Clube Moza é um momento exclusivo para apresentação das actividades realizadas pelo Clube durante o ano e consolidar parcerias com vista a proporcionar mais benefícios para o colaborador. É também um momento de festa e de interacção entre a Administração e os colaboradores. A Gala conseguiu divulgar uma mensagem de todos os colaboradores a nível nacional, o que permitiu expressar o desejo colectivo de reforçar a coesão interna alicerçada nos valores mais sublimes da instituição.

MEU ESPAÇO – MEU FUTURO

Este projecto tem em vista permitir que os colaboradores do Moza, por serem maioritariamente jovens, tenham acessos a espaços/terrenos para a construção das suas habitações tendo em conta o problema de falta de habitação que afecta a população jovem do país. O Clube Moza, através de parcerias com o Governo, procedeu à entrega de 105 parcelas de terra na zona parcelada de Mbuva na praia da Macaneta.

MOZA VOICE SHOW

É uma iniciativa que pretende fazer com que os colaboradores cantem as suas músicas preferidas em palco com acompanhamento de uma banda profissional identificada e comprometida com a causa.

Este projecto foi um dos principais factores que contribuiu na recuperação da auto-estima dos colaboradores numa fase muito difícil na história do Banco.

Com este projecto conseguimos ainda alegrar, unir e congregar mensagens e valores, disciplinar e socializar os colaboradores bem como favorecer o desenvolvimento integral da sua personalidade, equilíbrio emocional e social reforçando a ideia de que o Moza Banco está de volta como um Banco moçambicano de referência dando oportunidade aos seus colaboradores para exhibir as suas manifestações culturais, que reflectem a pluralidade de dialectos e culturas e o enorme talento do nosso povo.

7.2 Patrocínios

Na comunicação da marca Moza, em 2017, é de realçar também os seguintes patrocínios:

FESTIVIDADES ALUSIVAS AO 45º ANIVERSÁRIO DA CIDADE DE MAXIXE

O Moza Banco foi parceiro do Conselho Municipal da Cidade de Maxixe nas celebrações do 45º aniversário de elevação de Maxixe à categoria de cidade. As celebrações tiveram um programa repleto de actividades desportivas, culturais, gastronómicas, literatura, entre outras.

PREMIAÇÃO “MELHORES ESTUDANTES” DA POLITÉCNICA

No âmbito do seu apoio à educação e formação superior e com o intuito de reconhecer e estimular a excelência académica, o Moza premiou os melhores estudantes graduados da Universidade Politécnica em Maputo.



8.

Enquadramento
Macroeconómico



8.1 Economia Internacional

A actividade económica global (AEG) continua firme esperando-se que o Produto Interno Bruto (PIB) global atinja os níveis de 3,0% em 2017, um crescimento de 0,6 p.p. comparativamente ao ano de 2016. Este crescimento é sustentado pela melhoria da produção interna conduzindo a uma aceleração da actividade em alguns países como: Estados Unidos (EUA), Zona do Euro, Brasil e Rússia, invertendo deste modo a tendência verificada em 2016.



a) Economias Desenvolvidas

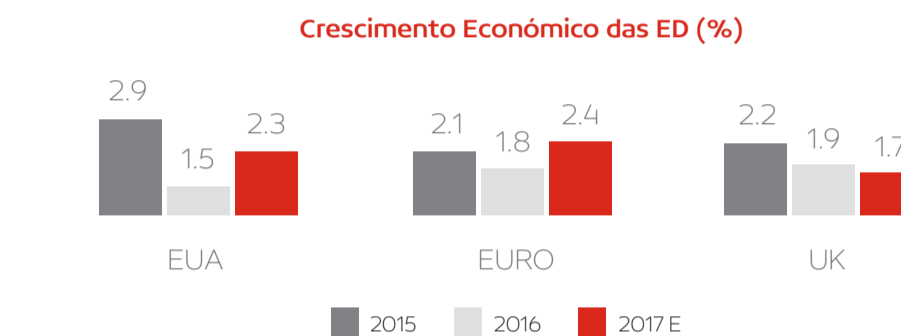
Segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI), a actividade económica das economias dos países desenvolvidos registou uma melhoria em 2017 ao alcançar uma taxa de crescimento de 2,3% contra os 1,6% verificados em igual período do ano transacto. Esta evolução foi fundamentalmente justificada pela recuperação dos preços das principais mercadorias (*commodities*) transaccionadas no mercado internacional (maior destaque para o petróleo, gás natural e carvão), bem como a revisão das políticas de controlo da inflação. Embora ainda em processo a decisão, a saída do Reino Unido da União Europeia (*Brexit*), conjugada a uma série de outros riscos que se tornaram ainda mais salientes em 2017 (tensões geopolíticas, incertezas políticas e controlo dos preços dos produtos internos), criaram incertezas principalmente na economia da Zona Euro.

A economia norte americana (representativa de aproximadamente 25,0% da economia mundial) registou em 2017 um crescimento de 2,3%, correspondendo a uma aceleração do PIB (produto interno bruto) face a 2016 de 0,8 p.p. A robustez do dólar e a recuperação do preço do petróleo terão contribuído para o bom desempenho da economia no primeiro semestre de 2017. Já no quarto trimestre do ano, o PIB foi penalizado pela redução do investimento privado, contudo, compensado parcialmente pelas exportações e revisão das despesas do governo.

O crescimento económico da Zona Euro no final de 2017 situou-se em 2,4%, uma notável melhoria quando comparado com o crescimento de 1,8% registado em igual período de 2016.

A economia do Reino Unido cresceu 1,7%, reflectindo uma desaceleração anual do PIB de 0,2 p.p., cuja evolução foi penalizada pela queda do investimento das empresas e o consumo das famílias.

Os dados reflectem que o efeito *Brexit* (vitória do “sim” à saída do Reino Unido da União Europeia), ainda em processo, continua a afectar o desempenho económico do país.



¹ *World Economic Outlook*, Janeiro 2018, do Fundo Monetário Internacional

b) Economias Emergentes, em Desenvolvimento e África Subsaariana

As economias emergentes e em desenvolvimento (EED) registaram de um modo geral uma melhoria nos seus ritmos de crescimento. Sendo estas representativas de cerca de 70% da economia mundial, continuam a apresentar uma situação económica diversificada. De destacar o Brasil com um PIB nos níveis de 1,0% (contra os -3,5% verificados em 2016). Esta aceleração da actividade foi justificada (I) pela revisão das políticas monetárias e fiscais com impactos sobre a regulação dos preços das *commodities*, que no ano em análise registou uma notável recuperação impactando numa melhoria da inflação; (II) flexibilidade das políticas cambiais (taxas de câmbios) facilitando ajustes aos choques e/ou riscos inerentes.

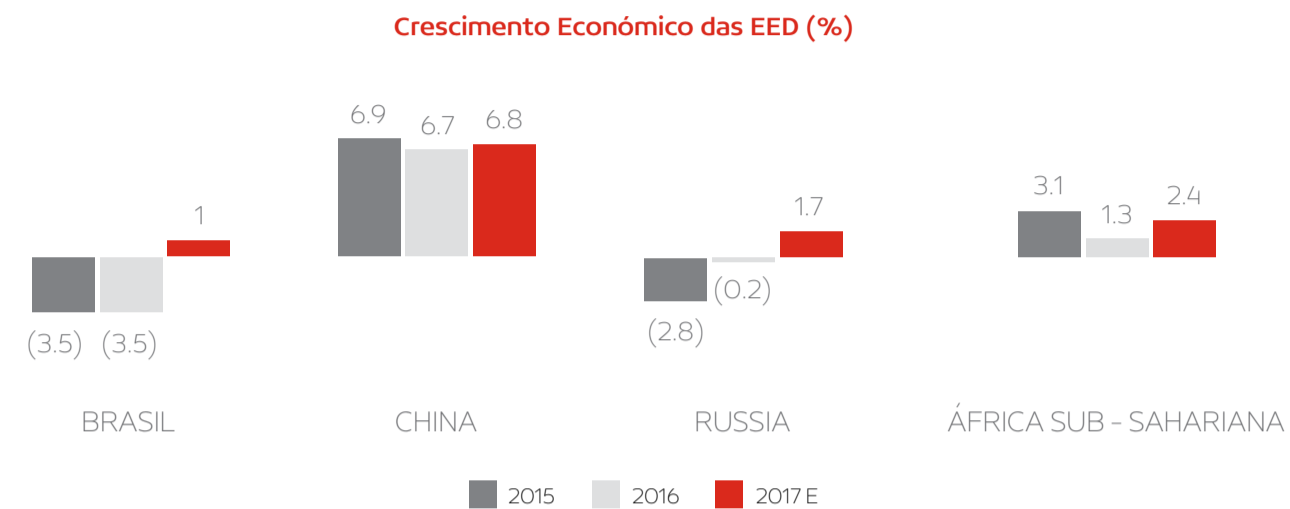
A economia da China, a segunda maior do mundo, manteve os níveis de crescimento verificados em 2016 com um PIB de 6,8%, registando uma estagnação nos últimos três (3) anos. O sector dos serviços foi o principal vector para a actividade económica, sustentado pela recuperação significativa dos fluxos comerciais em 2017, e medidas mais restritivas na gestão dos fluxos de capital que ajudou a estancar as saídas de capital e pressões cambiais para reverter a redução nas Reservas Internacionais (RI).

O crescimento da economia da Rússia foi melhor do que o esperado, com uma variação anual do PIB de 1,7%, sustentado em parte pelos preços do petróleo que sofreram uma significativa recuperação comparativamente ao ano de 2016.

O crescimento económico na África Subsaariana em 2017 teve uma recuperação modesta fixando-se nos níveis de 2,4%, correspondendo a um crescimento da actividade em 1,1 p.p. face ao ano de 2016. Esta evolução é sustentada por um lado, pela melhoria dos preços das matérias-primas com maior incidência para os países exportadores de petróleo e metais (Angola, Nigéria e África do Sul), e, por outro lado, pelo forte aumento de investimentos em infra-estruturas nos outros países que não possuem recursos.

► “Importa referir que a Responsabilidade Social tem, desde sempre, constituído uma prioridade do Moza, enquanto instituição comprometida com o desenvolvimento social e económico sustentável de Moçambique.”





Nota: EED - Economias Emergentes e em Desenvolvimento, E - Estimativa
 Fonte: Banco Mundial - *World Economic Prospects, January 2018*

c) Preços das principais mercadorias

Os preços das principais mercadorias (*commodities*) continuam a recuperar no mercado internacional registando crescimentos positivos em 2017, tendo contribuído positivamente para o crescimento da Economia Mundial (global). De destacar em particular, os sectores do petróleo bruto, gás natural e metais preciosos que em 2017, registaram uma tendência de recuperação face a grande queda verificada nos últimos 2 anos.

Os preços do petróleo e gás natural registaram um aumento em 2017, reflectindo, por um lado, uma maior procura mundial agregada, e, por outro lado, a manutenção dos elevados níveis de produção (oferta). O efeito do aumento dos preços de petróleo e gás natural tem sido benéfico para a grande maioria das economias mundiais, maioritariamente exportadoras destas duas *commodities*.

O petróleo foi também influenciado pela restrição da produção pelos países da OPEP fortalecendo deste modo os Estados Unidos, e também pela restrição de abastecimento principalmente à economia chinesa. Em contrapartida, as economias importadoras continuaram a enfrentar dificuldades acentuadas nas suas posições orçamentais, e ainda continuam, devido à escassez de liquidez para fazer face às necessidades de importação de bens, em conjugação como elevado preço do dólar norte-americano no mercado internacional.

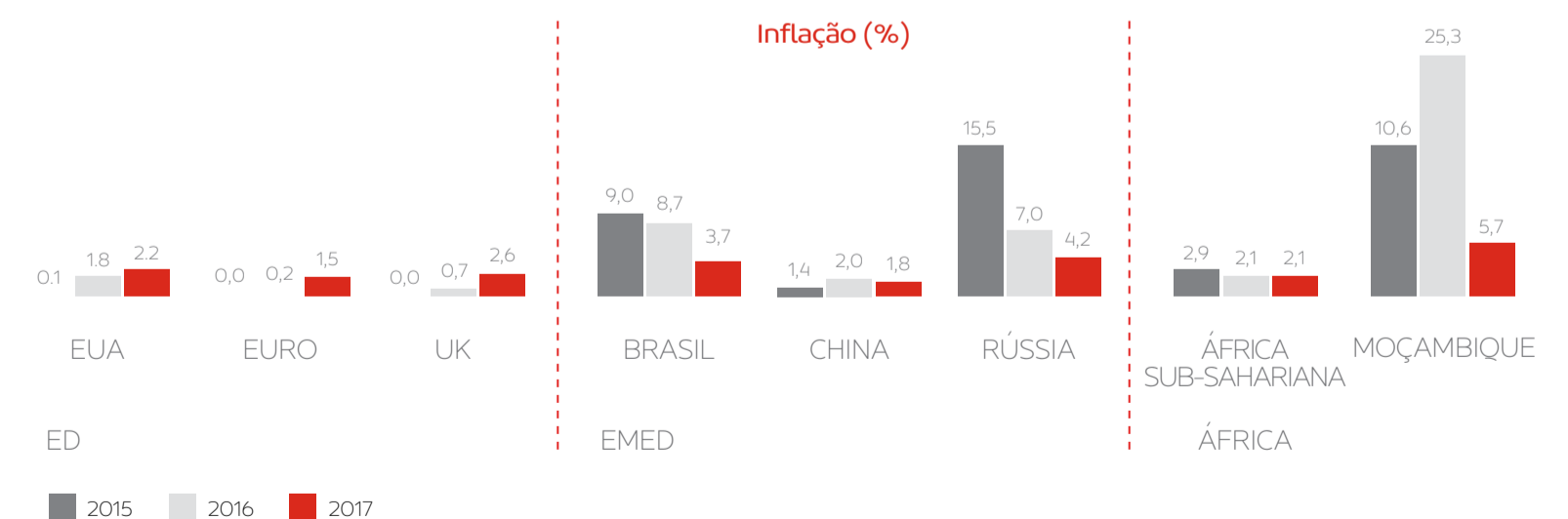
Evolução dos Preços das Commodities (2013 - 2017)

Commodities	Real					Δ Anual (%)	
	Dez-13	Dez-14	Dez-15	Dez-16	Dez-17	Dez-16	Dez-17
Petróleo Bruto Brent (USD/Barril)	108,9	98,9	52,4	44,1	54,4	(16%)	23%
Petróleo Bruto WTI (USD/Barril)	97,9	93,1	48,7	43,2	50,9	(11%)	18%
Alumínio (USD/MT)	1846,7	1867,4	1664,7	1604,2	1967,7	(4%)	23%
Ouro (USD/Onça)	1411,5	1265,4	1160,7	1249,0	1257,6	8%	1%
Gas (USD/Milhões de UTB)	3,7	4,4	2,6	2,5	3,0	(5%)	19%
Carvão Termico (USD/MT)	80,2	72,3	57,0	64,1	81,9	12%	28%
Milho (USD/MT)	259,4	192,9	169,8	159,2	154,5	(6%)	(3%)
Trigo (USD/MT)	276,7	245,2	206,4	176,3	178,2	(15%)	1%
Arroz (USD/MT)	474,0	425,2	386,0	380,3	379,9	(1%)	(0%)
Açúcar (USD/Kg)	0,5	0,5	0,6	0,6	0,6	11%	2%
Algodão (USD/Kg)	2,0	1,8	1,6	1,6	1,8	6%	12%
Tabaco (USD/MT)	4588,8	4990,8	4908,3	4806,2	4731,6	(2%)	(2%)

Nota: Preços baseados em médias anuais
 Fonte: Banco Mundial - *Commodity Price Data, January 2018*

d) Inflação

Em 2017, os níveis de inflação registaram uma desaceleração na maioria das economias mundiais. As economias desenvolvidas e a UE verificaram a mesma tendência que em 2016, enquanto os países emergentes e em vias de desenvolvimento tiveram uma queda significativa da inflação para níveis muito perto dos limiares da deflação, cenário idêntico ao verificado em 2016, como reflexo do ritmo de crescimento da economia mundial em geral, bem como da recuperação dos preços das principais mercadorias. Mesmo assim, o Brasil e Rússia continuam a registar os níveis mais altos de inflação quando comparadas com as maiores economias.



Fonte: Novo Banco - *Research Económico, 29 de Janeiro de 2018*
 INE - Índice de Preços ao Consumidor, Dezembro 2017

▶ “Os preços das principais mercadorias (*commodities*) continuam a recuperar no mercado internacional registando crescimentos positivos em 2017, tendo contribuído positivamente para o crescimento da Economia Mundial (global)”



8.2 Economia Nacional

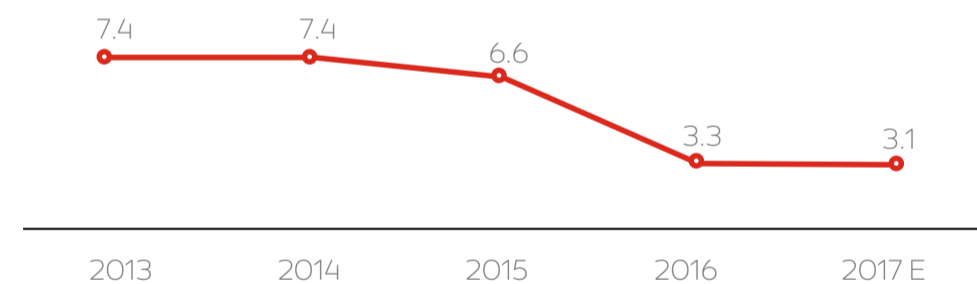
a) Crescimento económico

Em 2017, a economia moçambicana registou um crescimento económico moderado quando comparado com igual período do ano anterior, tendo o PIB crescido em cerca de 3,1%, uma desaceleração de 0,02 p.p. face ao ano de 2016. A actividade económica continua fraca, contudo há que realçar a recuperação do sector da agricultura, bem como o crescimento robusto da indústria extractiva e dos transportes e comunicações, compensando os outros sectores da economia.

O abrandamento do PIB em 2017 continua a ser afectada pelos seguintes factores: (I) choque da balança de pagamentos associado à queda do investimento directo estrangeiro, (II) fraca produção interna justificada pela retracção dos incentivos à agricultura, (III) a não finalização do processo da tensão político militar e a redução das despesas de investimentos e de consumo do Estado, em resultado da política fiscal restritiva levada a cabo após a suspensão da ajuda externa ao orçamento do Estado pelos parceiros de cooperação internacional que condicionaram grandemente o desempenho da actividade económica do País em 2017, levando o governo a adoptar políticas de contenção.

O crescimento da economia Moçambicana em 2017 continuou a ser fortemente influenciado pelos sectores da indústria extractiva, construção e serviços financeiros, num enquadramento em que se antecipava um crescimento ainda mais forte em resultado da manutenção de elevados níveis de investimento directo estrangeiro (IDE), nomeadamente na indústria extractiva, com o arranque dos projectos no sector do gás natural.

Crescimento do PIB - Moçambique (%)

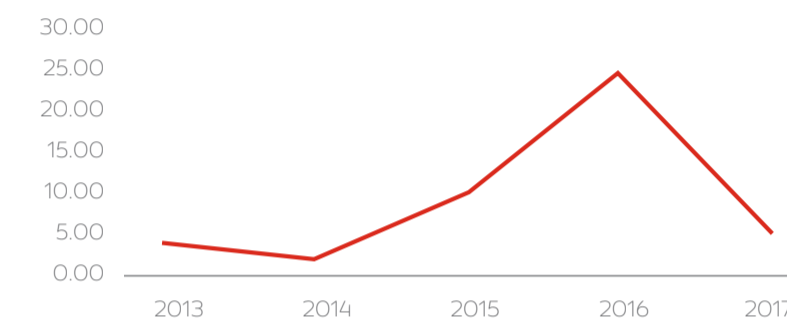


Fonte: Dezembro de 2017, INE-Instituto Nacional de Estatística

b) Inflação

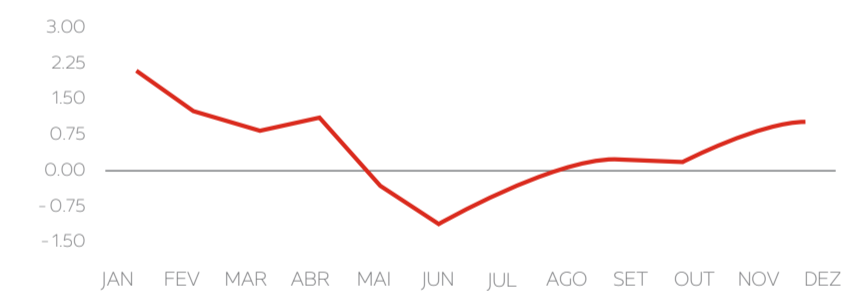
Em 2017, Moçambique registou uma inflação acumulada de 5,65% (2016: 25,27%) e inflação média anual de 15,11% (2016: 19,85%), uma desaceleração acentuada após atingir níveis considerados históricos em 2016, com os sectores de restauração, habitação, água, electricidade, gás e transportes a serem os principais responsáveis pela tendência geral de aumento de preços com uma participação de aproximadamente 336 p.b.

Evolução Inflação Anual (%)



Fonte: INE - Índice de Preços ao Consumidor, Dezembro 2017

Inflação Mensal (%)



Fonte: INE - Índice de Preços ao Consumidor, Dezembro 2017

O ano de 2017 caracterizou-se por uma tendência de aumento de preços de Janeiro a Abril, de Maio a Setembro verificou-se uma tendência de queda e nos últimos três meses voltou a registar um comportamento idêntico ao dos quatro primeiros meses do ano.

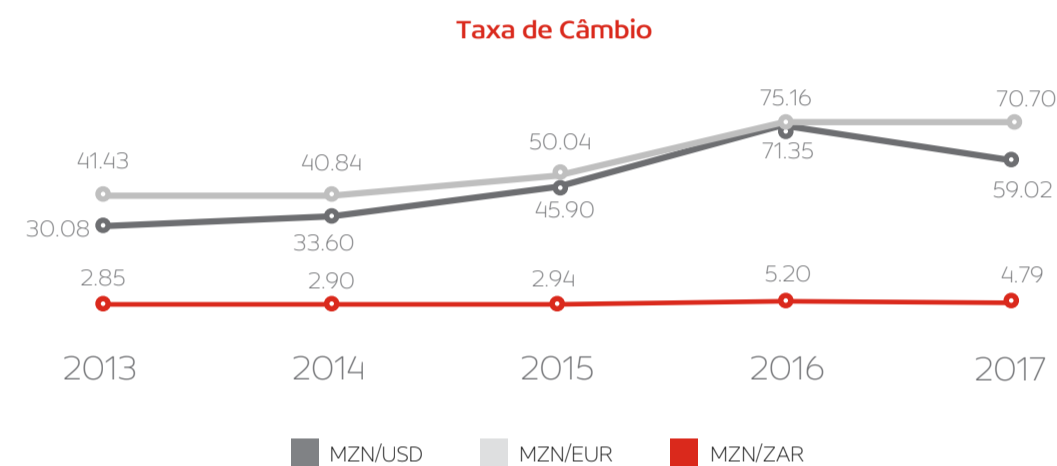
De salientar ainda que esta tendência, está também associada à apreciação do metical face as principais moedas transaccionadas na economia, sobretudo face ao dólar norte-americano (USD).



c) Taxa de Câmbio

O Metical apresentou uma forte apreciação em 2017, cenário inverso quando comparado com 2016. O metical face às principais taxas de câmbio registou, no período entre Dezembro de 2016 e Dezembro de 2017, as seguintes apreciações nominais: (i) EUR/MZN: 6%; (ii) USD/MZN: 17%; e (iii) ZAR/MZN: 8%.

As taxas de câmbio contra o Dólar, Euro e Rand atingiram ao fecho do ano os níveis de 59,02; 70,70; e 4,79 Meticais por unidade de divisa, respectivamente.

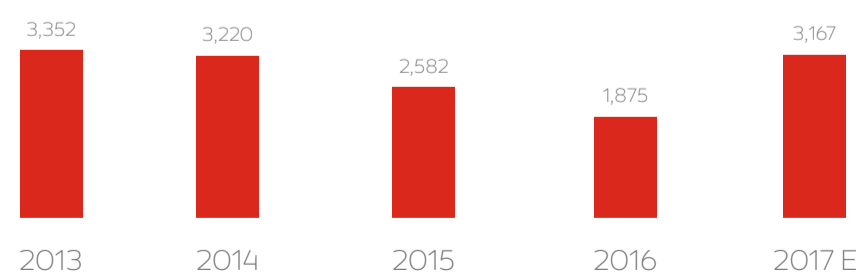


Fonte: Bloomberg; Banco de Moçambique; e Moza Banco

A apreciação do metical contra o dólar norte-americano pode justificar-se pela estabilidade do mercado cambial traduzindo o efeito das medidas de política monetária que foram tomadas ao longo do ano com vista ao controlo da liquidez, aliadas às medidas de reforço da disciplina e transparência do mercado.

As medidas de política monetária restritiva, adoptadas pelo Banco de Moçambique (BM), conjugadas com a melhoria da balança comercial no terceiro trimestre, contribuíram para reduzir ainda mais o défice de moeda externa no mercado doméstico, descomprimindo deste modo a pressão sobre as Reservas Internacionais Líquidas (RIL), e aumentar o prazo para cobertura das importações para cerca de 7 meses, contra os 3 meses em 2016 (excluindo os grandes projectos)

Reservas Internacionais Líquidas



Fonte: Banco de Moçambique

d) Sector Financeiro

O BM no contínuo esforço de monitoria dos indicadores económico-financeiros e dos factores de riscos em 2017, introduziu um conjunto de medidas adicionais por forma a regular a actividade financeira para suportar os desafios da economia no seu todo.

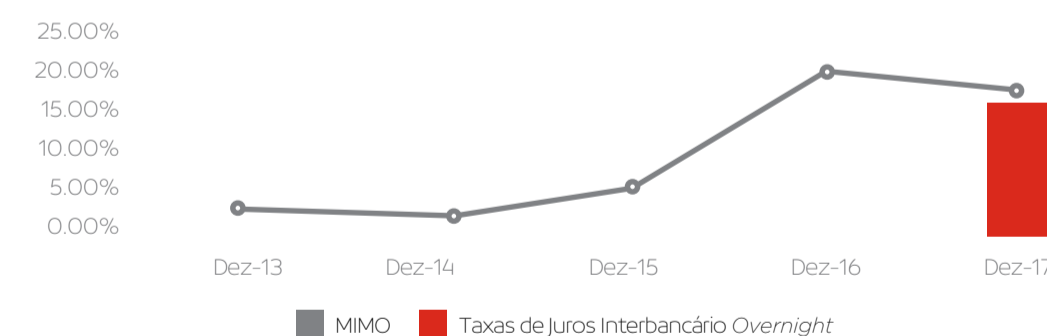
Em Maio de 2017, o BM introduziu no mercado a Taxa de Juro de Política Monetária (MIMO) como referência para as operações do Mercado Monetário Interbancário (MMI) fixando-se a mesma em 21,75%. Até finais de Dezembro de 2017 a taxa foi revista em baixa, para níveis de 19,50% (uma redução anual de 225 p.b.), acompanhando assim a dinâmica do mercado.

Evolução das Taxas de Referência (2013-2017)

Indicadores Financeiros	Dez-13	Dez-14	Dez-15	Dez-16	Dez-17	Δ Anual (%)	
						2016	2017
Facilidade Permanente de Cedência (FPC)	8.25%	8.25%	9.75%	23.25%	20.50%	13,50 pp	(2,75 pp)
Facilidade Permanente de Depósito (FPD)	1.50%	1.50%	3.75%	16.25%	14.00%	12,50 pp	(2,25 pp)
Reservas Obrigatórias	8.00%	8.00%	10.50%	15.50%	14.00%	5,00 pp	(1,50 pp)
Bilhetes de Tesouro - 91 dias	5.11%	5.37%	7.52%	24.32%	23.75%	16,80 pp	(0,57 pp)
Bilhetes de Tesouro - 182 dias	6.43%	6.62%	7.28%	27.47%	24.15%	20,19 pp	(3,32 pp)
Bilhetes de Tesouro - 364 dias	7.13%	7.25%	7.55%	28.84%	24.98%	21,29 pp	(3,86 pp)
Taxas de Juros Interbancário Overnight	3.46%	3.11%	5.55%	23.16%	20.90%	17,61 pp	(2,26 pp)

Fonte: Banco de Moçambique

Taxas - MIMO & Mercado Monetário interbancário



Fonte: Banco de Moçambique

Em 17 de Maio de 2017 foi também introduzida a *Prime Rate* do sistema financeiro, que nasceu do acordo assinado entre o BM e a Associação Moçambicana de Bancos (AMB) em representação das instituições de créditos que operam no mercado. Esta taxa tem como características, a actualização e divulgação mensal e a adição de um *spread* de custo fixado em 600 p.b. Esta medida visa criar mais transparência nos preços das operações activas e incentivar ainda mais o sector privado através da dinamização do crédito à economia.

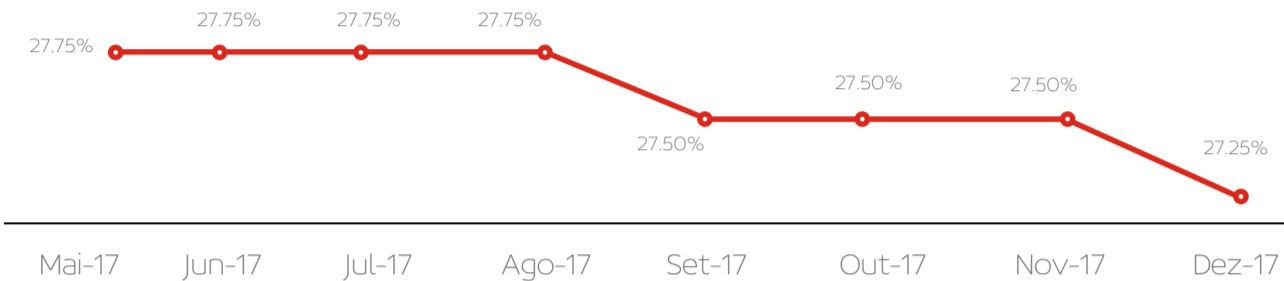


8.3 Perspectivas Económicas para 2018

a) Economia Internacional

De acordo com o Banco Mundial prevê-se que o crescimento económico global atinja os 3,1% em 2018 após um 2017 muito mais forte do que o esperado. Espera-se uma recuperação do investimento nos sectores da manufactura e do comércio e que estes contribuam significativamente, sobretudo, nas economias dos países exportadores. Dado que os riscos se tornaram mais salientes no quarto trimestre de 2017, o FMI estima que o PIB global atinja os 3,7%, prevendo o mesmo cenário para 2018.

Evolução da Prime do Sistema Financeiro



Fonte: Banco de Moçambique

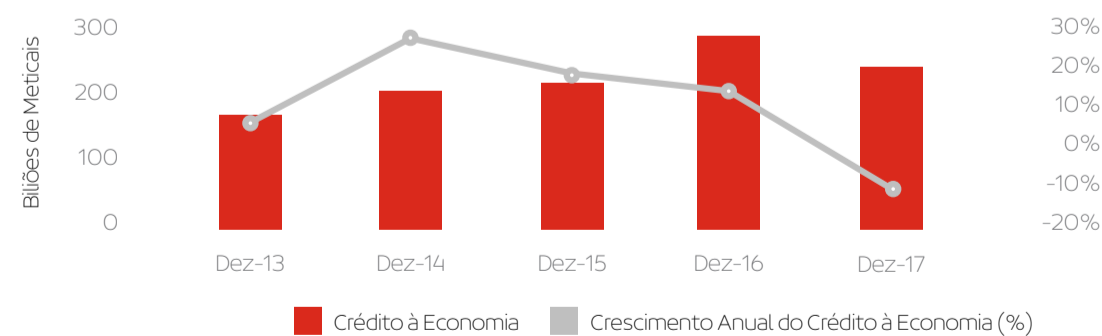
Em Dezembro de 2017, o Comité da Política Monetária do Banco de Moçambique decidiu entre outras medidas rever ainda em baixa as taxas de juros da Facilidade Permanente de Cedência (FPC) e da Facilidade Permanente de Depósitos (FPD) para 20,50% e 14,00%, respectivamente. As Reservas Obrigatórias (RO) foram também alteradas para 14,00% tanto para moeda nacional e estrangeira.

A redução das taxas de referência registada em 2017 é reflexo de uma actuação clara do Banco de Moçambique no sentido de criar incentivos ao investimento privado através da dinamização do crédito ao sector privado, que ainda se mantém estagnado, contra um cenário de liquidez excessivamente longa do mercado.

Em Dezembro de 2017 os activos do sistema bancário atingiram MZN 536 mil Milhões, o que indica um abrandamento no crescimento anual na ordem dos 6,3%, contra um crescimento fixado em 7,6% em igual período de 2016.

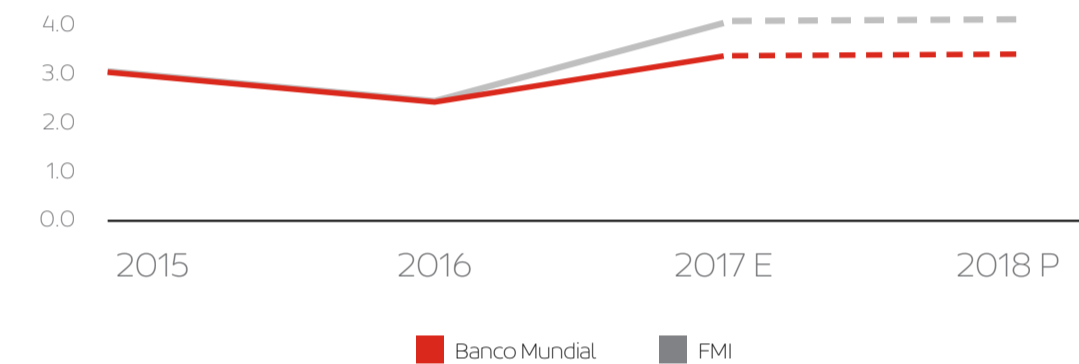
O volume de depósitos cresceu 5,8%, atingindo MZN 370 mil Milhões, representando uma diminuição face ao ano 2016 quando apresentou um crescimento de 10,6%. No mesmo sentido, o ritmo de crescimento do crédito à economia foi inferior em cerca de 30,6%, face ao período homólogo de 2016, fixando-se em -15,9% (2016: 14,8%), tendo-se registado no final de 2017 um volume de MZN 233 mil Milhões.

Evolução do Crédito à Economia



Fonte: Banco de Moçambique

PIB Economia Global (%)



Fonte: E - Estimativa, P - Projecção

Fonte: Banco Mundial - World Economic Prospects, January 2018
FMI - World Economic Outlook, January 2018

Nas Economias Avançadas espera-se um crescimento mais moderado em 2018, podendo atingir os níveis de 2,2%, uma desaceleração de 0,01 p.p. contra os 2,2 p.p. estimado para 2017. Esta performance está associada ao facto dos Bancos Centrais continuarem com as fortes medidas para revisão das suas políticas monetárias (mais notável na Zona do Euro e nos EUA), contra taxas de desemprego que vêm aumentando desde 2017, ainda que se continue a verificar uma recuperação e estabilização do investimento após a crise financeira de 2008.

Perspectiva-se o crescimento nas Economias Emergentes e em Desenvolvimento como um todo, apontando-se um aumento para 4,5% em 2018, já que a actividade nos países exportadores das principais mercadorias (*commodities*) continua em recuperação, com maior destaque para o petróleo, gás e carvão.

A África Subsaariana deverá ter um crescimento acelerado em 2018 esperando-se que o PIB se fixe em 3,2%, contra os 2,4% estimado para 2017. Espera-se, por um lado, que os preços das principais mercadorias (*commodities*) induzirão o fortalecimento da procura doméstica ajudando a reduzir a inflação, e, por outro lado, perspectiva-se um contínuo aumento dos investimentos privados de modo a impulsionar a produção interna e reduzir o índice de pobreza.



Perspectiva do PIB - Economia Mundial (Em%)	2015	2016	2017 E	2018 P
Mundo	2.8	2.4	3.0	3.1
Economias Avançadas	2.2	1.6	2.3	2.2
EUA	2.9	1.5	2.3	2.5
Zona do Euro	2.1	1.8	2.4	2.1
Japão	1.4	0.9	1.7	1.3
Economias Emergentes e em Desenvolvimento	3.6	3.7	4.3	4.5
Rússia	(2.8)	(0.2)	1.7	1.7
Brazil	(3.5)	(3.5)	1.0	2.0
África Subsaariana	3.1	1.3	2.4	3.2

Fonte: Banco Mundial - *World Economic Prospects, January 2018*

Os riscos para o crescimento global tornaram-se mais equilibrados, seguindo uma recuperação cíclica mais forte do que o esperado em 2017, contudo, um aumento adicional no crescimento dos investimentos nas grandes economias, poderiam fortalecer a recuperação cujos efeitos positivos beneficiariam os parceiros comerciais. No entanto, os riscos permanecem predominantemente no médio prazo, com a desvantagem das taxas de juros e a volatilidade dos mercados financeiros estarem a níveis excepcionalmente baixos, e qualquer perspectiva de mudança repentina no sentimento dos mercados ou de políticas inesperadas podem conduzir a uma forte instabilidade financeira. Com o aumento do proteccionismo comercial e das tensões geopolíticas, que podem interromper a recuperação das economias. Uma acentuada desaceleração a longo prazo do potencial crescimento do produto, poderia reduzir os níveis de resiliência da economia global a choques adversos, com impacto negativo nas perspectivas de ganhos em padrões de vida e redução da pobreza.

Acresce a este cenário as incertezas em relação à finalização das negociações sobre a saída do Reino Unido da União Europeia (*Brexit*) que continuam na ordem do dia.

b) Economia Nacional

Para 2018, perspectiva-se a continuação do objectivo de consolidação fiscal por via da melhoria das receitas internas (sustentado pelo aumento de produção interna resultante da melhoria da comercialização agrária e expansão da indústria extractiva), e racionalização/contenção das despesas públicas (política fiscal restritiva com aumento de impostos).

No plano monetário, em resultado da perspectiva de manutenção da trajectória descendente da taxa de inflação e estabilidade cambial, estima-se para 2018 que o BM conduza a sua política de redução das suas taxas directoras. Daqui resulta que a actividade económica em 2018 continuará a ser afectada pelo plano económico restritivo, pelas condições atmosféricas adversas (previsão de cheias um pouco por todo o país com maiores efeitos nos centros urbanos), pelo actual ambiente desfavorável de negócios em Moçambique, e sobretudo, pela manutenção da suspensão do Apoio ao Orçamento Geral do Estado por parte dos principais parceiros internacionais.

De salientar alguns desafios e constrangimentos para a economia moçambicana:

- i) Apesar de se ter registado na última década um salto qualitativo importante, no sentido da convergência real com os restantes membros da SADC, a economia continua marcada por fracos padrões de especialização, ligados às nossas indústrias tradicionais;
- ii) Com base em vantagens competitivas assentes no baixo custo de mão-de-obra e na existência de recursos naturais (sectores agrícola, florestal e mineral), encontram-se ainda poucos pólos de competitividade;

iii) Denota-se também alguma incapacidade competitiva e porventura de sobrevivência da agricultura, sendo o seu nível de produtividade dos mais baixos da SADC, daqui resulta um nível de salários extremamente baixos, para além de um elevado nível de endividamento externo e interno, o que pode colocar em perigo o crescimento da economia no futuro;

iv) Acresce o pouco rigor na gestão da despesa pública e um nível de consumo médio superior ao nível de vida, em termos de produto interno bruto (PIB);

v) Importante também nesta análise é o modelo burocrático do governo, o qual se tem revelado incapaz de efectuar as necessárias reformas dos sistemas de justiça, saúde e educação, que continuam a não funcionar eficazmente. As reformas necessárias continuam a ser feitas, apenas, em função dos tempos e das exigências impostas pela comunidade internacional, nomeadamente, o FMI e o Banco Mundial.

No plano económico, há que sublinhar a intensificação das privatizações, a manutenção do rigor orçamental e salarial, o controlo da inflação e a estabilidade do metical, mas Moçambique terá também que assumir um grande compromisso no combate à corrupção. Esta agregação de factores críticos serão determinantes e constituem "um grande propósito nacional".

▶ "No plano monetário, em resultado da perspectiva de manutenção da trajectória descendente da taxa de inflação e estabilidade cambial, estima-se para 2018 que o BM conduza a sua política de redução das suas taxas directoras."



9.
Actividades
de Suporte
ao Negócio

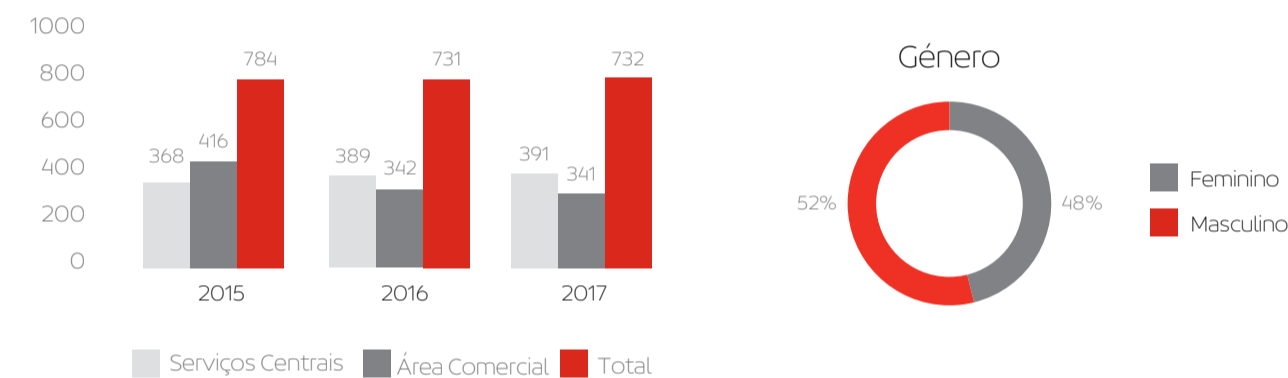


9.1 Gestão de Recursos Humanos

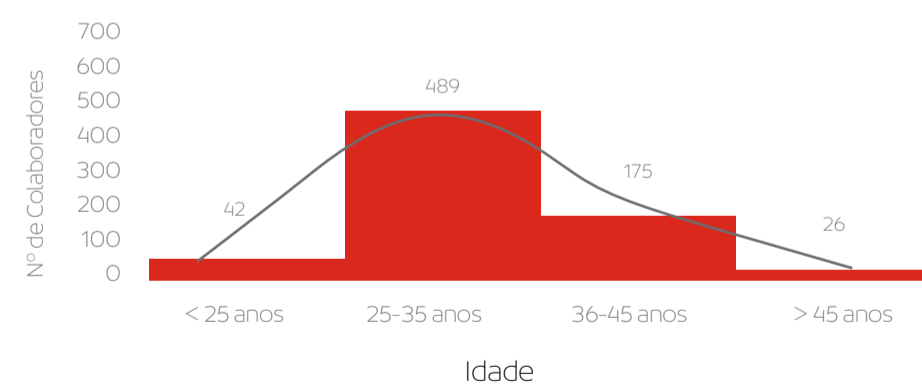
Após sucessivos anos de crescimento significativo do seu quadro de pessoal, e em linha com as directrizes estratégicas conducentes a uma maior optimização do potencial do seu Capital Humano, desde 2016 o Moza Banco empreendeu uma mudança de paradigma na implementação da Política de Gestão dos Recursos Humanos.

Esta viragem, suscitada por oportunidades identificadas no âmbito de um processo transversal de reorganização da sua estrutura interna, permitiu alcançar ganhos de eficiência como corolário de uma maior aposta na polivalência de funções e no trabalho com recurso a equipas multidisciplinares, facto que, em paralelo, permitiu uma maior exposição dos colaboradores a novos desafios potencialmente indutores do enriquecimento contínuo das suas valências, no reforço do trabalho em equipa e na sua própria valorização pessoal e profissional.

Desta forma, o Banco manteve o seu quadro de pessoal num patamar estável - 732 Colaboradores face aos 731 do ano transacto. Destes, 53% estão afectos aos Serviços Centrais e 47% à Rede Comercial.



Respeitando o princípio do equilíbrio e igualdade de oportunidades de género na sua política de captação e retenção do Capital Humano, posicionamento que se encontra em perfeita sintonia com os seus valores corporativos, o Moza apresenta uma estrutura muito equilibrada, sendo de referir que 48% dos seus quadros são do género Feminino e os restantes 52% do género Masculino.



Por outro lado, a irreverência da sua actuação no mercado, que se alia a uma forte predisposição para promover a inovação, associada às novas tecnologias, constitui um traço diferenciador do Moza Banco. A composição maioritariamente jovem do seu quadro de pessoal reflecte esse facto, como é ilustrado no gráfico acima. Com efeito, a maior concentração dos seus Colaboradores (cerca de 73%) está posicionada na faixa etária entre os 25 - 35 anos, sendo a idade média dos Colaboradores de 33 anos.

FORMAÇÃO

O Moza Banco encara a formação profissional dos seus colaboradores como uma ferramenta indispensável de elevação da sua motivação, crescimento profissional e aumento da produtividade (fazer mais com menos). Em contexto macroeconómico particularmente adverso, de forte apelo à racionalização do investimento, as acções de formação desenvolvidas foram prioritariamente endereçadas, específicas e inadiáveis e centradas em temáticas relevantes da sua actividade.

Deste modo, as **39 acções de formação** realizadas, que contaram com **195 participações**, foram direccionadas para o cumprimento das orientações estratégicas de promover a optimização e racionalização de custos, conformidade regulamentar, melhoria de aptidões no domínio de aplicações e processos.

Nota de realce é a contínua aposta da instituição na capacitação de formadores internos que, de forma crescente, têm vindo a assumir um papel de maior preponderância na monitoria de parte significativa destas acções, aliando a sua experiência e profundo conhecimento das necessidades do Banco à desejável qualidade e aplicabilidade dos conhecimentos partilhados.

9.2 Rede de Distribuição

No final de 2017, o Moza Banco contava com uma rede de distribuição composta por 53 Agências Bancárias, das quais 51 Agências de Retalho, 1 Centro Corporate e 1 Centro Private. De realçar que entre as agências de Retalho, 8 são mercados informais.

Durante o segundo semestre de 2017 observou-se o encerramento de duas agências localizadas nos mercados informais, nomeadamente, Malhampsene e Tsalala, em resultado da desmobilização efectuada pelo Conselho Municipal decorrente de obras de melhoria da estrada nacional número 4 (N4).

O Moza Banco garante a total cobertura nacional através da sua presença em todas as províncias de Moçambique. Em termos de distribuição geográfica, 34 agências estão localizadas na zona sul, 10 na zona centro e 9 na zona norte do País.

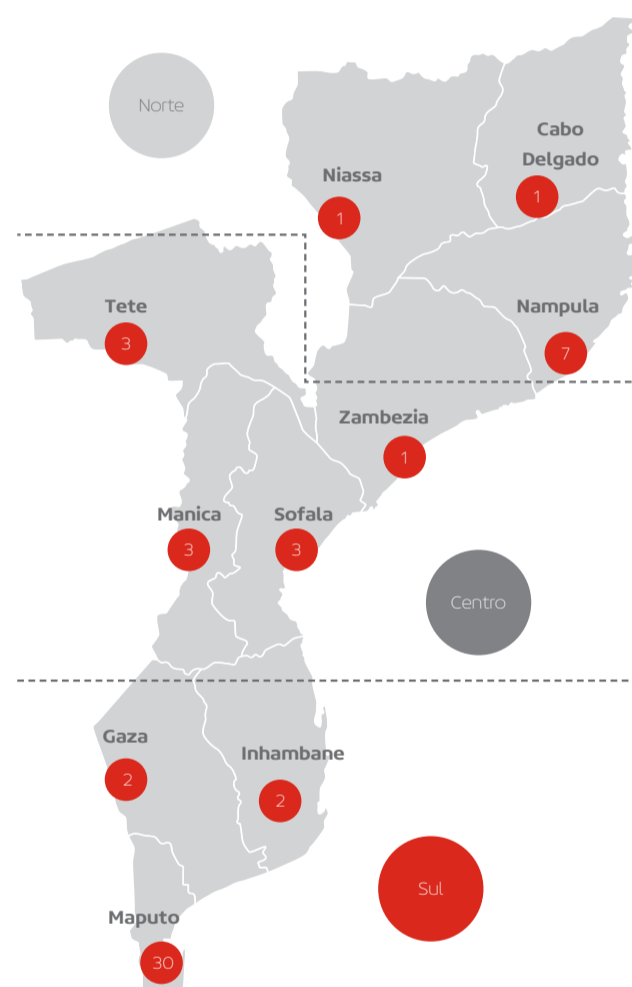
Em termos de posicionamento no mercado, **o Moza detêm a terceira maior rede de distribuição**, com uma quota de mercado de aproximadamente 8,1%.

▶ “o Moza detêm a terceira maior rede de distribuição, com uma quota de mercado de aproximadamente 8,1%.”

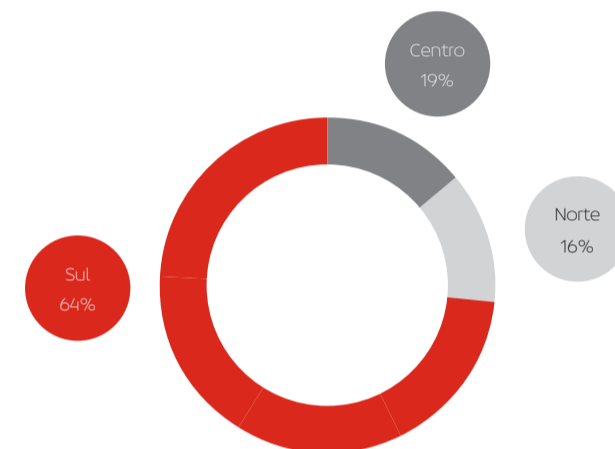


Após o fecho do exercício de 2017, o Banco abriu duas novas agências bancárias, nomeadamente, agência Lichinga, localizada na capital provincial do Niassa, e a agência Dondo, na província de Sofala. Com a abertura destas duas agências o Moza consolida o seu estatuto de Banco com a 3ª maior rede de Agências, contando, à data de publicação deste relatório, com cerca de 55 Unidades de Negócio Bancárias distribuídas por todas as províncias do País.

Representação Bancária do Moza



Distribuição por Zonas Geográficas



Em termos estratégicos, e não obstante as oportunidades e parcerias que o Banco potencialmente poderá vir a ter, nos próximos anos o Moza preverá os canais alternativos (multicanais), assente na actividade de inovação em meios tecnológicos visando garantir um relacionamento privilegiado junto aos seus Clientes, factor considerado fundamental para garantir a manutenção do posicionamento competitivo do Banco no mercado.

9.3 Actividade Comercial

O ano de 2017 foi um ano de grandes desafios na rede comercial, o que exigiu um elevado esforço na mobilização dos colaboradores para fazer face aos reduzidos índices de confiança por parte dos Clientes e do mercado de uma forma generalizada. Assim, de entre outros desafios, a grande prioridade de acção comercial consistiu na implementação de estratégias que tinham em vista garantir uma recuperação dos níveis de confiança e retenção dos Clientes.

As principais prioridades de acção comercial definidas para o ano 2017 foram as seguintes:

- Aceleração do ritmo de captação de Clientes de Maior Valor (e não contas bancárias), assegurando a colocação de produtos chave de poupança e de transaccionalidade;
- Fidelização dos Clientes em carteira através do Equipamento de Produtos;
- Recuperar gradualmente os depósitos perdidos para a concorrência;
- Conceder crédito de forma selectiva e de boa qualidade, com coberturas adequadas em termos de garantias reais ou financeiras e domiciliação de rendimentos/receitas no Moza;
- Assegurar um serviço de excelência, antecipando as soluções financeiras mais adequadas para cada Cliente e respondendo de forma célere às solicitações;
- Inovação e desenvolvimento de uma oferta abrangente a nível do serviço electrónico, nomeadamente, através de introdução de novos canais multidireccionais. Maior aposta no crescimento do parque de POS, garantindo uma maior cobertura a nível territorial e nos principais postos de venda;
- Consolidação e reforço da oferta de seguros, com maior foco na “venda a seco” (sem relação com o crédito desembolso).

O plano de visita do Conselho de Administração às redes comerciais, bem como os encontros mantidos com os Clientes e parceiros localizados em diversas regiões geográficas do País, no âmbito da iniciativa “Moza Talks”, contribuíram grandemente para reforçar o compromisso das equipas comerciais do Banco, o que permitiu, de uma forma gradual, aumentar os níveis de confiança dos Clientes do Banco.

Manteve-se, em 2017, a promoção de uma política de meritocracia visando garantir um foco permanente das equipas comerciais nas principais variáveis estratégicas de negócio do Banco, através do **Sistema de Objectivos e Incentivos (SOI)** o qual visa premiar o mérito das equipas comerciais que se distinguem pelo seu compromisso com o Banco e cumprimento de objectivos traçados.

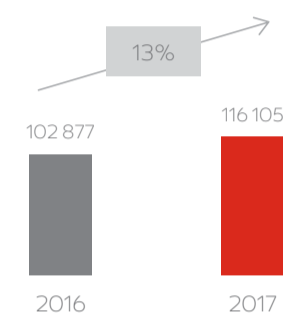
Em resultado das estratégias definidas pelo Banco, em 2017, verificou-se uma assinalável recuperação dos níveis de confiança do mercado em geral, e dos Clientes em particular, reflectindo-se no aumento do número de Clientes, crescimento do volume de negócio e consequente melhoria da liquidez do Banco, incremento da taxa de equipamento e aumento do número de transacções nos canais do Banco.



NÚMERO DE CLIENTES

O Moza registou em 2017 um aumento do número de Clientes na ordem de 13.228, o qual se traduz num crescimento de 13% face ao período homólogo de 2016. Ao nível dos segmentos, a maior concentração de Clientes está no segmento Retailo Particular, com um peso de cerca de 93%, reflectindo essencialmente a natureza do Moza enquanto Banco Universal.

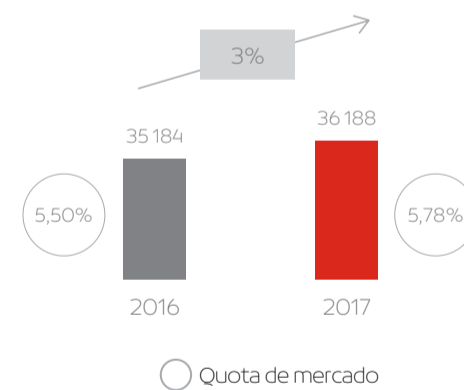
Número de Clientes (unidade)



VOLUME DE NEGÓCIOS E CAPTURA DE MERCADO

O volume de negócios em 2017, medido através da carteira de crédito a Clientes e de recursos de Clientes, apresentou um crescimento de cerca de 3% face a igual período de 2016, totalizando MZN 36.188 Milhões no final de 2017.

Volume de Negócio (Milhões MZN)



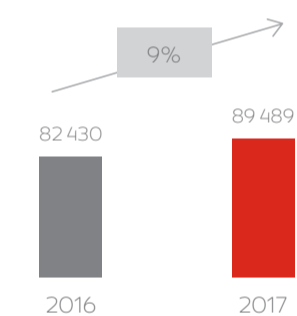
Em 2017, o Moza Banco manteve o esforço de consolidação da sua posição no sistema financeiro nacional, encontrando-se actualmente no Top 5 dos maiores Bancos a operar em Moçambique, com uma quota de mercado, em termos de volume de negócios, de 5,78% (2016: 5,50%). Essa evolução é resultante, fundamentalmente, da melhoria da confiança e do relacionamento bem como do aumento da base de Clientes do Banco.

CARTÕES

Em 2017, com o objectivo de garantir o crescimento de transaccionalidade dos cartões Moza, o Banco procedeu a uma revisão da oferta e dos limites diários de utilização dos cartões, sendo de destacar as seguintes iniciativas:

- Descontinuidade de algumas tipologias de cartões;
- Redução da OIF (taxa sobre operações financeiras realizadas no estrangeiro por via de cartões Moza) de 10% para 7%;
- Migração dos cartões pré-pago salário para Txapo Txapo;
- Definição de *stocks* mínimos e encomendas de cartões;- Definição de circuito e responsabilidades na gestão de *stocks* e renovações de cartões;- *Upgrade* de cartões de crédito com base no volume de transacções registados pelos Clientes, garantindo assim o acesso dos Clientes a cartões de maior prestígio;
- Revisão dos limites de transacção com cartões, nomeadamente, alargamento do montante diário a transaccionar pelos Clientes.

Cartões na Rede (unidade)

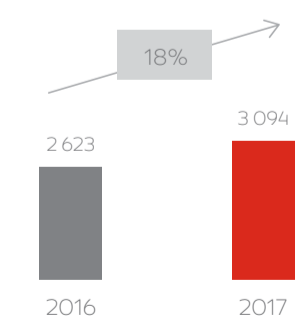


Em resultado das iniciativas descritas, os cartões apresentaram um crescimento de 7.059 unidades (+9%) face ao igual período de 2016, totalizando 89.489 cartões na rede no final de 2017.

POS

Em 2017, o Banco registou um crescimento do parque de POS de 18% (+471 unidades) face ao período homólogo de 2016, tendo contribuído para esta evolução a recuperação dos níveis de relacionamento com Clientes existentes na carteira, bem como a angariação de novos comerciantes.

POS (unidade)

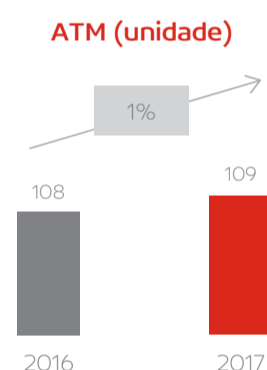


Importa referir ainda que foram instalados no total 1.138 novos equipamentos e canceladas 712 unidades, em resultado de um trabalho conjunto de verificação dos POS sem movimentos, os quais foram alocados em Clientes novos ou, em alguns casos, serviram de reforço de equipamentos em comerciantes com maior afluência e volumes. De referir que esta iniciativa enquadra-se na estratégia de optimização transaccional dos equipamentos do Banco.

É notável o resultado positivo da *task force* levada a cabo pelo Banco (sensibilização dos Clientes para a utilização do POS Moza e recolha dos equipamentos em comerciantes sem movimentos ou que tivessem encerrado sua actividade), resultando daí um significativo aumento do volume de transacções em 2017, cerca de MZN 6.000 Milhões, que compara favoravelmente com os MZN 4.990 Milhões registados em igual período de 2016.

ATM

A actividade, durante o ano de 2017, assentou numa estratégia de optimização do actual parque das ATM, tendo-se assistido, em alguns casos, à deslocação destes equipamentos para locais com maior potencial de transaccionalidade. Como consequência, registou-se um aumento da aderência às máquinas do Banco tendo-se apurado, no final de 2017, um volume anual de transacções na ordem dos MZN 7.700 Milhões (média mensal de MZN 640 Milhões), contra MZN 6.100 Milhões (média mensal de MZN 510 Milhões) registados no período homólogo de 2016.



PRODUTOS

A estratégia de oferta seguida, durante o ano de 2017, manteve o foco no reforço da proximidade junto aos Clientes, tendo o Banco disponibilizado maiores e melhores ofertas de serviços e soluções antecipando, deste modo, as necessidades dos Clientes.

Neste sentido, merece destaque o lançamento dos seguintes produtos e serviços:

- Cartão Pré-Pago Txapo Txapo;
- Depósitos a Prazo Dá Saúde e Dupla Protecção;
- Canal Moza Fast (*Seguro de Viagem*);
- Crédito Boas Festas;
- Depósito a Prazo Rendimento na Hora;
- Campanha de Natal Moza Tranquilidade.

Adicionalmente, em 2017, o Banco lançou uma campanha específica de dinamização do Seguro Automóvel para acelerar a colocação deste produto nos Clientes do Banco.

CANAIS

Como resultado do trabalho de sensibilização da Rede Comercial, no sentido de garantir uma maior comodidade para o Cliente, o Banco registou uma forte aderência aos canais Remotos, sendo que a 31 de Dezembro de 2017 contava com:

- 16.975 Clientes com *Internet Banking* activo, dos quais 3.179 constituem adesões alcançadas no período de 2017;
- 54.787 Clientes com o serviço Moza Já (USSD) activo, dos quais 15.962 constituem adesões alcançadas no período de 2017;

Durante o ano de 2017, registou-se um total de 121.778 e 1.471.781 transacções nos canais *Internet* e *Mobile Banking* e USSD, respectivamente;

Ainda em 2017, o Banco procedeu com um conjunto de alterações visando a melhoria dos serviços prestados pelos Canais, nomeadamente:

- Revisão dos circuitos de adesão dos canais o que confere maior segurança;
- Revisão e Implementação dos novos limites de transferência nos canais:
 - *Internet* e *Mobile Banking*;
 - USSD;
- Implementação de novas funcionalidades nos canais:
 - Transferências Múltiplas;
 - Adesão do Serviço USSD via *Internet Banking*;
 - Menu de carregamentos;
 - Carregamento de cartão pré-pago;
- Envio de credenciais de internet banking directamente do sistema comercial do Banco para o email do Cliente, conferindo maior segurança e comodidade e, por outro lado, reduzindo o risco de fraudes.

QUIOSQUES

Os Quiosques são terminais de auto atendimento, um equipamento de estrutura semelhante a de um ATM, através dos quais podem ser disponibilizadas opções de pagamentos inteligentes onde o utente, por si, poderá efectuar operações customizadas de acordo com a Entidade, seguindo um conjunto de instruções que poderá ser idêntico ao disponibilizado nos ATM. Nestes terminais, as operações podem ser realizadas contra cartão ou contra numerário.

O ano 2017 foi um ano de expansão no que concerne à colocação desta tipologia de equipamentos, com um total de 15 novas unidades instaladas, tendo o mesmo finalizado com um total de 17 equipamentos em utilização, encontrando-se os mesmos instalados nos Ministérios do Interior e Justiça no âmbito do projecto de automatização de pagamentos dos actos e emolumentos prestados por estas Entidades. A distribuição dos equipamentos está efectuada da seguinte forma:

- 7 unidades no Serviço Nacional de Migração (SENAMI)
- 2 unidades na 1ª Conservatória do Registo Civil
- 2 unidades na Conservatória do Registo Automóvel
- 2 unidades na Conservatória do Registo Predial
- 2 unidades na Conservatória das Entidades Legais
- 2 unidades no 1º Cartório Notarial



Durante o ano de 2017, os Quiosques registaram um volume de transacções de aproximadamente MZN 110 Milhões, valores estes considerados promissores atendendo ao facto de que este foi um ano de finalização da fase piloto do projecto, perspectivando-se para 2018 uma crescente adesão e utilização por parte dos utentes dos serviços.

Em 2017, o Banco realizou campanhas de exposição dos Quiosques, sendo de destacar a exposição no Congresso do Partido Frelimo que teve lugar na Escola do Partido, na Matola, e manutenção de encontros com diversas entidades do Governo com vista a instalação destes equipamentos nas suas respectivas instituições.

Registaram-se, ainda, actividades de melhoria com vista a garantir não só o pleno funcionamento deste equipamento, como também, trazer uma mais-valia para os Clientes e utilizadores finais, nomeadamente:

- Início do processo de certificação dos Quiosques junto da VISA Internacional;
- Admissão de novos colaboradores para suporte aos Quiosques e criação de uma unidade responsável pela supervisão e monitorização dos mesmos;
- Afição dos roteiros face a realidade das notas em circulação no País;

Em 2018, o Banco continuará a apostar no incremento do parque de Quiosques activos, com vista a garantir a redução/eliminação das enormes filas de espera, maior segurança e comodidade nas transacções pelos Clientes, sobretudo a nível das instituições do Governo.

MOZA D'AGENTE

O Moza foi o primeiro Banco no País a credenciar um Agente Bancário, em 2015, mais uma vez inovando e liderando o processo de inclusão financeira e bancarização de Moçambique.

O Moza D'Agente é um serviço inovador que permite a qualquer estabelecimento comercial tornar-se num agente Moza e, convenientemente, prestar serviços bancários em qualquer parte do país, através de uma máquina POS em que se pode efectuar um conjunto de transacções bancárias, tais como: Levantamentos em numerário, depósitos, transferências bancárias, pagamentos ao Estado (como INSS, JUE), Pagamentos de serviços (como água e luz), compra de recargas de telemóvel, Consulta de saldos e movimentos, entre outras. Com esta inovação a população, sobretudo de zonas mais remotas, pode aceder com conforto e conveniência aos serviços bancários do Moza.

Em 2017, com vista criar bases sólidas e garantir a aceleração da massificação do acesso a serviços e produtos financeiros disponibilizados pelos agentes bancários, o Moza desenvolveu, um conjunto de iniciativas estruturais destacando-se, entre outras, as seguintes:

- Redefinição do âmbito e estratégia de actuação para a figura de Agentes;
- Assinatura de acordo (MoU) de renovação da parceria entre o Banco e a GIZ - Agência Alemã para Cooperação Internacional, que tem prestado um suporte imprescindível para a concretização do projecto, fundamentalmente nas zonas rurais;
- Estabelecimento de uma parceria com a Nomanini, empresa especializada e com *know-how* na actuação de Agentes ambulantes, uma das vertentes estratégicas que o Banco passará a seguir;
- Desenvolvimento da aplicação Agente;
- Reforço da equipa do projecto.

9.4 Tecnologias e Sistemas de informação

A Direcção de Sistemas e Tecnologias de Informação (DSTI) do Moza Banco tem como principais objectivos:

- Garantir a implementação de aplicações por forma a satisfazer as necessidades do negócio;
- Garantir um correcto e seguro funcionamento das aplicações de negócio;- Assegurar a integração multi-aplicacional;
- Dar suporte aos utilizadores em matérias de Tecnologia de Informação (TI).

Com o intuito de dar continuidade ao processo de melhoria dos seus sistemas de informação, bem como garantir um caminho sustentável de eficiência operacional, a DSTI passou, em 2017, por vários processos de transformação que visam ajustar o funcionamento desta à realidade e aos novos desafios do Banco. Neste âmbito, o ano de 2017 foi marcado por várias iniciativas, destacando-se, entre outras, as seguintes:

REDUÇÃO DE CUSTOS

Foi colocado em prática um plano de redução de custos com tecnologias de informação, que estabeleceu a revisão em baixa de custos de licenciamento e contratos de manutenção, redução de equipas de consultores residentes e remotas, bem como alteração do modelo de trabalho da DSTI. Esta iniciativa evidencia o esforço de racionalização e optimização dos custos conducentes a obtenção de poupanças, em linha com o preconizado no Plano Estratégico.

INTERNALIZAÇÃO DE COMPETÊNCIAS E SERVIÇOS

Ainda no contexto da redução e racionalização de custos, foram iniciados vários processos de capacitação de equipas do Banco, com vista à redução de custos com externalização de serviços de manutenção. Foi possível internalizar actividades que outrora estavam sob o domínio externo, tais como:

- Equipas de fecho do dia
- Administração de infra-estrutura (processo em curso)
- Suporte a agências e utilizadores, etc.

REESTRUTURAÇÃO DA ÁREA

Face aos exigentes desafios impostos pelo Plano Estratégico 2017-2021 em assegurar uma maior resiliência e reforço da sustentabilidade do modelo de negócio, o ano 2017 foi caracterizado por alterações nas operações diárias, diminuição de custos, redução do *outsourcing* e criação de competências internas, existindo, por isso, a necessidade de transformar a estrutura orgânica da Direcção de Sistemas e Tecnologias de Informação (DSTI).

Desta transformação, resultou o seguinte:

- “Emagrecimento” da estrutura orgânica (ajustamento com a cadeia de valor);
- Consolidação das áreas de desenvolvimento, outrora segmentadas por tipologia de desenvolvimento;
- Criação de uma equipa de gestão da relação;
- Criação da equipa de controlo de qualidade;
- Criação da equipa de microinformática (resultante da junção do *Service Desk* de infra-estrutura e área de manutenção);
- União das áreas de *Service Desk* de 1ª linha com a área de suporte aplicacional.

PROCESSOS E PROCEDIMENTOS

A componente de processos e procedimentos foi também alvo de reestruturação, de onde se destaca a criação de **Comité de IT**, que tem como a principal função monitorar os desenvolvimentos solicitados à DSTI. Este Comité tem como principal objectivo fazer o alinhamento da capacidade do IT face aos pedidos das áreas de negócio, permitindo um maior e mais efectivo controlo sobre os desenvolvimentos em curso.



9.5 Gestão de Imagem e Comunicação

O Moza iniciou o ano de 2017 ainda sob intervenção do Banco de Moçambique, facto esse que foi propício a algumas especulações e incertezas quanto ao futuro da instituição e que teve reflexos na estratégia de comunicação adoptada, a qual incidiu essencialmente sobre a **gestão reputacional**, e procurou mitigar o risco associado a esse tipo de gestão de comunicação. Como forma a preservar a imagem do Banco e vincar a transparência de todo o processo, procurou-se, sempre que se afigurava oportuno e relevante, manter informados os parceiros, a sociedade e a opinião pública sobre o estágio do processo de recapitalização do Banco, e passos subsequentes, entre outra informação relevante sobre a instituição. Este exercício foi feito de forma responsável e com elevado rigor, combinando comunicados oficiais e comunicações dirigidas.

Paralelamente, e sempre que solicitado, foram concedidas entrevistas, pelo Presidente do Conselho de Administração do Banco a Órgãos de Comunicação Social nacionais e estrangeiros, nos quais a nota dominante era a transparência que marcou todo o processo assim como a tranquilidade e confiança que se pretendia transmitir ao mercado. Dando suporte a estas entrevistas foram igualmente produzidos vídeos e *posts* com excertos e citações das mesmas e partilhados através das redes sociais, com destaque para o Facebook e Instagram.

No período pós-intervenção, em Julho de 2017, após a normalização da situação financeira e prudencial por força do sucesso da operação de recapitalização, o Moza assumiu um novo posicionamento estratégico, adoptando a cultura de um Banco Relacional, inspirado no seu Cliente como o centro do seu posicionamento estratégico, facto que levou a iniciar um programa de transformação organizacional e de resgate de confiança de Clientes e parceiros com o claro objectivo de recuperar a sua posição de destaque entre os principais Bancos a operar no País.

Neste contexto, o Banco alinhou a sua estratégia de comunicação ao seu novo ciclo reforçando a sua actuação no domínio do “resgate” da imagem institucional, da **proximidade ao Cliente**, no incentivo à poupança através de diversas campanhas de recuperação de recursos e na promoção da literacia financeira.

De acordo com essa visão, procurou-se assegurar a consistência e reforço da notoriedade da marca, através da realização de um conjunto de acções, nomeadamente:

- Estabelecimento de vínculos de relacionamento com os Clientes e líderes de opinião através de acções de comunicação dirigida;
- Presença consistente nas redes sociais e canais digitais;
- Participação e promoção de Feiras e Conferências identificadas com o nosso âmbito de actuação;
- Comunicação transversal de produtos e serviços;

▶ “...o Moza assumiu um novo posicionamento estratégico, adoptando a cultura de um Banco Relacional, inspirado no seu Cliente como o centro do seu posicionamento estratégico.”

9.5.1 Principais Campanhas em 2017

A estratégia de comunicação do Moza teve principal incidência nos canais digitais do Banco nomeadamente, Website, Email, ATM’s, Facebook, Whatsapp, Youtube, Instagram, sem descurar os meios de comunicação tradicionais.

Neste contexto foram desenvolvidas 3 Campanhas Institucionais nas redes sociais com mais de 300 conteúdos (Imagens, Textos, Gifs, Vídeos) produzidos, mais concretamente:

- **Moza em Frente**

- **Explica Moza**

- **O Valor da Parceria**

Paralelamente, no último trimestre de 2017 foram lançadas campanhas de produtos que, para além dos canais digitais Moza, foram igualmente veiculadas nos jornais de maior circulação no país, e das quais se destacam as seguintes:

- **Rendimento na Hora**

- **Crédito Boas Festas**

9.5.2 Comunicação Interna

O Banco continua a apostar numa comunicação interna permanente e regular com todos os colaboradores, dando a conhecer os principais objectivos, realizações e marcos alcançados, reforçando assim a coesão interna e a cultura Moza.

Destaca-se ainda a comunicação directa, através das várias plataformas de comunicação interna (email, intranet e newsletter interna), entre o Presidente do Conselho de Administração do Banco e os Colaboradores, através de mensagens nas quais foram sempre dados a conhecer os acontecimentos mais relevantes na vida da instituição, no âmbito do processo de intervenção e recapitalização do Banco, assim como as perspectivas futuras, corporizando um modelo de gestão participativa assumido.

MOZA NEWS

Em 2017 continuamos a divulgar os objectivos, perspectivas e iniciativas do Banco através da nossa Newsletter interna – o Moza News, uma plataforma de comunicação interna distribuída mensalmente a todos os colaboradores do Banco.

CAMPANHA “EU SOU MOZA, EU FAÇO A DIFERENÇA”

Como forma de disseminar e reforçar os valores Moza para que sejam interiorizados por todos os colaboradores, foi levada a cabo uma campanha de comunicação interna dos valores, cujo mote foi “**EU SOU MOZA, EU FAÇO A DIFERENÇA**”

A campanha inseria-se no programa “Eu Sou Moza” através do qual se pretendia reforçar a Cultura Moza. No âmbito da campanha, todos os colaboradores, nas mais diferentes Unidades Orgânicas, foram desafiados a usar a sua criatividade, imaginação e práticas do dia-a-dia, para construir frases inspiradoras que reflectissem cada um dos valores Moza.

9.5.3 Participação Estratégica em Feiras e Eventos

X REUNIÃO NACIONAL DOS REGISTOS E NOTARIADOS

Junho de 2017

O Moza participou entre os dias 01 e 02 de Junho, na cidade de Chimoio em Manica, na X reunião dos Registos e Notariados. A participação do Moza tinha como objectivo a apresentação do sistema de automatização de pagamentos dos Actos de Registo e Notariado, no âmbito da Parceria entre o Moza e o Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos com este propósito.

No evento o Moza teve a oportunidade de fazer a apresentação das soluções automatizadas de pagamento, já em funcionamento em algumas Conservatórias e Registos da Cidade de Maputo.

1ª CONFERÊNCIA ECONÓMICA DE VANDÚZI

Junho 2017

O Moza Banco apoiou o Governo Distrital de Vandúzi na realização da 1ª Conferência Económica de Vandúzi, evento que tinha como objectivo divulgar o potencial daquela região do País para catapultar o seu desenvolvimento.

Sob o lema “Parcerias, Confiança e Desenvolvimento” a conferência envolveu empresários, investidores nacionais e estrangeiros e camponeses que saudaram a iniciativa e prometeram investir no distrito dadas as oportunidades e potencialidades que Vandúzi dispõe.

O Moza é actualmente o único Banco presente no Distrito de Vandúzi, que foi elevado à categoria de distrito há cerca de três anos.

FACIM

Agosto 2017

No ano de 2017 o Moza voltou a marcar presença na cinquentenária Feira Internacional de Maputo - FACIM, a maior mostra para a exposição de produtos e potencialidades nacionais. Com um *stand* corporativo moderno e equipado com tecnologia de ponta e assistidos por uma equipa de gestores dedicada, os Clientes e visitantes podiam obter respostas para as suas preocupações e necessidades financeiras bem como efectuar, em “tempo real” todo o tipo de operações bancárias.

“MOZA TALKS”

Novembro e Dezembro 2017

Durante os meses de Novembro e Dezembro, o Conselho de Administração do Moza Banco, efectuou uma série de visitas às províncias do País onde manteve encontros com Clientes e parceiros, iniciativa denominada “*Moza Talks*”. O propósito destes eventos era de interagir com os principais *stakeholders*, elucidar sobre o estágio do Banco e em conjunto abordar as perspectivas para o futuro, vincando o novo posicionamento do Moza que é o de um Banco relacional.

Estes eventos foram muito bem acolhidos e contribuíram para resgatar a confiança no Moza e reforçar a visão do mesmo como um Banco que se diferencia pela sua capacidade de se relacionar e de se inspirar no Cliente.

9.6 Qualidade de Serviço

Um compromisso do Banco com o Cliente

Ao longo de 2017, o Moza pautou a sua actuação pela manutenção da Estratégia de Orientação para o Cliente, a qual tem sido continuamente reforçada, através da consolidação dos mecanismos de avaliação de Qualidade e melhoria contínua, sendo este um dos pilares estratégicos do Banco.

É dentro deste pressuposto que o Moza continua a monitorizar de forma detalhada os Indicadores Chaves de Performance de Qualidade (*Key Performance Indicator - KPI's*), assente sobre métricas associadas a:

- Monitoria contínua dos Níveis de Serviços dos principais processos com impacto no serviço ao Cliente;
- Gestão de Reclamações (nº de reclamações fechadas vs nº das reclamações com fecho satisfatório junto ao Cliente);
- Monitoria dos Factores de Satisfação e Insatisfação dos Clientes;
- Monitoria das Rotinas de Atendimento aos Clientes.

O Moza cada vez mais próximo do Cliente (Banca Relacional):

Um dos factores que marcou o ano de 2017 foi um maior envolvimento do Banco, de forma transversal, nas relações com os Clientes para além da preocupação de superar as expectativas destes, oferecendo-lhes produtos e serviços adequados às suas reais necessidades, bem como responder de forma célere e eficiente a todos os pedidos com um envolvimento cada vez maior entre colaboradores e Clientes.

Para o efeito, foi reforçada a componente de comunicação com o Cliente através das seguintes iniciativas:

• Realização de Inquéritos de satisfação aos Clientes

De modo a garantir o ajustamento entre a expectativa do Cliente e a qualidade de atendimento no Banco, durante o ano de 2017 o Moza realizou inquéritos de satisfação aos Clientes, os quais registaram resultados satisfatórios nos feedbacks dos mesmos.

• Difusão dos canais de comunicação

Com o intuito de garantir o acompanhamento das tendências das necessidades dos diferentes Clientes, o Moza passou a difundir formalmente os canais existentes para os Clientes se poderem manifestar, nomeadamente:

- Web Site corporativo do Moza Banco (www.mozabanco.co.mz);
- Agências Moza;
- Endereço electrónico: qualidade@mozabanco.co.mz;
- *Call Center*, pelos números: 82 2020; 84 2020 ou +258 21 342020;



9.7 Compliance e Branqueamento de Capitais

O ano de 2017 foi marcado por um complexo ambiente regulatório, o qual fez crescer a necessidade das Instituições Financeiras procederem à revisão e adequação dos seus procedimentos internos aos novos requisitos que foram impostos por parte do Regulador nos mais diversos temas.

É neste contexto que o *Compliance* pauta a sua actuação pelo cumprimento de Leis e Regulamentos, Internos e Externos, assegurando em conjunto com as demais áreas, a adequação e funcionamento dos processos internos através da disseminação de nova legislação, revisão de normativos internos e análise do risco de *Compliance* no âmbito de novos Produtos e Serviços, entre outros.

No que concerne à regulamentação publicada durante o ano de 2017 destacou-se de entre outros, o envolvimento do *Compliance* na implementação dos seguintes dispositivos:

- Aviso nº 6/GBM/2017 - Uniformização da taxa de câmbio e diferencial (*spread*) máximo entre taxas de compra e venda de moeda estrangeira;
- Aviso nº 7/GBM/2017 - Capitais Mínimos para as Instituições de Crédito, Sociedades Financeiras e Operadores de Microfinanças;
- Aviso nº 8/GBM/2017 - Regulamento de Fundos Próprios das Instituições de Crédito;
- Aviso nº 12/GBM/2017 - Regulamento de Reservas Obrigatórias;
- Aviso nº 13/GBM/2017 - Regime De Comissões e Encargos Relativos a Serviços Financeiros;
- Aviso nº 19/GBM/2017 - Alteração do Regime De Comissões e Encargos Relativos a Serviços Financeiros;
- Aviso nº 20/GBM/2017 - Normas e Procedimentos Cambiais.

Adicionalmente, reforçar ainda que a Área de *Compliance* do Moza Banco promove a implementação de políticas de combate ao Branqueamento de Capitais e Financiamento ao Terrorismo, através da monitoria periódica de Clientes e transacções suspeitas, assim como da divulgação das regras de Ética e Conduta dos colaboradores.

- ▶ O ano de 2017 foi marcado por um complexo ambiente regulatório, o qual fez crescer a necessidade das Instituições Financeiras procederem à revisão e adequação dos seus procedimentos internos aos novos requisitos que foram impostos por parte do Regulador nos mais diversos temas.



10.
Gestão
de Risco



10.1 Introdução

Para o Moza Banco, a qualidade na gestão dos riscos constitui um eixo fundamental de actuação, em linha com as melhores práticas internacionais inerentes ao sector. A prudência na gestão do risco aliada à utilização de técnicas avançadas de gestão tem sido um factor determinante e diferenciador do Banco.

No exercício da sua actividade, o Banco assume riscos susceptíveis de causar impactos negativos nos seus resultados ou até no seu capital. É com base nesse pressuposto que o Moza Banco adopta políticas e princípios de gestão de risco rigorosos os quais são dotados dos meios necessários para assegurar a viabilidade e sustentabilidade do modelo de negócio e estratégia do Banco. Para dar cobertura aos diversos riscos inerentes à actividade, a gestão é orientada para implementar princípios, procedimentos e metodologias de controlo e reporte ajustadas à dimensão e complexidade do Banco.

A função de Gestão de Risco do Moza Banco visa, essencialmente, identificar, avaliar, mensurar, controlar, acompanhar e reportar todos os riscos materialmente relevantes a que o Banco se encontra exposto, interna e externamente, de modo a que os mesmos se mantenham em níveis adequados e aceitáveis com a estratégia definida.

A gestão de risco é efectuada de um modo contínuo através de:

- Acompanhamento activo dos Órgãos de Administração e Gestão de Topo;
- Definição e divulgação de políticas, procedimentos e limites;
- Sistemas de medição, acompanhamento e de informação de gestão;
- Sistema de Controlo interno abrangente.

10.2 Perfil de Risco do Banco

O Perfil de Risco do Moza Banco tem subjacente o grau de exposição a cada um dos nove riscos regulamentares (risco de operacional, risco de crédito, risco de liquidez, risco de taxa de juro, risco de reputação, risco de tecnologia de informação, risco de estratégia, risco de *compliance* e risco cambial) cuja gestão é essencial para o desenvolvimento, rentabilidade e sustentabilidade do negócio, assegurando a conformidade com os requisitos e definições legais e prudenciais, designadamente uma correcta determinação de fundos próprios e gestão de liquidez adequados às exposições aos diversos riscos decorrentes da actividade.

O Moza Banco tem vindo a desenvolver uma estrutura de gestão e acompanhamento dos diferentes riscos, alinhado com os requisitos regulamentares para implementação do acordo de Basileia II e boas práticas internacionais dotando, gradualmente, as estruturas orgânicas de meios técnicos e humanos que se revelam, a cada momento, ajustados aos riscos a que a actividade do Banco se encontra exposta.

Dentre vários projectos e iniciativas realizados nos 2 últimos anos, destacam-se a implementação:

- Do modelo de cálculo automático de Provisões Regulamentares;
- Do modelo de cálculo de imparidades, ajustado à dimensão e tipologia da carteira de crédito;
- Da metodologia de cálculo e relatório ICAAP;
- Da metodologia de testes de esforço (*Stress Testing* - cenários e sensibilidade);
- Da Central de Balanços (ferramenta de registo da informação Financeira dos Clientes).

De salientar que durante o ano de 2017, em linha com a política conservadora de gestão de risco, a Comissão Executiva do Banco aprovou as seguintes iniciativas:

- Constituição do GARC - Grupo de Acompanhamento de Risco de Crédito, para acompanhamento quinzenal do Crédito Vencido e dos Grandes Riscos;
- Substituição do Modelo de cálculo de imparidades, para que a nova metodologia esteja em harmonia com as melhores práticas internacionais (IFRS 9) - *projecto ainda em curso e com conclusão prevista para Março de 2018.*

10.3 Responsabilidades pela Gestão do Risco

A gestão de riscos é fundamental em todas as Instituições e compreende um conjunto de actividades que afectam o seu perfil de risco.

Em consonância com este princípio, os Órgãos de Administração detêm, em última instância, a responsabilidade pelo nível dos riscos assumidos pela Instituição, nomeadamente de aprovar estratégias globais de negócio e políticas, incluindo as relacionadas com a tomada e gestão de riscos.

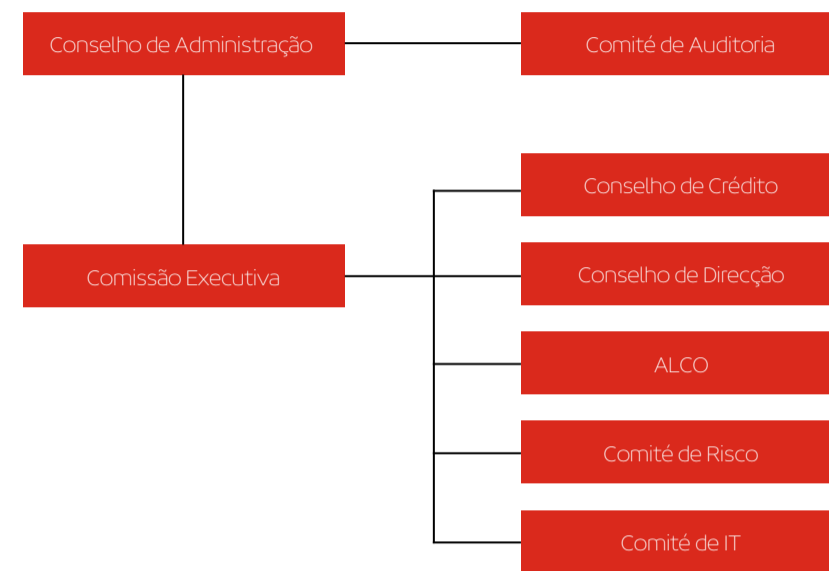
É ainda responsabilidade destes Órgãos o fornecimento de uma orientação clara relativamente aos níveis de exposição aceitáveis para a Instituição e assegurar que a Gestão de Topo implementa os procedimentos e controlos necessários para a observância das políticas e limites definidos.

Deste modo, o controlo e a gestão dos riscos materialmente relevantes a que o Banco se encontra exposto são assegurados pelo Conselho de Administração (CA), Comissão Executiva (CE), Comité de Auditoria, Comité de Risco, Comité de IT, Comité de Gestão de Activos e Passivos (ALCO), Conselho de Crédito (CC) e pelas Direcções de Gestão de Risco (DGR), Mercados e Internacional (DMI), Auditoria e *Compliance* (DAC) em conjunto com todos os Órgãos Colegiais do Banco.

O Comité de Auditoria constitui o Órgão de Supervisão Interno do Banco, sendo que o Conselho de Crédito, o Comité de Risco, o Comité de Gestão de Activos e Passivos e o Comité de IT são os Órgãos de Gestão do Risco.

▶ "Dada conjuntura da economia moçambicana, que se caracterizou em 2017 por contracção económica, embora no último trimestre se tenha assistido, ainda que timidamente, a uma retoma, o Moza Banco continuou a adoptar medidas orientadas à eficiência"





Em suma, o Moza Banco segue um modelo de gestão e controlo de riscos suportado por 3 pilares fundamentais:

- **As Unidades de Negócio e as Unidades que Geram Exposições a Riscos** - constituem a 1ª linha de defesa frente aos riscos a que o Banco se encontra envolvido. Para atenderem às suas funções, devem dispor de meios para identificar, medir, tratar e reportar os riscos assumidos;
- **Direcção de Gestão de Risco e a Função Compliance** - constituem a 2ª linha de defesa, que zelam pelo controle efectivo dos riscos e asseguram uma gestão de acordo com o nível de apetite definido pela Administração;
- **Direcção de Auditoria Interna** - constitui a 3ª linha de defesa. Durante o seu trabalho, esta Estrutura Orgânica avalia periodicamente se as políticas, métodos e procedimentos são adequados, além de comprovar a sua efectiva implementação.

As duas últimas linhas contam com um nível de separação e independência suficiente para o desempenho das suas funções e têm acesso directo ao Conselho de Administração.

ALTERAÇÕES RELEVANTES

Dada conjuntura da economia moçambicana, que se caracterizou em 2017 por contracção económica, embora no último trimestre se tenha assistido, ainda que timidamente, a uma retoma, o Moza Banco continuou a adotar medidas orientadas à eficiência, nomeadamente, minimização dos custos e maximização da rentabilidade. Embora a orientação assentasse na redução global dos custos operacionais, o Banco continuou a ajustar em alta o nível de imparidades, de forma a manter os níveis adequados de cobertura de risco de crédito.

Importa referir que, uma das medidas tomadas resultou na redefinição do modelo organizativo do Moza Banco, tornando a estrutura orgânica mais flexível e adequada aos desafios actuais e futuros. Nesta medida, foi efectuada a cisão da Direcção de Risco e *Compliance*, dando origem à DGR (Direcção de Gestão de Risco).





11.
Análise
Financeira



11.1 Nota Introdutória

AJUSTAMENTOS E RECLASSIFICAÇÕES EXTRAORDINÁRIAS (EXERCÍCIOS DE 2016 E 2017)

As Demonstrações Financeiras do Moza Banco relativas ao exercício de 2016 incorporam o resultado da avaliação e validação independente às contas do Banco levada a cabo pela empresa KPMG Consultores, SA (KPMG) a pedido do então Conselho de Administração Provisório do Banco. Deste trabalho, resultou um conjunto de ajustamentos e reclassificações contabilísticas às contas do Banco que foram objecto de aprovação pelo Conselho de Administração Provisório do Moza e o Conselho de Administração do Banco de Moçambique, das quais se destacam as seguintes:

- Reconhecimento de Imparidades no valor de MZN 316 Milhões na sequência do exercício de cálculo de justo valor (*Mark-to-Market*) dos títulos detidos pelo Moza;
- Registo de Imparidades no valor de MZN 364 Milhões em resultado do decréscimo do valor comercial das propriedades da carteira dos activos não correntes detidos para venda;
- Ajustamento das taxas de Imparidade de crédito dos Clientes Top 40, em linha com a política de gestão de risco, tendo daí resultado um aumento de Imparidades no valor de MZN 274 Milhões;
- Reclassificações contabilísticas das rubricas de imobilizado em curso para custos no valor total de MZN 383 Milhões, decorrente de um melhor e mais adequado enquadramento contabilístico dos valores que se apresentavam registados nas mesmas;
- Reconhecimento do valor de mercado (justo valor) de instrumentos financeiros derivados detidos para negociação, nomeadamente operações cambiais a prazo e *Swaps*, totalizando MZN 505 Milhões;
- Ajustamento relacionado com o registo manual relativo à reavaliação cambial dos títulos disponíveis para venda, referentes aos exercícios económicos de 2014, 2015 e 2016 no valor total de MZN 652 Milhões.

Posteriormente, já em 2017, o Conselho de Administração do Moza Banco, nomeado pelos accionistas do Banco, aprovou um conjunto de ajustamentos adicionais às contas, nomeadamente:

- Reforço das imparidades para crédito concedido no montante de MZN 1.236 Milhões, em resultado da análise do perfil de risco dos mutuários, ou da respectiva contraparte, onde foi avaliada a consistência dos factores de risco associada à estratégia definida pelo Banco, a qual está em linha com a política prudente de gestão de risco;
- Reversão do valor das provisões para pagamento de juros constituídas em 2016, no valor de MZN 341 Milhões, relacionadas com o financiamento obtido junto ao Banco de Moçambique para fazer face à deterioração significativa da posição de liquidez verificada ao longo de 2016 e agudizada após a intervenção do Banco. Salientar ainda que ao longo de 2017 o Moza Banco procedeu ao reembolso integral junto ao Banco de Moçambique do montante do financiamento contraído, em resultado da significativa recuperação dos níveis de liquidez do Banco.

Adicionalmente, em resultado da evolução do mercado, foram observados alguns factores de natureza conjuntural mas que acabaram por ter impactos significativos nas contas do Banco, nomeadamente:

- Reversão das imparidades constituídas sobre os títulos detidos na carteira do Moza, no valor de MZN 206 Milhões, em resultado de apreciação do preço de mercado/justo valor dos respectivos títulos (*mark-to-market*);
- Reforço das imparidades no valor de MZN 14 Milhões em resultado do decréscimo do valor comercial das propriedades registadas na carteira dos activos não correntes detidos para venda bem como da entrada de novos imóveis;
- Reconhecimento do valor de mercado (justo valor) de instrumentos financeiros derivados detidos para negociação, nomeadamente operações cambiais a prazo e *Swaps*, totalizando no final de 2017 um ganho de MZN 190 Milhões.

Perante as situações supra mencionadas, as Demonstrações Financeiras de 2016 e 2017 não são directamente comparáveis, como resultado da incorporação de ajustamentos, regularizações e registos de operações de natureza extraordinária e conjuntural as quais tiveram impactos materiais nas contas do Banco em qualquer um dos períodos mencionados.

ACTIVIDADE E RESULTADOS

O exercício de 2017 foi o primeiro ano de implementação do Plano Estratégico (2017-2021) aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada a 28 de Julho de 2017. Durante o ano de 2017 a actividade desenvolvida pelo Moza Banco teve como principais objectivos:

- A recuperação da imagem e credibilidade do Banco;
- A reconquista da confiança dos Clientes;
- A recuperação dos níveis de liquidez;
- O reforço da solidez;
- A optimização de processos internos e da estrutura de negócios;
- A racionalização e optimização dos custos operacionais e de investimentos.

Assim, o desempenho do Moza Banco no exercício de 2017 foi condicionado, no primeiro semestre do ano, pelas circunstâncias que levaram à sua intervenção, bem como pela manutenção de uma difícil conjuntura económica nacional marcada pelo fraco dinamismo da actividade económica, em geral, em resultado de medidas de política fiscal e monetárias restritivas levadas a cabo desde final do ano de 2015.

Não obstante os constrangimentos já descritos, ainda assim a actividade do Moza Banco durante o ano de 2017 proporcionou uma melhoria significativa dos resultados financeiros, económicos e prudenciais, tendo sido notórios os sinais de recuperação da performance operacional e o aumento dos níveis de confiança por parte dos Clientes. O resultado líquido apurado, ainda que negativo em MZN 1.459 Milhões, revelou-se inferior ao registado em 2016 (MZN 5.268 Milhões negativos) encontrando-se em linha com aquilo que ficou preconizado no Plano Estratégico aprovado pelos accionistas.

Para o exercício em análise, destacam-se os seguintes aspectos:

- O Produto Bancário totalizou MZN 2.467 Milhões (2016: MZN 524 Milhões), com a Margem Financeira a representar 80% deste agregado, Serviços e Comissões Líquidas 13% e Operações Financeiras Líquidas 7%. A evolução do Produto Bancário reflecte, sobretudo, o aumento de volumes de aplicações financeiras em outras instituições financeiras e novos investimentos em Bilhetes de Tesouro, em linha com a estratégia adoptada pelo Banco de uma maior aposta em activos de elevada liquidez e reduzido risco, tendo em vista garantir a manutenção de um elevado nível de liquidez para fazer face a eventuais desequilíbrios do mercado;
- Os custos operacionais totalizaram MZN 2.585 Milhões, o que representa uma redução de 10,2% face a 2016, reflectindo-se deste modo o esforço que foi levado a cabo pela gestão do Banco para garantir um maior controlo, optimização e racionalização dos custos. Em termos de eficiência, os custos operacionais (sem amortizações) representam 88,8% do Produto Bancário (2016: 469,8%);
- O Resultado Bruto de Exploração (RBE) positivo em MZN 276 Milhões, o qual compara favoravelmente com o registado em 2016 (MZN 1.939 Milhões negativos);
- O Resultado Operacional (antes de imparidades e provisões) fixou-se nos MZN 40 Milhões positivos, um acréscimo de 101,2% face aos MZN 3.295 Milhões negativos apurados em igual período de 2016, reflectindo sobretudo o crescimento do Produto Bancário e a redução dos custos operacionais.



Quanto ao balanço, o valor do activo total fixou-se em MZN 26.676 Milhões em 31 de Dezembro de 2017, reflectindo uma redução de 3,6% face a 2016, em resultado do decréscimo da carteira de crédito e aumento dos níveis de provisionamento sobre a mesma.

O crédito a clientes (bruto) apresenta um valor de MZN 18.228 Milhões, o qual compara com o valor de MZN 19.126 Milhões registados no período homólogo de 2016. Esta evolução reflecte o abrandamento da actividade económica em Moçambique e a consequente necessidade de desalavancagem do balanço por parte das instituições financeiras, traduzindo-se na contracção dos valores do crédito concedido a clientes, a nível do sistema bancário, de 15,9% face a igual período de 2016.

Apesar dos enormes desafios verificados no processo de intervenção e da recapitalização do Banco, o Moza Banco conseguiu recuperar a confiança do mercado em geral e dos seus clientes em particular, estabilizando as suas fontes de financiamento da actividade e mantendo adequados níveis de liquidez. Em 2017, os depósitos de Clientes totalizaram MZN 17.960 Milhões traduzindo um aumento de 11,8% face ao período homólogo de 2016.

A evolução do volume de negócio em 2017 traduziu-se numa melhoria na posição de liquidez do Banco e que levou o respectivo rácio a fixar-se na ordem dos 36,3%, o qual compara favoravelmente com o limite mínimo estabelecido pelo Regulador que é de 25,0%. O rácio de transformação apresentou igualmente uma evolução positiva durante o exercício de 2017, tendo fechado o ano em 101% o qual compara favoravelmente com os 119% que se verificavam em 2016.

Em 31 de Dezembro de 2017, o Moza Banco detinha uma quota de mercado na ordem dos 7,42% em crédito a clientes e 4,74% em depósitos de clientes, encontrando-se assim no grupo das 5 maiores instituições financeiras em termos de volume de negócio.

CAPITAL

Após o processo de recapitalização, que culminou com o aumento do seu capital social no montante global de MZN 11.712 Milhões, o valor do capital social do Moza Banco em 31 de Dezembro de 2017 é de MZN 13.841 Milhões o qual, quando conjugado com as medidas conducentes à optimização de activos ponderados pelo risco de crédito, apresenta níveis robustos de solidez.

Em termos prudenciais, tal facto levou o rácio de solvabilidade a fixar-se nos 23,46%, à data de 31 de Dezembro de 2017, que é considerado como um nível bastante superior face ao registado no sector bancário, encontrando-se ainda muito acima dos requisitos regulamentares definidos pelo Regulador que, actualmente, é de 9,0% e no futuro de 12,0%, respectivamente.

11.2 Análise de Rendibilidade

RESULTADO LÍQUIDO

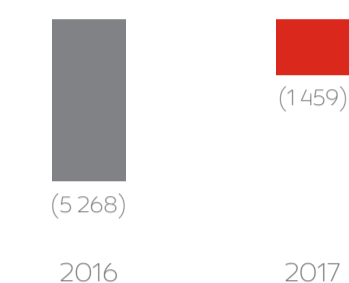
Em 2017, o resultado líquido do Moza Banco foi negativo em MZN 1.459 Milhões, que compara-se com um prejuízo de MZN 5.268 Milhões registado em 2016, tendo o desempenho em 2017, assim como em 2016, sido influenciado pelo impacto dos ajustamentos e operações de natureza específica, inseridos no âmbito da política conservadora, prudente e profissional de gestão de risco levado a cabo pelos órgãos de gestão do Banco. Contudo, é de realçar que a evolução positiva do resultado do exercício de 2017 comparativamente ao ano anterior deve-se, essencialmente, ao desempenho favorável do Produto Bancário, suportados pela margem financeira, e redução dos custos operacionais.

O Resultado Bruto de Exploração apresenta-se positivo em MZN 276 Milhões, traduzindo um crescimento acima de 100% face a 2016, em resultado do crescimento assinalável do Produto Bancário e decréscimo dos custos operacionais.

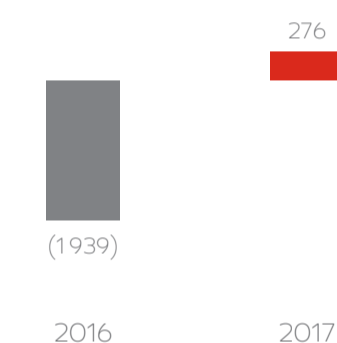
Em termos operacionais, verifica-se igualmente uma recuperação, sustentável, da performance do Banco, tendo o resultado operacional situado em MZN 40 Milhões positivos (2016: 3.295 Milhões negativos).

Os rácios de rendibilidade apresentam igualmente uma significativa melhoria comparativamente a igual período de 2016. A rendibilidade de capitais próprios (ROE) e rendibilidade dos activos (ROA) fixaram-se em 16,9% negativos (2016: 211,3% negativos) e 5,5% negativos (2016: 19,0% negativos), respectivamente, evidenciando uma considerável recuperação da eficiência operacional, e alinhados com os objectivos estratégicos definidos pelos accionistas e preconizados no plano estratégico 2017-2021.

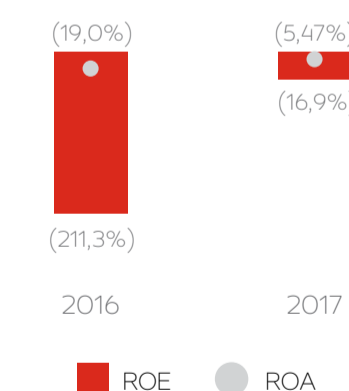
Resultado líquido (Milhões MZN)



Resultado bruto exploração (Milhões MZN)



Rácios de Rendibilidade



	MZN'000		
Demonstração de Resultados	2016	2017	Var.
Juros e rendimentos similares	3 679 335	4 002 726	8.8%
Juros e gastos similares	2 733 522	2 034 775	(25.6%)
Margem Financeira	945 812	1 967 951	108.1%
Serviços e comissões líquidas	386,134	324,362	(16.0%)
Operações financeiras líquidas	(807,637)	175,017	121.7%
Produto Bancário	524 310	2 467 330	370.6%
Custos Administrativos	2 462 983	2 191 028	(11.0%)
Gastos Gerais	1 457 960	1 247 995	(14.4%)
Custos com Pessoal	1 005 023	943 033	(6.2%)
Resultado Bruto de Exploração	(1,938,673)	276,302	114.3%
Amortizações	416 795	393,740	(5.5%)
Outros resultados de exploração	939 158	(157 286)	116.7%
Resultados Operacionais	(3,294,626)	39,848	101.2%
Imparidade e Provisões do exercício	2 146 008	1 497 164	(30.2%)
Resultado Antes do Imposto	(5 440 634)	(1,457,316)	73.2%
Imposto	172 437	(1 520)	(100.9%)
Resultado Líquido	(5 268 198)	(1 458 836)	72.3%

A Demonstração de resultados incorpora ajustamentos e operações de natureza extraordinária os quais totalizam, em 2016 e 2017, os montantes globais de MZN 2.517 Milhões negativos e MZN 514 Milhões negativos, respectivamente.

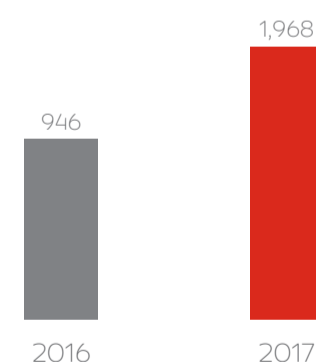
MARGEM FINANCEIRA

A Margem Financeira fixou-se em MZN 1.968 Milhões em 2017, o que corresponde a um incremento de 108,1% face ao período homólogo de 2016, o qual foi influenciado pela evolução favorável quer dos juros a receber quer dos juros a pagar.

Em 2017, os juros a receber apresentaram um incremento de 8,8% resultante do incremento do volume de aplicações financeiras em outras instituições de crédito e novos investimentos na carteira de títulos (Bilhetes de Tesouro), evidenciando a estratégia adoptada pelo Banco de contenção na concessão de crédito, com vista a garantir a recuperação e estabilização dos níveis de liquidez, sendo o excesso de liquidez direccionado para aplicações de elevada liquidez e reduzido risco.

Adicionalmente, os juros a pagar totalizaram em 2017 MZN 2.035 Milhões, reflectindo um decréscimo de 25,6% face a igual período de 2016. A evolução favorável reflecte, sobretudo, o reforço da posição de liquidez do Banco por via de recursos próprios, tendo os passivos geradores de juros diminuído em MZN 12.410 Milhões, comparativamente a 2016.

Margem Financeira (Milhões MZN)



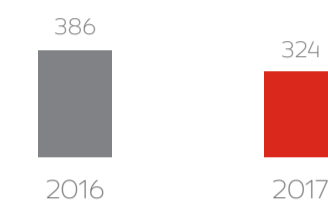
COMISSÕES LÍQUIDAS

Em 2017, as comissões líquidas totalizaram MZN 324 Milhões, reflectindo uma redução de 16,0% face ao igual período de 2016. O desempenho das comissões líquidas em 2017 resulta, essencialmente, dos seguintes efeitos:

→ Diminuição do valor das comissões associadas as operações de crédito desembolso, originada pelo decréscimo da carteira de crédito desembolso (bruta) no montante de MZN 1.265 Milhões;

→ Redução das comissões associadas ao crédito por assinatura, devido ao facto de, a partir de Outubro de 2016, o Moza Banco ter deixado de participar na operação sindicada de emissão de garantias bancárias para importação de combustíveis para o mercado nacional.

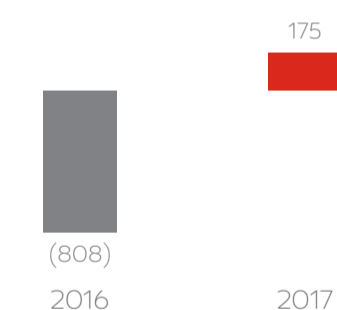
Comissões Líquidas (Milhões MZN)



OPERAÇÕES FINANCEIRAS LÍQUIDAS

Os Resultados de Operações Financeiras, que incorporam o resultado de operações cambiais e resultados de reavaliação de posição e de derivados cambiais, totalizaram MZN 175 Milhões, os quais comparam favoravelmente com as perdas de MZN 808 Milhões que foram registadas no período homólogo de 2016. Este crescimento foi influenciado pela evolução positiva dos resultados com operações cambiais (*trading*) e reconhecimento de menores perdas de reavaliação cambial, como resultado da significativa redução da exposição ao risco cambial por via de operações *Swap*.

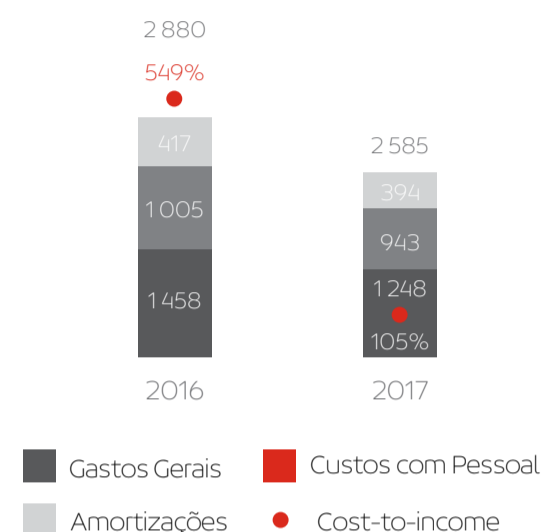
Operações Financeiras líquidas (Milhões MZN)



CUSTOS OPERACIONAIS

Em 2017, os custos operacionais, que agregam os custos com pessoal, os gastos gerais e as amortizações, totalizaram MZN 2.585 Milhões, reflectindo uma redução de 10,2% face ao período homólogo de 2016, resultante da redução de gastos gerais (14,4%), custos com pessoal (6,2%) e amortizações (5,5%). A evolução favorável dos custos operacionais espelha a estratégia seguida pelo Banco de uma maior contenção, controlo e racionalização de custos, tendo em vista garantir gradualmente, e de forma sustentada, a melhoria dos rácios de eficiência e o respectivo alinhamento ao sector. No período em análise, o rácio cost-to-income atingiu os 105%, abaixo dos 549% registados em igual período de 2016, traduzindo o efeito positivo das medidas implementadas tendentes à redução de custos e incremento do produto bancário.

Custos Operacionais (Milhões MZN)



GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Os gastos gerais administrativos totalizaram, em 2017, MZN 1.248 Milhões, representando um decréscimo de 14,4% face ao período homólogo de 2016. A evolução positiva dos gastos gerais resulta essencialmente de revisões e rescisões contratuais, com efeitos a partir do 2º semestre de 2017, que estavam associadas às prestações de serviços de manutenção de sistemas informáticos e consultoria que eram, essencialmente, prestados por entidades externas, no âmbito de internalização de serviços e renegociação contratual das rendas de agências e instalações dos serviços centrais, passando os valores contratados em moeda estrangeira a serem indexados a um câmbio fixo, dentro daquilo que é a estratégia definida pelo Banco. Adicionalmente, o efeito da apreciação do Metical sobre determinados custos indexados em moedas estrangeiras contribuiu também para a redução dos custos.

CUSTOS COM PESSOAL

Os custos com pessoal apresentaram uma redução na ordem dos 6,2% face a igual período de 2016, tendo-se fixado em MZN 943 Milhões. O decréscimo resulta essencialmente de um menor registo de custos com os Órgãos Sociais, uma vez que o Banco esteve a ser gerido por um Conselho de Administração Executivo Provisório designado pelo Banco de Moçambique no período compreendido entre Setembro de 2016 e Julho de 2017, em face de uma mais reduzida dimensão dos mesmos relativamente à estrutura existente antes da intervenção.

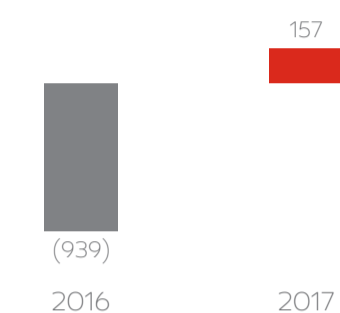
AMORTIZAÇÕES

As amortizações do exercício totalizaram MZN 394 Milhões, reflectindo uma diminuição de 5,5% quando comparado ao período homólogo de 2016. Esta evolução resulta do gradual termo de ciclo de amortização e de vida útil dos investimentos realizados nos exercícios anteriores, sendo de realçar os equipamentos adquiridos no período de 2012 e 2013.

OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Os outros resultados de exploração fixaram-se, em 2017, em MZN 157 Milhões que compara com a perda de MZN 939 Milhões que foi registada em 2016. De realçar que o desempenho desta rubrica em 2016 e 2017 foi significativamente influenciado pelos ajustamentos efectuados às contas mas que eram relativos a exercícios anteriores.

Outros Resultados de Exploração (Milhões MZN)

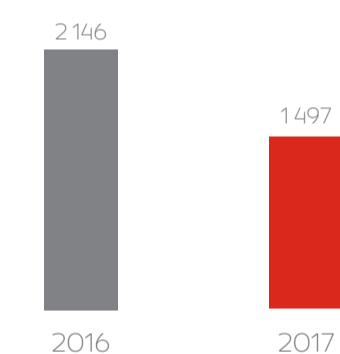


IMPARIDADES E PROVISÕES DO EXERCÍCIO

As imparidades e provisões agregam as rubricas de dotações para imparidades de crédito, imparidades de activos disponíveis para venda, imparidades de outros activos, nomeadamente os activos recebidos em dação decorrente de resolução de contratos com Clientes, bem como as dotações para outras provisões.

As dotações para imparidades e provisões totalizaram MZN 1.497 Milhões, reflectindo um decréscimo de 30,2% face a 2016, em resultado da reversão de imparidades de activos disponíveis para venda e registo de menores custos com imparidades de outros activos.

Imparidades e Provisões (Milhões MZN)



Em milhões de meticais	2016	2017	Var.
Imparidades e Provisões Globais	2 146	1 497	(30.2%)
Imparidade de crédito	1465	1597	9.0%
Activos disponíveis para venda	316	(206)	(165.1%)
Outros activos	364	15	(96.0%)
Provisões	1	91	> 200%



IMPARIDADE DE CRÉDITO

Apesar dos elevados níveis de provisionamento e consequentemente de cobertura da carteira de crédito do Moza Banco registados em finais de 2016, ao longo de 2017, tornou-se necessário prosseguir com um esforço adicional de provisionamento da carteira de crédito a clientes no valor global de MZN 1.597 Milhões (2016: 1.465 Milhões), tendo o rácio de cobertura de imparidade evoluído de 10,5% para 16,7%.

Qualidade do Crédito a Clientes	Evolução anual		
	2016	2017	Var.
Imparidade do Crédito/Crédito Vencido Total	131.8%	171.1%	39,2 pp
Imparidade do Crédito/Crédito Vencido > 90 dias	226.1%	185.0%	(41,0 pp)
Custo médio de imparidade	7.8%	8.6%	0,7 pp
Crédito vencido/Crédito Total	8.0%	9.8%	1,8 pp
Imparidades acumuladas do Balanço/Crédito Total	10.5%	16.7%	6,2 pp

Ao longo de 2017, o Moza Banco efectuou o reforço de imparidades de um conjunto de Clientes de análise individual em resultado da avaliação contínua do perfil de risco dos mesmos, no montante global de MZN 1.236 Milhões. O reforço verificado apresenta-se em linha com a estratégia definida pelo Banco e evidencia a manutenção de uma política conservadora, prudente e profissional de gestão do risco levada a cabo pelos Órgãos de Gestão do Banco.

O rácio de crédito em risco aumentou de 8,0% para 9,8% em Dezembro de 2017, reflectindo os efeitos da desaceleração da actividade económica, influenciada pela redução das despesas de investimentos e consumo do Estado, sendo este o maior agente económico, em resultado da política fiscal restritiva levada a cabo após a suspensão da ajuda externa ao orçamento do Estado pelos parceiros de cooperação internacional.

Em consequência do esforço de provisionamento efectuado em 2017, o custo médio de imparidade situou-se em 855 pontos base, que compara com os 780 pontos base apurados em 2016. O rácio de cobertura do crédito vencido por imparidade mantêm-se em níveis confortáveis de 171,1% (2016: 131,8%), o que demonstra que a exposição de crédito em risco apresenta um nível de cobertura integral, estando a carteira de crédito a clientes devidamente coberta.

IMPARIDADES DE ACTIVOS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Em 2017, observou-se uma reversão parcial das imparidades constituídas em 2016 dos títulos detidos pelo Moza no montante de MZN 206 Milhões (2016: MZN 316 Milhões negativos), em resultado de apreciação do respectivo preço de mercado.

OUTRAS IMPARIDADES E PROVISÕES

Anualmente, o Banco efectua uma avaliação independente da sua carteira de activos não correntes detidos para venda (*mark-to-market*), da qual resulta no apuramento de perdas ou ganhos decorrentes da evolução do valor de mercado dos respectivos imóveis. Em 2017, o Banco procedeu ao reforço de imparidades de outros activos no montante de MZN 15 Milhões, o qual compara com os MZN 364 Milhões registados em 2016.

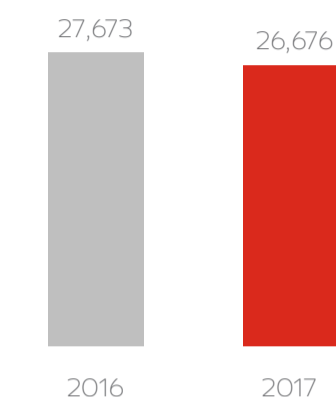
Relativamente às provisões, em 2017, o Banco constituiu provisões no montante global de MZN 91 Milhões (2016: MZN 0,7 Milhões), tendo por objectivo fazer face a potenciais encargos futuros de natureza operacional e judicial.

11.3 Análise do Balanço

ACTIVO TOTAL

Em 2017, em resultado de uma evolução pouco favorável da conjuntura económica do País em geral e do sector empresarial em particular, a actividade desenvolvida pelo sector bancário nacional teve como principal prioridade a desalavancagem da carteira de crédito e aumento dos níveis de liquidez e solidez, traduzindo-se no incremento da carteira de títulos de dívida Pública (Obrigações e Bilhetes de Tesouro) e aplicações em outras instituições de crédito (OIC).

Activo Total (Milhões MZN)

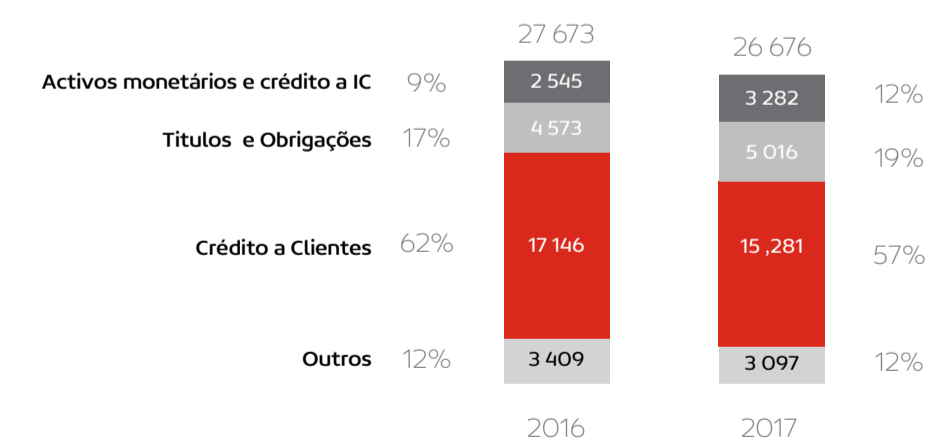


O activo total do Moza Banco fixou-se em MZN 26.676 Milhões em 31 de Dezembro de 2017, um decréscimo de 3,6% quando comparados com os MZN 27.673 Milhões registados no período homólogo de 2016. Esta evolução reflecte, no essencial, o efeito da diminuição da carteira de crédito a clientes, em linha com a tendência de evolução verificada no mercado bancário.

Em 31 de Dezembro de 2017, o Moza Banco apresentava-se no grupo das 5 maiores instituições financeiras em Moçambique em termos de activos, com uma quota de mercado de 4,97%.

A composição do activo do Banco em 31 de Dezembro de 2017 evidencia de uma forma objectiva a estratégia levada a cabo pelos órgãos de gestão do Moza Banco de uma adequada diversificação de aplicações de fundos e dos respectivos prazos de vencimento, apostando em investimentos de activos de elevada liquidez e reduzido risco, tendo em vista garantir a manutenção de um elevado nível de liquidez para fazer face a eventuais desequilíbrios do mercado.

Activo Total (Milhões MZN)



Os Activos Monetários e Crédito a Outras Instituições de Crédito (OIC), que agregam caixa e disponibilidades no Banco Central, disponibilidade em outras instituições de crédito e aplicações em outras instituições de crédito, ascenderam a MZN 3.282 Milhões em 2017, que compara com os MZN 2.545 Milhões registados em 2016, reflectindo, fundamentalmente, o incremento da carteira de aplicações em instituições de crédito.

A carteira de títulos e obrigações, que agregam as rubricas de obrigações e bilhetes de tesouro, títulos de reembolso, obrigações de empresas e acções, totalizaram MZN 5.016 Milhões, reflectindo um acréscimo de 9,7% face a igual período de 2016, explicado, essencialmente, pelos novos investimentos em títulos de Dívida Pública, nomeadamente, Bilhetes de Tesouro. De salientar que os títulos de Dívida Pública podem ser utilizados como colaterais para obtenção de fundos, em caso de possíveis necessidades de liquidez e de refinanciamento da actividade do Banco.

A carteira de crédito a clientes (líquida) em 2017 cifrou-se em MZN 15.281 Milhões, um decréscimo de 10,9% face aos MZN 17.146 Milhões registados em 2016, em resultado de vencimentos e não renovações de crédito, sobretudo, de empresas, aliado ainda ao efeito cambial e reforço de imparidades de crédito.

Os outros activos, que agregam o imobilizado líquido, activos não correntes detidos para venda e outros activos não remunerados, fixaram-se em MZN 3.097, reflectindo um decréscimo de 9,1% face ao período homólogo de 2016, devido essencialmente às variações da rubrica de imobilizado decorrente da evolução das respectivas amortizações acumuladas.

PASSIVO TOTAL

O Passivo total situou-se em MZN 19.478 Milhões no final de 2017, registando uma diminuição de 36,0% face aos MZN 30.448 registados em 2016, reflectindo fundamentalmente a liquidação na íntegra da linha de apoio à liquidez obtido junto ao Banco de Moçambique e o vencimento de obrigações Moza.

A redução significativa do Passivo resulta do aumento de Capital Social ocorrido ao longo de 2017, aliado ao crescimento dos depósitos de clientes, com impacto positivo no aumento de liquidez, tendo assegurado o Moza Banco o pagamento integral das suas responsabilidades nos prazos acordados.

Os depósitos de outras instituições de crédito cifraram-se em MZN 15 Milhões, representando um decréscimo de 99,9% face aos MZN 12.100 Milhões registados em 2016. A evolução resulta, essencialmente, da liquidação na íntegra da linha de apoio à liquidez obtido junto ao Banco de Moçambique, que totalizou no final de 2016 o montante de MZN 12.067 Milhões.

Os depósitos de clientes constituem a principal fonte de financiamento da actividade do Banco. Em 2017, os depósitos totalizaram MZN 17.960 Milhões, reflectindo um crescimento de 11,8%, quando comparado com os MZN 16.058 Milhões registados em igual período de 2016, traduzindo, de uma forma inequívoca, a retoma dos níveis de confiança dos Clientes.

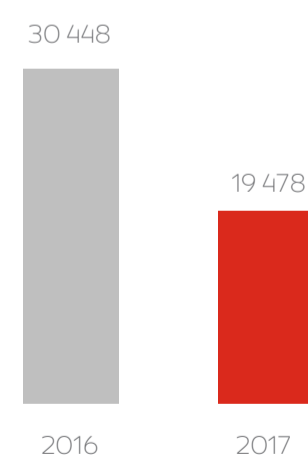
Em 2017, a carteira de títulos passivos, que correspondem aos empréstimos obrigacionistas, registou um decréscimo de 27,3% face ao período homólogo de 2016, fixando-se em MZN 870 Milhões. O decréscimo verificado está directamente relacionado com o vencimento de obrigações Moza no montante global de MZN 250 Milhões.

Os outros passivos, que agregam os recursos consignados, impostos correntes e diferidos e outras responsabilidades, fixaram-se em MZN 633 Milhões, que compara com os MZN 1.095 Milhões registados no período homólogo de 2016, traduzindo-se numa redução de 42,2% derivado essencialmente do reembolso parcial de recursos destinados a apoiar as actividades de financiamento (recursos consignados), em linha com as condições constante nos acordos, e reversão de perdas em instrumentos financeiros derivados detidos para negociação que foram contabilizadas em 2016, nomeadamente operações cambiais a prazo e *Swaps*.

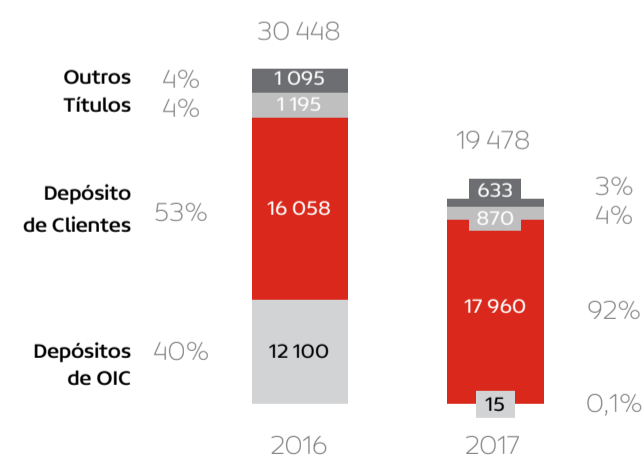
CAPITAL PRÓPRIO

O capital próprio, que agrega o capital social, reservas, resultados transitados e resultado líquido do exercício, totalizou MZN 7.198 Milhões, em 2017, que compara com MZN 2.775 Milhões negativos contabilizados no final do exercício de 2016, reflectindo uma significativa melhoria da solidez do Banco em resultado do reforço do capital no montante global de MZN 11.712 Milhões, passando o capital social para MZN 13.841 Milhões, tornando-se o Moza Banco, por essa via, a instituição financeira com o maior capital social do mercado e uma das 4 maiores em termos de fundos próprios.

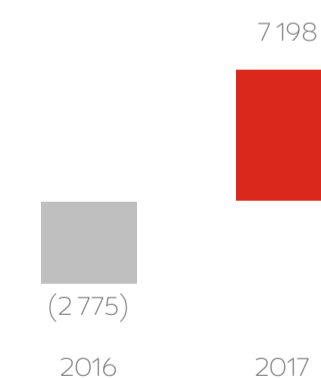
Passivo Total (Milhões MZN)



Passivo Total (Milhões MZN)



Capital Próprio (Milhões MZN)



Em milhões de meticais	2016	2017	Var.
Total do Capital Próprio	(2,775)	7,198	> 200%
Capital social	2,129	13,841	550,1%
Reservas	109	(171)	< (200%)
Resultados Transitados	254	(5,014)	< (200%)
Resultados do exercício	(5,268)	(1,459)	(72,3%)

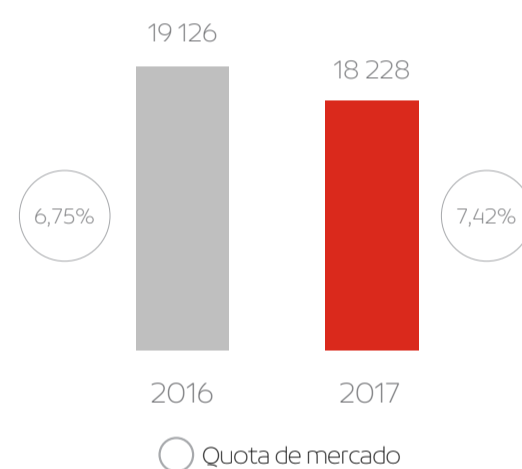


CRÉDITO A CLIENTES

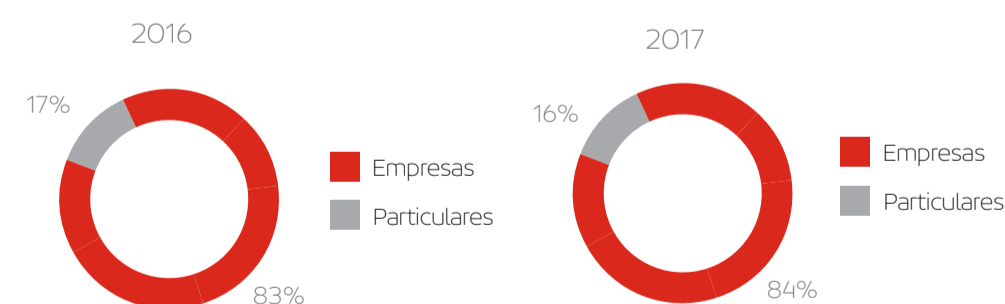
A recuperação da economia moçambicana nos últimos 2 anos apresenta-se ainda a um ritmo moderado, resultando num crescimento económico abaixo da média observada antes do início da crise, de aproximadamente 7%. O abrandamento dos níveis de crescimento da economia tem afectado o desempenho do sector bancário, reflectindo-se na contracção do crédito à economia, tendo a carteira total de crédito do sistema em 2017 diminuído em cerca de 15,9% face ao período homólogo de 2016.

Em 2017, a carteira de crédito a clientes (bruto) do Moza Banco apresentou um decréscimo de 4,7% comparativamente a 2016, cifrando-se em MZN 18.228 Milhões. A redução, em linha com a tendência verificada no sistema financeiro, reflecte o vencimento de operações, sobretudo de empresas, aliada ao efeito da apreciação do Metical face às principais moedas transaccionadas no País (USD, ZAR e EUR), o qual contribuiu para a redução do valor do crédito concedido em moeda estrangeira (efeito de conversão para moeda local, Metical).

Crédito a clientes (Milhões MZN)



A contracção do crédito verificada em 2017 enquadra-se na necessidade de desalavancagem do balanço, visando a recuperação dos níveis de liquidez e solidez do Banco. A desalavancagem reflectiu-se com maior incidência, em termos absolutos, no crédito a empresas, contudo, em termos de distribuição verifica-se que este segmento continua a apresentar um peso considerável na estrutura de crédito total do Banco.



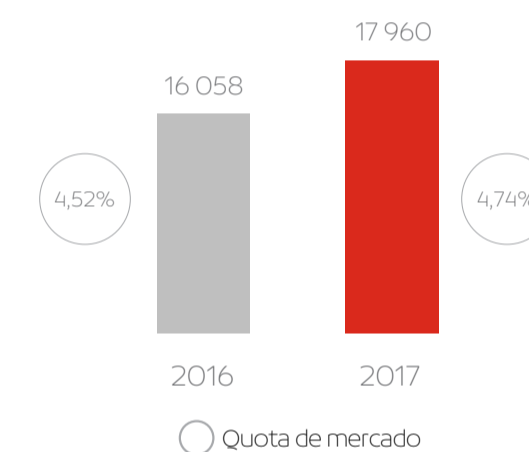
Em 2017, o Moza Banco manteve a sua posição de quarto (4º) maior Banco moçambicano em termos de crédito, com uma quota de mercado de 7,42% (2016: 6,75%), consolidando desse modo a sua posição no ranking do sistema bancário, contribuindo assim para o crescimento económico do País em geral, e dos agentes económicos em particular.

DEPÓSITOS DE CLIENTES

A carteira de depósitos do sistema bancário tem apresentado, nos últimos dois anos, níveis de crescimento tímido, reflectindo a conjuntura económica do País marcada por uma postura restritiva da política monetária e fiscal. Em 2017, os depósitos totais do sistema totalizaram MZN 369.945 Milhões, traduzindo-se num crescimento de apenas 5,8% face ao período homólogo de 2016.

Os depósitos de clientes do Moza Banco totalizaram MZN 17.960 Milhões em 31 de Dezembro de 2017, um aumento de 11,8% face ao registado em igual período de 2016. De referir que a evolução da carteira de depósitos reflecte a gradual retoma dos níveis de confiança do mercado em geral, e dos Clientes do Banco em particular, e espelha o resultado da nova abordagem comercial do Banco, um Banco relacional, que tem o seu Cliente como o centro do seu posicionamento estratégico.

Depósitos a clientes (Milhões MZN)



O crescimento da carteira de depósitos de clientes verificou-se com maior incidência nos depósitos de particulares, o que reflecte a reafirmação do posicionamento estratégico do Banco, um Banco universal com oferta diversificada e uma abordagem bem definida para cada um dos seus segmentos.

O bom desempenho comercial do Banco na captação de depósitos, o crescimento dos depósitos no Moza Banco foi superior ao do mercado, resultou num incremento da sua posição no sector financeiro, com a quota de mercado em termos de depósitos a evoluir de 4,52% em 2016, para 4,74% em 31 de Dezembro de 2017, posicionando-se no quinto (5º) lugar na lista das maiores instituições financeiras em Moçambique.

CAPITAL REGULAMENTAR

No dia 3 Abril de 2017, o Banco de Moçambique aprovou a alteração do regulamento de fundos próprios (Aviso nº 8/GBM/2017) e o regulamento sobre os rácios e limites prudenciais (Aviso nº 9/GBM/2017) das instituições de crédito, de modo a adequá-los aos crescentes riscos inerentes à actividade bancária, bem como à dinâmica da economia nacional. Adicionalmente, e na mesma data, o Banco de Moçambique procedeu à alteração do capital mínimo das instituições de crédito, sociedades financeiras e operadores de microfinanças.

Os novos regulamentos estabeleceram novos e mais exigentes requisitos de capital para as instituições de crédito, com efeitos a partir de 2017.

Esta maior exigência resulta de uma definição mais estrita de fundos próprios totais e dos respectivos elementos que os compõem bem como o estabelecimento de novos valores mínimos para o rácio de solvabilidade, passando de 8% para 12%, de aplicação gradual num prazo de 3 anos (2017: 9% e 2018: 11% e 2019: 12%). O valor do capital social mínimo dos Bancos passou de MZN 70 Milhões para MZN 1.700 Milhões a ser atingido num prazo máximo de 3 anos.



Em 2017, no âmbito do processo de recapitalização do Moza Banco, os accionistas do Banco procederam ao reforço de capital social no montante global de MZN 11.712 Milhões para fazer face às recentes exigências por parte do Banco de Moçambique, bem como para assegurar a implementação do Plano Estratégico (2017 - 2021). Deste modo, o capital social do Banco passou de MZN 2.129 Milhões para MZN 13.841 Milhões, traduzindo-se numa melhoria significativa dos níveis de solidez e liquidez do Banco.

Milhões de meticais	2016	2017	Var.
Total de Fundos Próprios Regulamentares	(24 172)	4,254	< 100%
Fundos Próprios de Base	(4 742)	3,618	< 100%
Fundos Próprios Complementares	3	726	< 100%
Deduções	(19 433)	(91)	(99,5%)
Activos Ponderados pelo Risco	24 446	18,130	(25,8%)
Rácio Core Capital (Tier I)	(19,40%)	19,96%	39,35 pp
Rácio de solvabilidade	(98,88%)	23,46%	122,34 pp

O rácio *Tier I* em 31 de Dezembro de 2017 situou-se em 19,96%, comparando favoravelmente com 19,40% negativos apresentados em 2016, em resultado da evolução favorável dos fundos próprios totais derivado da operação de aumento de capital social, bem como a redução dos activos ponderados pelo risco.

O rácio de solvabilidade, em 31 de Dezembro de 2017, atingiu os 23,46% (2016: 98,88% negativos) superando grandemente o rácio de solvabilidade mínimo regulamentar exigido actualmente e no futuro de 9% e 12%, respectivamente.

LIQUIDEZ

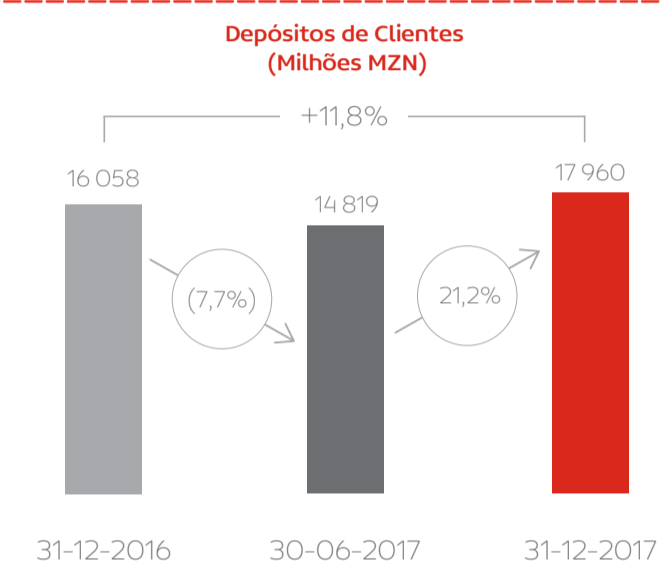
Na altura do anúncio da intervenção por parte do Banco Central no Moza Banco, 30 de Setembro de 2016, o Banco encontrava-se numa situação insustentável em matéria de liquidez, reflectindo-se na escassez de disponibilidade para fazer face às necessidades dos seus Clientes.

Após a intervenção, observou-se uma corrida aos levantamentos por parte dos depositantes em resultado de alguma preocupação e desconfiança dos Clientes relativamente ao futuro da instituição, o que veio a pressionar ainda mais a difícil situação de liquidez em que o Banco se encontrava.

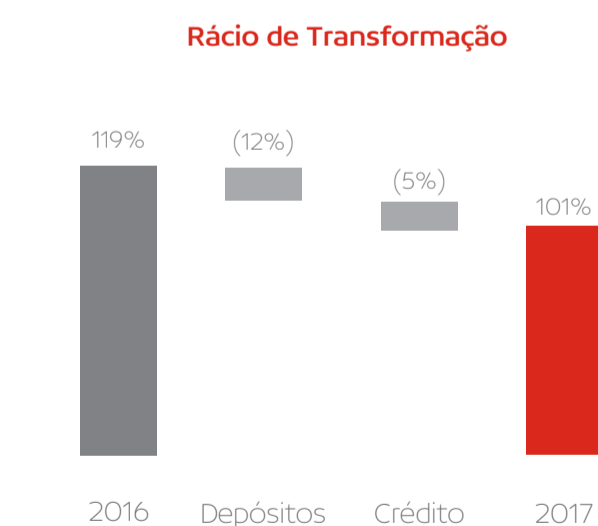
Face à deterioração significativa da posição de liquidez do Banco, e num enquadramento de escassez de liquidez no mercado doméstico, o Moza teve que recorrer a um financiamento junto ao Banco de Moçambique para minimizar os efeitos da difícil posição de liquidez do Banco e fazer face à saída de depósitos dos Clientes, sendo o valor do mesmo, no final de 2016, de MZN 12.067 Milhões.

No primeiro semestre de 2017, a situação de liquidez do Banco continuou fortemente a ser pressionada, tendo os depósitos de Clientes apresentado uma redução de 7,7% face ao registado a 31 de Dezembro de 2016. No entanto, no segundo semestre de 2017, com o sucesso do processo de recapitalização do Banco que culminou com o aumento de capital social no valor global de MZN 11.712 milhões, observou-se uma melhoria significativa dos níveis de liquidez do Banco.

Adicionalmente, o novo posicionamento estratégico assumido pelo Banco assente em padrões de qualidade muito rigorosos e a sua transformação em um "Banco Relacional" iniciou, no segundo semestre de 2017, o processo de recuperação assinalável dos depósitos, tendo registado um aumento de 21,2% face ao primeiro semestre de 2017, e 11,8% face a 31 de Dezembro de 2016.



Simultaneamente aos esforços de recuperação dos depósitos de Clientes, o Moza Banco efectuou a desalavancagem do seu balanço, através da contracção da carteira de crédito a clientes, traduzindo-se numa significativa melhoria do rácio de transformação (rácio que avalia a relação entre crédito e depósitos), tendo-se o mesmo fixado em 101% no final de 2017.



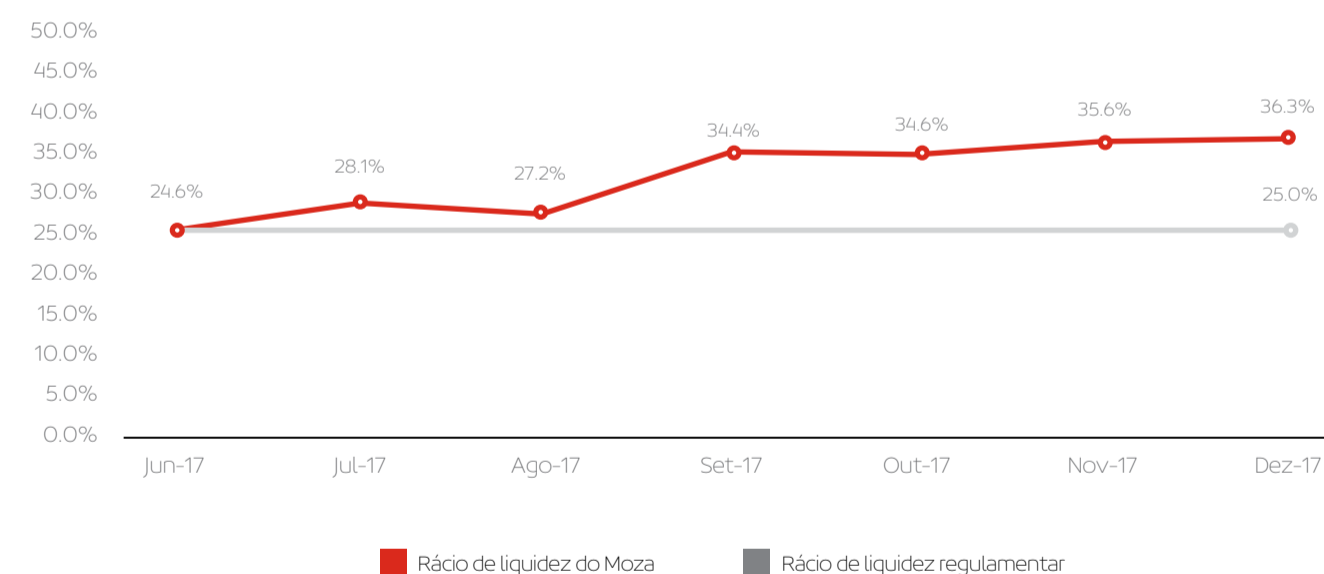
Em 31 de Dezembro de 2017, o Banco detinha uma carteira elegível para operações de mercado monetário interbancário (títulos de dívida pública, nomeadamente, Bilhetes e Obrigações de Tesouro, adquiridos com acordo de revenda) no valor de MZN 3.781 Milhões, representando um crescimento de 8,3% face aos MZN 3.491 Milhões registados no período homólogo de 2016. Os títulos de dívida pública referidos anteriormente servem de colaterais para cobrir possíveis necessidades de liquidez do Banco.

De referir que o encaixe associado à operação de aumento de capital social, conjugado com o aumento significativo dos depósitos de clientes, a contracção de crédito e geração do fluxo de caixa da actividade operacional positivo, possibilitaram a geração de liquidez que permitiu ao Banco liquidar na íntegra o valor em dívida da linha de apoio à liquidez obtido junto ao Banco de Moçambique, em linha com a estratégia definida pelos accionistas e preconizada no Plano Estratégico (2017-2021).

No contexto de um quadro regulamentar mais exigente, e havendo necessidade de monitorar os níveis de liquidez no sistema financeiro nacional, o Banco de Moçambique introduziu em Junho de 2017 o Aviso nº 14/GBM/2017 sobre os requisitos de liquidez das instituições de crédito, na qual as mesmas tem a obrigatoriedade em observar de forma contínua e permanente um nível de rácio de liquidez mínimo de 25,0%.

Em 31 de Dezembro de 2017, o rácio de liquidez do Moza Banco fixou-se nos 36,3%, níveis considerados adequados face aos requisitos e aos *benchmarks*, permitindo ao Banco cobrir os riscos actuais e futuros a que a sua actividade possa vir a estar sujeita. Os índices de liquidez apresentados pelo Moza Banco evidenciam que o Banco se encontra em condições de honrar e assumir todos os seus compromissos para com os clientes, fornecedores ou qualquer outros *stakeholder*.

Rácio de Liquidez



Para o ano 2018, o objectivo passa por manter a trajectória crescente dos índices de liquidez verificados desde o mês de Junho de 2017, através da implementação de medidas conducentes à desalavancagem do balanço por via de alienação dos activos não produtivos e aumento de depósitos de clientes em resultado do reforço da confiança dos Clientes, visando a criação de uma maior reserva adicional de liquidez.





12.
Proposta
de Aplicação
de Resultados

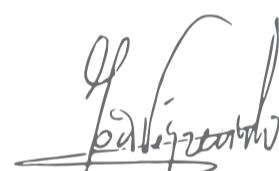


12.1 Proposta de Aplicação de Resultados

Considerando as disposições estatutárias e nos termos da legislação Moçambicana em vigor, o Conselho de Administração do Moza Banco propõe, para aprovação da Assembleia Geral, que o prejuízo apurado no exercício económico de 2017 no valor de MZN 1.458.836.094 seja aplicado em Resultados transitados.

Assim, e após aplicação de resultados acima proposta, a estrutura do capital próprio será a seguinte:

	Saldo a	Proposta			Saldo a
	31.Dez.2017	Reserva Legal	Dividendos	Resultados Acumulados	31.Dez.2017
	(antes da aplicação proposta)				(após aplicação proposta)
Capital Social	13 841 250 000	-	-	-	13 841 250 000
Reserva Legal	61 548 399	-	-	-	61 548 399
Outras Reservas	(232 203 247)				(232 203 247)
Resultados do exercício anterior	(5 013 868 783)			(1 458 836 094)	(6 472 704 877)
Resultados do exercício	(1 458 836 094)			1 458 836 094	-
	7 197 890 275	-	-	-	7 197 890 275


 Presidente do Conselho de Administração
 Dr. João Figueiredo


 Administrador do Conselho de Administração
 Dr. Manuel Guimarães





13.
Demonstrações
Financeiras



Declaração de responsabilidade dos Administradores

Os administradores são responsáveis pela preparação e apresentação adequada das demonstrações financeiras do Moza Banco, S.A, que compreendem a demonstração da posição financeira, em 31 de Dezembro de 2017, a demonstração de resultados, a demonstração do resultado integral, a demonstração de alterações no capital próprio e demonstração de fluxos de caixa do exercício findo naquela data, assim como as notas às demonstrações financeiras, as quais incluem um sumário das principais políticas contabilísticas e outras notas explicativas, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.


Os administradores são igualmente responsáveis pelo sistema de controlo interno relevante para a preparação e apresentação apropriada destas demonstrações financeiras que estão livres de distorções materiais, devidas quer a fraude, quer a erros, e por manter registos contabilísticos adequados e um sistema eficaz de gestão de risco.

Os Administradores procederam a uma avaliação da capacidade do Banco continuar a operar com a devida observância do pressuposto de continuidade, não tendo encontrado motivos para não acreditar que o Banco continuará a operar segundo esse pressuposto no futuro próximo.

O auditor é responsável por reportar sobre se as demonstrações financeiras estão adequadamente apresentadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras do Moza Banco, S.A, conforme mencionado no primeiro parágrafo, foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 23 de Março de 2018 e vão assinadas em seu nome, por:


Presidente do Conselho de Administração
Dr. João Figueiredo


Administrador do Conselho de Administração
Dr. Manuel Guimarães

Demonstração de Resultados

	Notas	2017	2016
Juros e rendimentos similares	4	4 002 726	3 679 334
Juros e gastos similares	4	(2 034 775)	(2 733 522)
Margem financeira	4	1 967 951	945 812
Rendimentos de serviços e comissões	5	412 867	494 140
Encargos com serviços e comissões	5	(88 505)	(108 006)
Serviços e comissões líquidas	5	324 362	386 134
Operações financeiras líquidas	6	175 017	(807 637)
Rendimentos operacionais		2 467 330	524 310
Imparidade líquida do exercício	16,17,18,19	(1 405 806)	(2 145 332)
Rendimentos operacionais líquidos		1 061 524	(1 621 022)
Gastos com pessoal	7	(943 033)	(1 005 023)
Depreciações e amortizações	20,21,22	(393 740)	(416 795)
Outros gastos operacionais	8	(1 502 955)	(2 459 462)
Outros ganhos operacionais	8	412 246	62 344
Provisões	9	(91 358)	(677)
Prejuízo do exercício		(1 457 316)	(5 440 634)
Imposto corrente	10	-	-
Imposto diferido	10	(1 520)	172 437
Prejuízo do exercício		(1 458 836)	(5 268 198)
Perdas por acção			
Básicos	11	(5,60)	(61,86)
Diluídos	11	(5,60)	(61,86)

Demonstração do Resultado Integral

	Notas	2017	2016
Prejuízo do exercício		(1 458 836)	(5 268 198)
Outro rendimento integral para ser reclassificado para lucros ou prejuízos em períodos subsequentes			
Activos financeiros disponíveis para venda	16	(333 277)	61 845
Impostos diferidos	10	53 324	(9 927)
		(279 953)	51 918
Rendimento integral, líquido de impostos		(1 738 789)	(5 216 280)



Demonstração da Posição Financeira

		MZN'000	
	Notas	2017	2016
ACTIVO			
Caixa e disponibilidades em Banco Central	12	806 636	1 043 993
Disponibilidades sobre instituições de crédito	13	115 484	471 493
Aplicações em instituições de crédito	14	2 359 783	1 029 673
Activos financeiros detidos para negociação	15	2 487 818	1 231 806
Activos financeiros disponíveis para venda	16	2 527 884	3 341 270
Empréstimos e adiantamentos a clientes	17	15 281 038	17 146 038
Outros activos	18	833 562	773 216
Activos não correntes detidos para venda	19	409 388	417 067
Propriedades de Investimento	20	33 814	35 238
Activos tangíveis	21	1 212 439	1 517 408
Activos intangíveis	22	298 147	423 456
Activos por impostos correntes	23	115 775	92 165
Activos por impostos diferidos	10	194 230	150 000
Total do activo		26 675 998	27 672 824
PASSIVO			
Recursos de instituições de crédito	24	15 480	12 099 936
Depósitos e contas correntes	25	17 960 107	16 058 310
Passivos financeiros de negociação e outros passivos financeiros ao justo valor	26	-	234 804
Recursos consignados	27	208 251	439 653
Outros passivos	28	415 913	403 741
Empréstimos obrigacionistas	29	869 519	1 195 339
Passivos por impostos diferidos	10	8 839	16 413
Total do passivo		19 478 108	30 448 195
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital social	30	13 841 250	2 129 200
Reserva de justo valor	16	(232 203)	47 750
Reservas	31	61 548	61 548
Resultados transitados		(5 013 869)	254 329
Prejuízo do exercício		(1 458 836)	(5 268 199)
Total do capital próprio		7 197 890	(2 775 371)
Total do capital próprio e passivo		26 675 998	27 672 824

Demonstração de Alterações no Capital Próprio

	MZN'000					
	Capital social	Reservas	Reserva de justo valor	Resultados transitados	Resultado / (prejuízo) do exercício	Total do capital próprio
	(nota 30)	(nota 31)	(nota 16)			
Saldo em 01 de Janeiro de 2016	2 129 192	49 287	(4 167)	184 849	81 741	2 440 902
Aplicação do resultado do exercício anterior	-	12 261	-	69 480	(81 741)	-
Aumento do capital social	8	-	-	-	-	8
Justo valor dos activos financeiros disponíveis para venda (nota 16)	-	-	61 844	-	-	61 844
Impostos diferidos (nota 10)	-	-	(9 927)	-	-	(9 927)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	(5 268 198)	(5 268 198)
Saldo em 31 de Dezembro de 2016	2 129 200	61 548	47 750	254 329	(5 268 198)	(2 775 371)
Saldo em 01 de Janeiro de 2017	2 129 200	61 548	47 750	254 329	(5 268 198)	(2 775 371)
Aplicação do lucro do exercício anterior	-	-	-	(5 268 198)	5 268 198	-
Aumento do capital social	11 712 050	-	-	-	-	11 712 050
Justo valor dos activos financeiros disponíveis para venda (nota 16)	-	-	(333 277)	-	-	(333 277)
Impostos diferidos (nota 10)	-	-	53 324	-	-	53 324
Resultado líquido do período	-	-	-	-	(1 458 836)	(1 458 836)
Saldo em 31 de Dezembro de 2017	13 841 250	61 548	(232 203)	(5 013 869)	(1 458 836)	7 197 890



Demonstração de Fluxos de Caixa

	MZN'000	
	2017	2016
Fluxo de caixa das actividades operacionais		
Resultado/(prejuízo) antes de imposto	(1 457 316)	(5 440 634)
Ajustamentos de:		
Depreciações e amortizações	393 740	416 795
Perdas por imparidade de crédito	1 597 177	1 669 458
Imparidade de activos não correntes detidos para venda	(204 687)	(204 687)
Imparidade de outros activos	13 316	679 884
Provisões	91 358	677
Ganho na alienação de activos tangíveis	(2 072)	(2 879)
Ajustamento do justo valor	(333 277)	5 016
Abate de activos intangíveis	4 485	406 755
Fluxo de caixa gerado das actividades operacionais	102 723	(2 469 615)
Movimentos em:		
Movimento no saldo do Banco Central		56 836
Empréstimos e adiantamentos	267 823	(673 989)
Activos financeiros disponíveis para negociação	(1 256 011)	435 669
Activos financeiros para venda	1 018 073	(827 746)
Outros activos	(60 345)	719 271
Activos não correntes disponíveis para venda	(5 636)	(801 000)
Activo por impostos correntes	(23 610)	8 385
Passivos financ. Negoc. outros passivos financeiros ao justo valor	(234 804)	234 804
Recursos de instituições de crédito	(17 237)	(2 030 902)
Depósitos de contas correntes	1 901 797	(8 676 401)
Outros passivos	(79 188)	215 346
Fluxo líquido de caixa das actividades operacionais	1 510 861	(11 339 727)
Fluxo de caixa das actividades de investimentos		
Aquisição de tangíveis	(47 780)	(371 632)
Aquisição de propriedade de investimento	-	(35 594)
Aquisição de activos intangíveis	(8 873)	(388 698)
Alienação activos tangíveis/intangíveis	92 203	22 172
Fluxo líquido de caixa das actividades de investimentos	35 550	(773 752)
Fluxo de caixa das actividades de financiamento		
Linha de apoio a liquidez do BdM	(12 067 219)	12 067 219
Aumento no Capital Social	11 712 050	8
Reembolso de recursos consignados	(231 402)	36 260
Reembolso de empréstimos obrigacionistas	(325 819)	(214 355)
Fluxo líquido de caixa das actividades de financiamento	(912 391)	11 889 132
Aumento/(diminuição) de caixa e equivalentes de caixa	736 744	(2 693 962)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2 545 159	5 239 121
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	3 281 903	2 545 159
	3 281 903	2 545 159

Caixa e equivalentes de caixa apresentam-se como se segue:

	2017	2016
Caixa e disponibilidades em Banco Central	806 636	1 043 993
Disponibilidades sobre instituições de crédito	115 484	471 493
Aplicações em instituições de crédito	2 359 783	1 029 673
	3 281 903	2 545 159

Notas às demonstrações financeiras

1. Introdução

O Moza Banco, S.A. (doravante designado Moza Banco ou Banco) é um Banco comercial privado, criado em 2007, com sede social em Maputo, tendo como accionistas a KUHANHA-Sociedade Gestora do Fundo de Pensões do Banco de Moçambique, Moçambique Capitais, S.A., Novo Banco Africa S.G.P.S, S.A. (Banco português) e Dr. António Almeida Matos.

No quadro do processo de recapitalização do Banco, os accionistas aprovaram em Assembleia Geral Extraordinária de 23 de Janeiro de 2017 um aumento de Capital Social no valor de 8.170.000.000 (oito mil, cento e setenta milhões de Meticals). Este aumento marcou a entrada de um novo accionista na estrutura do Capital Social, a KUHANHA-Sociedade Gestora do Fundo de Pensões do Banco de Moçambique, passando a deter 79,33% do Capital Social. Adicionalmente, para assegurar o cumprimento de rácios prudenciais à luz de recentes exigências do regulador, reunidos em Assembleia Geral Extraordinária de 06 de Novembro de 2017, os accionistas aprovaram mais um aumento do Capital Social no valor de 3.542.050.000 (Três mil quinhentos quarenta e dois milhões cinquenta mil Meticals) cuja realização foi assegurada integralmente pela Kuanha que passou na sequência a deter 84.62% do Capital Social.

O Moza Banco rege a sua actividade pelos seus estatutos e toda a legislação aplicável ao sector financeiro em Moçambique.

O Moza Banco presta serviços bancários ao longo de todo o país, com base numa rede de 53 agências (3ª maior rede de agências no sistema bancário moçambicano), oferecendo produtos e serviços para uma ampla gama de clientes Empresariais, Individuais e de Retalho.

1.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras em referência a 31 de Dezembro de 2017, encontram-se em conformidade com as disposições de relato financeiro definidas pelo Banco de Moçambique, e foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF).

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no princípio do custo histórico, modificada pela aplicação do justo valor quando especificamente indicado nas políticas contabilísticas.

As Demonstrações Financeiras do Moza Banco, SA do ano findo em 31 de Dezembro de 2017, foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 23 de Março de 2018.

1.2. Moeda funcional e de apresentação

O Metical é a moeda funcional do Banco e as demonstrações financeiras são preparadas e apresentadas nesta moeda, arredondada a milhares de Meticals, excepto quando mencionado em contrário.

1.3. Estimativas e julgamentos significativos

Na aplicação das políticas contabilísticas do Banco, a Administração usou os seus julgamentos e estimativas na determinação dos montantes reconhecidos nas demonstrações financeiras. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros factores considerados razoáveis, de acordo com as circunstâncias e com uma base para os julgamentos sobre os valores dos activos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes.



As principais estimativas e julgamentos contabilísticos são analisados como se segue:

PERDAS POR IMPARIDADE EM CRÉDITO

O Banco avalia os valores que dizem respeito a crédito vivo e mal parado periodicamente, a fim de determinar se uma perda por imparidade deverá ser ou não reconhecida. Em particular, a Administração utiliza estimativas do valor recuperável do activo no cálculo dos montantes relacionados com os fluxos de caixa futuros ao determinar o nível da perda potencial. Tais estimativas são baseadas na experiência passada e pressupostos de um número de factores, podendo conduzir a alteração de resultados actuais, resultando em alterações futuras dos montantes criados para fazer face a perdas efectivas.

Para além da imparidade específica para cobrir o risco relacionado com os créditos com prova objectiva de existir imparidade, o Banco determina uma imparidade numa base colectiva para os créditos para os quais embora não tenha sido identificada uma necessidade específica de reconhecer a perda por imparidade, possuem um nível de risco mais elevado em relação ao assumido no momento da concessão do crédito. Para o efeito, toma em consideração factores como a qualidade de crédito que é dada pelo rácio médio dos últimos três anos, entre o crédito em imparidade com o total da carteira, suportada em modelos estatísticos, internacionalmente aplicados e devidamente adaptados à realidade do Banco.

O Banco considera que a imparidade determinada com base na metodologia apresentada permite reflectir de forma adequada o risco associado à sua carteira de crédito.

JUSTO VALOR DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Quando o justo valor de activos e passivos financeiros registados nas demonstrações financeiras não pode ser calculado com base em cotações de mercados activos, o justo valor é determinado usando diversas técnicas de avaliação, que incluem uso do método dos cash flows descontados. Os dados de base a estes modelos são calculados em função da informação disponível de mercados, contudo, sempre que tal não seja exequível, é necessário recorrer em alguma medida a ponderações para determinar o justo valor.

As alterações nos pressupostos acerca dos factores a seguir podem afectar o justo valor reconhecido nas demonstrações financeiras:

Nível 1 – Preço de mercado cotado (não ajustado) num mercado activo para um instrumento idêntico;

Nível 2 – Técnicas de valorização baseadas em dados observáveis, quer directamente (ou seja, como preços), ou indirectamente (ou seja, derivada de preços). Esta categoria inclui instrumentos valorizados como utilização de preços em mercados cotados em mercados activos para instrumentos similares; preços cotados para instrumentos idênticos ou similares em mercados considerados menos activos, ou outras técnicas de avaliação em que todos os elementos sejam directamente ou indirectamente observáveis a partir de dados de mercado;

Nível 3 – Técnicas de valorização utilizando *Inputs* não observáveis no mercado.

Esta categoria inclui os instrumentos financeiros em que a técnica de avaliação inclui *Inputs* não baseados em dados não observáveis e os *Inputs* não observáveis têm um efeito significativo na avaliação do instrumento. Esta categoria inclui os instrumentos que são avaliados com base em cotações de rendimentos similares, sempre que houver necessidade de ajustamentos não-observáveis significativos ou de pressupostos para reflectir as diferenças entre os instrumentos.

O justo valor dos activos e passivos financeiros que sejam negociados nos mercados activos são baseados em preços de mercados cotados ou cotações de preços de revendedor. Para todos os instrumentos financeiros, o Banco determina os valores de mercado utilizando técnicas de avaliação.

As técnicas de avaliação incluem o valor actual líquido e modelos de fluxos de caixa descontados e outros modelos de avaliação. Pressupostos e *Inputs* utilizados em técnicas de avaliação de risco incluem as taxas de juro livre e de referência, os *spreads* de crédito e outros prémios utilizados para estimar as taxas de desconto, preços de obrigações, bilhetes de tesouro e taxas de câmbio. O objectivo das técnicas de avaliação é chegar a uma determinação do justo valor que reflecte o preço do instrumento financeiro na data do relatório, a qual teria sido determinada pelos participantes no mercado actuando numa base comercial.

IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Os impostos sobre o rendimento (correntes e diferidos) são determinados pelo Banco com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal. No entanto, em algumas situações, a legislação fiscal não é suficientemente clara e objectiva e poderá dar origem a diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento do Banco sobre o adequado enquadramento das suas operações, o qual é susceptível de poder vir a ser questionado pelas Autoridades Fiscais.

As Autoridades Fiscais dispõem de faculdade de rever a posição fiscal do Banco durante um período de cinco (5) anos, podendo resultar, devido a diferentes interpretações e/ou incumprimento da legislação fiscal, nomeadamente em sede de IRPS (Impostos sobre singulares), IRPC (Imposto sobre Empresas) e IVA (Imposto sobre o valor acrescentado).

A Administração acredita ter cumprido todas as obrigações fiscais a que o Banco se encontra sujeito.

1.4. Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na preparação das demonstrações financeiras têm sido aplicadas de forma consistente ao longo dos exercícios, sendo descritas como segue:

A) TRANSACÇÕES EM MOEDA ESTRANGEIRA

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Meticais, sendo esta a moeda funcional e de apresentação do Banco. Transacções em moeda estrangeira são reconhecidas com base na taxa de câmbio à data de transacção. Os activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos à taxa de câmbio média à data de balanço. As diferenças de câmbio não realizadas são reconhecidas em resultados no período a que respeitam. Activos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira que sejam determinados pelo seu custo histórico, são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data da transacção.

O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no início do ano, ajustado por juros e pagamentos efectivos durante o ano, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio à vista no final do ano. Activos e passivos não monetários que são mensurados pelo justo valor em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio da data em que o justo valor é determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos utilizando a taxa de câmbio à vista na data da transacção. As diferenças em moeda estrangeira resultantes da conversão são reconhecidas nos resultados.

B) INSTRUMENTOS FINANCEIROS – RECONHECIMENTO INICIAL E MENSURAÇÃO SUBSEQUENTE

i) Data do reconhecimento

Aquisições e alienações de activos financeiros que exijam a entrega dos bens dentro do prazo estabelecido geralmente por regulação ou convenção no mercado, são reconhecidos na data de transacção, ou seja, a data em que o Banco se compromete a adquirir ou alienar o activo. Os instrumentos financeiros são reconhecidos quando o Banco se torna parte integrante das disposições contratuais do instrumento financeiro.

ii) Reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros

A classificação do instrumento financeiro no reconhecimento inicial depende do propósito para o qual o Banco o adquiriu. Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, excepto nos casos de activos financeiros ao justo valor através lucros ou prejuízos, caso em que estes custos de transacção são directamente reconhecidos em resultados.

iii) Ganhos ou perdas do primeiro dia

Quando o preço da transacção diferir do justo valor de uma transacção observada no mercado para o mesmo instrumento financeiro, ou baseada em técnicas de avaliação cujas variáveis incluam apenas informação observada no mercado, o Banco reconhece imediatamente a diferença entre o preço de transacção e o justo valor (um rendimento ou gasto do primeiro dia) na demonstração de resultados. Nos casos em que o justo valor é determinado com base em informação não observada no mercado, a diferença entre o preço de transacção e o modelo de valorização é apenas reconhecida na demonstração de resultados quando os *'Inputs'* se tornem observáveis, ou quando o instrumento é desreconhecido.



C) INSTRUMENTOS FINANCEIROS – CLASSIFICAÇÃO

A classificação dos activos financeiros depende do objectivo para o qual foi adquirido bem como as suas características. Compete à Administração definir a classificação e reconhecimento inicial.

O Banco classifica os seus activos financeiros de acordo com as seguintes categorias: activos financeiros detidos para negociação, activos financeiros disponíveis para venda, activos financeiros detidos até a maturidade, empréstimos e contas a receber.

i) Activos financeiros detidos para negociação

Os instrumentos financeiros detidos para negociação são reconhecidos na posição financeira ao justo valor. As variações de justo valor são reconhecidas na demonstração dos resultados. Os juros e dividendos são reconhecidos na demonstração dos resultados de acordo com os termos do contrato, ou quando o direito ao pagamento tiver sido estabelecido. Estão incluídas nesta classificação obrigações e acções que foram adquiridas com o objecto principal de alienação a curto prazo.

ii) Activos financeiros disponíveis para venda

Activos financeiros disponíveis para venda são activos financeiros não derivados que sejam designados como disponíveis para venda ou que não sejam classificados como empréstimos concedidos ou contas a receber, investimentos detidos até à maturidade ou activos financeiros pelo justo valor através dos lucros ou prejuízos. Após o reconhecimento inicial, os investimentos financeiros disponíveis para venda são mensurados ao justo valor, com excepção dos instrumentos de capital próprio não cotados num mercado activo cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade e, por conseguinte, mensurados ao custo amortizado.

Um ganho ou perda resultante de um activo financeiro disponível para venda é reconhecido directamente no capital próprio até que o activo financeiro seja desreconhecido, momento em que o ganho ou perda cumulativo anteriormente reconhecido no capital próprio é reconhecido nos lucros ou prejuízos. As perdas por imparidade reconhecidas nos lucros ou prejuízos para um investimento num instrumento de capital próprio classificado como disponível para venda não são revertidas através dos lucros ou prejuízos.

iii) Activos financeiros detidos até à maturidade

Activos financeiros detidos até à maturidade são activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas, que o Banco tem intenção e capacidade de deter até à maturidade. Após o reconhecimento inicial, os investimentos detidos até à maturidade são mensurados ao custo amortizado, utilizando o método do juro efectivo, e são deduzidos de perdas de imparidade. O custo amortizado é calculado tendo em conta qualquer prémio ou desconto na aquisição e taxas que são uma parte integrante da taxa de juro efectiva. A amortização é reconhecida em “juros e rendimentos similares” na demonstração de resultados.

Se o Banco vender ou reclassificar uma parte maior que insignificante de um investimento detido até à maturidade antes da sua maturidade (que não em circunstâncias específicas), toda a categoria é reclassificada para disponíveis para venda. Quando tais circunstâncias se verificarem, o Banco não deverá classificar investimentos detidos até à maturidade durante os dois anos seguintes.

O Banco não classificou à data de referência destas demonstrações financeiras qualquer instrumento financeiro nesta categoria.

iv) Empréstimos e contas a receber

São activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis, que não estão cotados num mercado activo. Resultam quando o Banco concede crédito, bens ou serviços, directamente ao devedor, com nenhuma intenção de negociar o recebimento.

Após a mensuração inicial, os empréstimos e contas a receber são mensurados pelo custo amortizado usando o método de taxa de juro efectiva, menos provisão para perdas por imparidade. O custo amortizado é calculado tendo em conta qualquer prémio ou desconto na aquisição e taxas que são uma parte integrante da taxa de juro efectiva. A amortização é incluída em “juros e rendimentos similares” na demonstração de resultados. As perdas decorrentes de imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

O Banco classifica os seus passivos financeiros de acordo com as seguintes categorias: Empréstimos e contas a pagar e passivos financeiros ao justo valor através de lucros ou prejuízos.

i) Passivos financeiros ao justo valor através de lucros ou prejuízos

Os passivos financeiros ao justo valor por via de lucros ou prejuízos incluem os passivos financeiros detidos para negociação e os passivos financeiros ao justo valor por via de lucros ou prejuízos. Os passivos financeiros detidos para negociação são adquiridos com o objectivo de alienação num futuro próximo. Esta categoria também inclui os instrumentos financeiros derivados que não estejam designados como instrumentos de cobertura pela NIC 39. Derivados embutidos estão também classificados na categoria de detidos para negociação caso não estejam designados como instrumentos de cobertura.

Os ganhos e perdas de passivos detidos para negociação são reconhecidos na demonstração de resultados.

Os passivos financeiros classificados ao justo valor através de lucros ou prejuízos são registados na data de reconhecimento inicial, apenas se o critério da NIC 39 for cumprido. O Banco não classificou à data de referência destas demonstrações financeiras qualquer instrumento financeiro nesta categoria.

ii) Empréstimos e contas a pagar

Esta é a categoria mais relevante para o Banco. Após o reconhecimento inicial, os passivos financeiros são reconhecidos pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juro efectiva. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração dos resultados quando os passivos são desreconhecidos bem como ao longo do processo de amortização com base na taxa de juro efectiva.

O custo amortizado é calculado de acordo com o desconto ou prémio de aquisição e as comissões ou gastos que fazem parte do método de taxa de juro efectivo. O juro efectivo está incluído como um gasto financeiro na demonstração de resultados.

D) DESRECONHECIMENTO DE ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

O desreconhecimento dos activos financeiros é efectuada quando:

- Expira o direito contratual a receber fluxos de caixa; e
- O Banco tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, o Banco tenha transferido o controlo sobre os activos.

Quando o Banco procede à transferência dos seus direitos em receber dinheiro de um activo, ou celebrou um acordo de cedência de crédito, avalia se e em que extensão ficou com algum risco e benefício associado à sua retenção. Quando não tenha transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios associados ao activo, o activo é reconhecido na extensão em que o Banco continue envolvido com o activo. Neste caso, o Banco também reconhecerá um passivo associado. O activo transferido e o passivo associado são mensurados numa base que reflecta os direitos e benefícios associados à detenção do Banco.

O desreconhecimento dos passivos financeiros é efectuada quando:

- A obrigação sob a responsabilidade financeira deixar de existir ou um passivo financeiro for substituído, para o mesmo detentor, por outro com condições substancialmente diferentes, sendo que, tal alteração ou modificação é tratada como um desreconhecimento do passivo inicial e o reconhecimento de outro passivo, sendo a diferença no correspondente valor contabilístico reconhecida em resultados.

E) DETERMINAÇÃO DO CUSTO AMORTIZADO

O “custo amortizado” de um activo ou passivo financeiro é o montante pelo qual o activo financeiro ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, menos os reembolsos de capital, mais ou menos a amortização acumulada usando o método de juro efectivo de qualquer diferença entre o valor inicial reconhecido e o valor na maturidade, menos qualquer redução de imparidade.



F) DETERMINAÇÃO DO JUSTO VALOR

O Banco procede à mensuração dos instrumentos financeiros ao justo valor à data da posição financeira. O justo valor assume que o activo ou passivo é transaccionado entre participantes no mercado numa transacção ordenada de venda do activo ou de transferência do passivo à data de mensuração nas condições vigentes de mercado. Uma mensuração pelo justo valor assume que a transacção de venda do activo ou de transferência do passivo se realiza:

- No mercado principal desse activo ou passivo; ou
- Não existindo um mercado principal, no mercado mais vantajoso para esse activo ou passivo.

O mercado principal ou mais vantajoso tem de estar acessível ao Banco.

O justo valor do activo ou do passivo é mensurado através dos pressupostos que os participantes de mercado utilizaram para efectuarem a transacção, assumindo que os participantes agem no seu melhor interesse económico.

A mensuração pelo justo valor de um activo não-financeiro toma em conta a capacidade que um participante tem no mercado para gerar benefícios económicos utilizando o activo no seu pleno e melhor uso ou vendendo-o a outro participante no mercado que o irá utilizar no seu pleno ou melhor uso.

O Banco utiliza técnicas de valorização consideradas as mais apropriadas de acordo com as circunstâncias e para os quais existam dados suficientes para mensurar o justo valor, maximizando a utilização da informação relevante disponível com base nas variáveis observáveis e minimizando a utilização das variáveis não observáveis.

Todos os activos e passivos cujo justo valor seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras encontra-se reconhecido de acordo com a hierarquia do justo valor, abaixo descrita, baseada no mais baixo nível de *Inputs* para a mensuração do justo valor:

- Nível 1** – Preços cotados (não ajustados) dos activos ou passivos em mercados activos a que a entidade tem acesso à data da mensuração;
- Nível 2** – Justo valor determinado com base em *Inputs* de mercado não incluídos no Nível 1, mas que sejam observáveis em mercado para activo ou passivo, quer directamente ou indirectamente;
- Nível 3** – Justo valor dos activos e passivos é determinado com base em *Inputs* que não são baseados em informação observável em mercado.

Para os activos e passivos que são reconhecidos recorrentemente nas demonstrações financeiras, o Banco determina se as transferências ocorreram entre níveis da hierarquia pela reavaliação da categorização (baseado no mais baixo nível de input para a mensuração do justo valor).

G) IMPARIDADE DE ACTIVOS FINANCEIROS

O Banco avalia, a cada data de balanço se há qualquer prova objectiva de que um activo financeiro ou uma carteira de activos financeiros esteja em imparidade. Após o reconhecimento inicial, um activo financeiro, ou uma carteira de activos financeiros, poderão ser considerados em imparidade quando existe evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos, e quando estes tenham impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros. A evidência de imparidade pode incluir diversos indicadores, tais como a exposição de cada cliente ao crédito vencido, evidência de dificuldades financeiras por parte do cliente e da sua capacidade de fazer face a obrigações futuras e o património do cliente encontrar-se em situação de liquidação ou falência.

i) Activos financeiros disponíveis para venda

Um activo classificado nesta categoria encontra-se em imparidade quando há um declínio significativo no seu justo valor se verifique durante um período prolongado. O conceito “significativo” é avaliado de acordo com o custo de aquisição, enquanto o conceito “prolongado” se avalia pelo período de tempo que o seu justo valor é inferior ao custo de aquisição.

Se for identificada imparidade num activo financeiro disponível para venda, a perda acumulada (mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o justo valor, excluindo perdas por imparidade anteriormente reconhecidas por contrapartida de resultados), é transferida de reservas e reconhecida na demonstração de resultados. Caso, num período subsequente, o justo valor dos instrumentos de dívida classificados como disponíveis para venda aumentar e esse aumento puder ser objectivamente associa-

do a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por imparidade na demonstração de resultados, a perda por imparidade é revertida por contrapartida de resultados. As perdas por imparidade reconhecidas em instrumentos de capital classificados como disponíveis para venda, quando revertem, são registadas por contrapartida de reservas.

ii) Empréstimos e adiantamentos a clientes

Para os empréstimos e adiantamentos a clientes que se encontram valorizados ao custo amortizado, o Banco avalia individualmente as provas objectivas de imparidade para activos financeiros que sejam individualmente significativos, e individual ou colectivamente para activos financeiros que não sejam individualmente significativos. Se o Banco determinar que não existe prova objectiva de imparidade de um activo financeiro avaliado individualmente, quer este seja significativo ou não, o Banco inclui este activo numa carteira de activos financeiros com características semelhantes ao risco de crédito, e avalia-os colectivamente quanto à imparidade.

Se existirem provas objectivas de perdas por imparidade em empréstimos e adiantamentos a clientes, ou em investimentos detidos até à maturidade, que sejam mensuráveis pelo custo amortizado, as perdas por imparidade são calculadas através da comparação do valor actual dos fluxos de caixa futuros esperados descontados à taxa efectiva original de cada contrato e o valor contabilístico de cada crédito, sendo as perdas registadas na demonstração de resultados. O valor contabilístico dos créditos com imparidade é apresentado no Balanço líquido das perdas acumuladas de imparidade.

Os valores presentes dos fluxos de caixa futuros estimados são descontados à taxa de juro efectiva original do instrumento financeiro. Se um empréstimo tem uma taxa de juro variável, a taxa de desconto para medir qualquer perda é a actual taxa de juro efectiva. O cálculo do valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados de um activo financeiro colateralizado reflecte os fluxos de caixa que podem resultar da execução menos os custos da obtenção e da venda da garantia colateral, quer a execução seja ou não provável.

Segundo o estabelecido pela NIC 39, os seguintes eventos são considerados como constituindo indícios de imparidade em activos financeiros:

- > Incumprimento de cláusulas contratuais, como atrasos no pagamento de juros ou capital;
- > Registo de situações de incumprimento no sistema financeiro;
- > Existência de operações em vigor resultantes de reestruturações de créditos ou de negociações em curso para reestruturações de créditos;
- > Dificuldades financeiras significativas do devedor em dívida;
- > Existência de uma elevada probabilidade de declaração de falência do devedor ou do emissor de dívida;
- > Diminuição competitiva da posição do devedor; e
- > Comportamento histórico das cobranças que permita deduzir que o valor nominal não será cobrado na totalidade.

Para a finalidade de uma avaliação colectiva da imparidade, os activos financeiros são agrupados de acordo com as características de risco de crédito semelhantes que são indicativas da capacidade do devedor para pagar as quantias devidas de acordo com os termos contratuais. A imparidade colectiva do Banco tem em consideração qualidade média do crédito durante os últimos dois anos. O Banco toma em consideração a qualidade do crédito que é dada pelo rácio entre o crédito vencido e a carteira total.

As perdas por imparidade em termos colectivos são determinadas tendo em consideração a experiência histórica de perdas em carteiras de risco semelhante, conhecimento da envolvente económica e da sua influência sobre o nível de perdas históricas e o período estimado entre a ocorrência e a sua identificação. A metodologia e os pressupostos utilizados para estimar os fluxos de caixa futuros são revistos regularmente para reduzir as diferenças entre as estimativas e o nível actual de perdas.

As estimativas de alterações nos fluxos de caixa futuros reflectem e são direccionalmente consistentes com as alterações nos dados observáveis relacionados de ano para ano (tais como mudanças nas taxas de desemprego, os preços dos imóveis, preços de *commodities*, status de pagamento ou outros factores que são indicativos de perdas incorridas no grupo e a sua magnitude). A metodologia e os pressupostos utilizados para estimar



os fluxos de caixa futuros são revistos regularmente para reduzir qualquer diferença entre as estimativas de perdas e as perdas reais.

iii) Activos detidos até à maturidade

Para os activos detidos até à maturidade, o Banco avalia individualmente se existe evidência de perdas por imparidade. Se existe prova objectiva que essa perda tenha ocorrido, o valor é mensurado como a diferença entre a quantia escriturada do activo e o valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados. A quantia escriturada do activo é reduzida e o valor da perda é reconhecido na demonstração de resultados.

Se, no ano subsequente, o montante da perda estimada diminuir, devido a um qualquer evento após a perda por imparidade ter sido reconhecida, os valores são revertidos e creditados na demonstração de resultados.

iv) Empréstimos renegociados

Sempre que possível, o Banco procura renegociar os empréstimos em vez de exercer a opção sobre o colateral, isto significa que pode existir um alargamento no prazo de liquidação do empréstimo. Uma vez renegociado o empréstimo, o mesmo não é considerado vencido. A Administração do Banco está a rever continuamente a questão da renegociação dos empréstimos, a fim de evitar que os mesmos sejam considerados vencidos. Os empréstimos continuam a ser alvo de avaliação individual ou colectiva de perdas por imparidade sendo calculados de acordo com a taxa de juro efectiva original.

v) Avaliação dos colaterais

O Banco procura utilizar colaterais, sempre que possível, para mitigar o risco nas demonstrações financeiras. Os colaterais apresentam-se de diversas formas, tais como depósitos à ordem, carteiras de títulos, cartas de crédito/garantias, hipotecas, recebimentos, inventários, outros activos não financeiros e avales. O justo valor do colateral é determinado, no mínimo, no início e com base no cronograma de relatórios trimestrais do Banco, no entanto, algumas garantias, por exemplo, depósitos à ordem ou títulos relativos aos requisitos de margem, são avaliados diariamente.

Sempre que possível, o Banco utiliza dados activos do mercado para avaliar os activos financeiros detidos como garantias. Outros activos financeiros que não têm um valor de mercado activo são avaliados por via de modelos de avaliação. Garantias não financeiras, como hipotecas, são avaliadas com base em dados fornecidos por terceiros, tais como correctores de hipotecas, os índices de preços da habitação, as demonstrações financeiras auditadas, e outras fontes independentes.

vi) Colaterais readquiridos

A política do Banco é determinar se é preferível proceder à utilização interna de um activo readquirido ou se este deve ser alienado.

Os activos cuja decisão seja a utilização interna são transferidos para a respectiva categoria de activo ao menor valor entre o valor líquido contabilístico e o valor original. Os activos cuja decisão seja a alienação são transferidos para activos não correntes detidos para venda e mensurados ao justo valor menos os custos de venda à data da reintegração, de acordo com a política do Banco.

H) COMPENSAÇÃO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os activos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reconhecido na posição financeira, se apenas existir um direito jurídico vinculativo que obrigue as entidades a reconhecer os valores e se existe intenção de compensar numa base líquida, ou de realizar o activo e liquidar o passivo em simultâneo.

I) GARANTIAS FINANCEIRAS

No decorrer da sua actividade corrente, o Banco concede garantias financeiras, tais como cartas de crédito, garantias e avales. As garantias financeiras são inicialmente reconhecidas nas demonstrações financeiras (em 'Outros passivos') ao justo valor, sendo o prémio recebido. Em termos de mensuração subsequente, a responsabilidade do Banco relativa a cada garantia é mensurada ao valor mais alto entre o montante inicialmente reconhecido menos amortizações acumuladas reconhecidas na demonstração de resultados e a melhor estimativa da despesa necessária para regularizar qualquer obrigação que possa decorrer em resultado da garantia.

Qualquer aumento no valor do passivo relativo à garantia financeira é reconhecido na demonstração de resultados em Gastos com perdas em créditos. O prémio recebido é reconhecido na demonstração de resultados em 'Rendimento líquido de taxas e comissões' numa base da vida útil da garantia.

J) RECONHECIMENTO DE RÉDITO E GASTOS

O rédito é reconhecido quando for provável que benefícios económicos futuros fluirão para o Banco e esses benefícios possam ser fiavelmente mensuráveis. O reconhecimento do rédito obedece aos seguintes critérios por rubrica:

i) Juros, rendimentos e gastos similares

Para os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e juros dos instrumentos financeiros classificados como disponíveis para venda, o juro ou o gasto é registado com base na taxa de juro efectiva. A taxa de juro efectiva é a taxa que corresponde à taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro, ou, quando apropriado, por um período mais curto, para a quantia líquida escriturada do activo ou passivo financeiro. Para a determinação da taxa de juro efectiva, procede-se à estimativa dos fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do investimento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), incluindo as comissões consideradas como parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios ou descontos directamente relacionados com a transacção.

Uma vez que o activo financeiro ou grupo de activos financeiros tenha sido reduzido como resultado de uma perda por imparidade, o rendimento do juro é daí em diante reconhecido usando a taxa de juro utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros para efeitos de quantificação da perda por imparidade.

ii) Rendimentos provenientes de serviços e comissões

O Banco obtém rendimentos de serviços e comissões através de uma diversificada rede de serviços que presta aos seus clientes. As comissões podem ser classificadas em duas categorias:

iii) Comissões que são cobradas por prestação de serviços durante um determinado período de tempo

São obtidas à medida que os serviços vão sendo prestados e o seu reconhecimento em resultados é efectuado em função do período em que os serviços são prestados. Estas comissões incluem valores cobrados nas prestações de serviços tais como a emissão das Garantias Bancárias e Cartas de Crédito.

iv) Comissões cobradas pela prestação de serviços

Resultam da prestação de serviços, sendo o seu reconhecimento efectuado quando o serviço está concluído.

v) Rendimento líquido em operações financeiras

O rendimento líquido em operações financeiras inclui ganhos e perdas das transacções em moeda estrangeira e operações de conversão dos itens monetários denominados em moeda estrangeira. Adicionalmente, o Banco procede ao reconhecimento dos ganhos e perdas de justo valor de activos financeiros detidos para negociação.

vi) Instrumentos financeiros derivados

Os derivados são reconhecidos inicialmente ao justo valor na data em que um contrato de derivados é celebrado e são, subsequentemente, mensurados ao seu justo valor. O justo valor é obtido com base em preços cotados em mercados activos, incluindo transacções de mercado recentes e técnicas de avaliações, incluindo modelos de fluxo de caixa descontado, conforme o caso. Todos os derivados são contabilizados como activos quando o justo valor é positivo e como passivos quando o justo valor for negativo.

K) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa, conforme apresentados na demonstração de fluxos de caixa, englobam os valores em caixa, contas correntes com o Banco Central e com outras instituições de crédito e investimentos altamente líquidos, com maturidades até três meses, mensurados ao custo amortizado.



L) ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Os activos não correntes (ou grupos para alienação) são classificados como detidos para venda sempre que seja expectável que o seu valor na posição financeira seja essencialmente recuperado através da venda e que a mesma seja considerada altamente provável. Para que um activo (ou grupo de alienação) seja classificado nesta rubrica é necessário o cumprimento dos seguintes requisitos:

- 1) A probabilidade de venda seja elevada;
- 2) O activo esteja disponível para venda no seu estado actual; e
- 3) Deverá existir expectativa de que a venda se venha a concretizar até um ano após a classificação do activo nessa rubrica.

Os activos registados nessa rubrica não são amortizados, sendo valorizados ao menor entre o custo de aquisição e o seu justo valor, deduzidos do custo a incorrer na venda. O justo valor destes activos é determinado com base em avaliações efectuadas por entidades especializadas.

A Administração compromete-se a desenvolver todos os esforços tendentes a que a sua alienação se verifique no máximo um ano após a sua classificação nesta categoria.

Os imóveis não são depreciados quando são classificados na categoria de activos não correntes detidos para venda.

M) ACTIVOS TANGÍVEIS

Os activos tangíveis são mensurados pelo custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, e perdas por imparidade. Os custos de reparação de parte de um activo tangível são reconhecidos se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Banco e possam ser mensurados com fiabilidade.

As despesas de manutenção e reparação e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidas nos resultados do período em que foram incorridas.

As depreciações são calculadas utilizando o método das quotas constantes, com base na vida útil estimada dos bens, assim como do seu valor residual. Os valores residuais dos activos, assim como as vidas úteis dos activos e os critérios de amortização são ajustados, se necessário, à data de encerramento da posição financeira.

As vidas úteis estimadas são as seguintes:

	Anos
Imóveis	25
Edifícios arrendados	10
Equipamentos	10
Outros	4 - 5

O Banco efectua regularmente a análise da adequacidade da vida útil estimada dos seus activos tangíveis. Alterações na vida útil esperada dos activos são reconhecidas através da alteração do período ou método de depreciação, conforme apropriado, sendo tratados como alterações de estimativas contabilísticas.

As despesas em edifícios arrendados são depreciadas em prazo compatível com a sua utilidade esperada no contrato de arrendamento.

Periodicamente, são efectuadas análises no sentido de identificar evidências de imparidade em activos tangíveis. Sempre que o valor líquido dos activos exceda o valor recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade na demonstração dos resultados. O Banco procede à reversão das perdas por imparidade caso, subsequente-mente, se verifique um aumento no valor recuperável do activo.

A anulação do reconhecimento do activo tangível é efectuada quando o mesmo é alienado, ou quando não se esperam benefícios económicos da sua utilização ou alienação. O ganho ou perda decorrente da anulação do reconhecimento é incluído em "outros rendimentos operacionais" ou "outros gastos operacionais" na demonstração de resultados no período em que o activo é desreconhecido.

N) ACTIVOS INTANGÍVEIS

Os activos intangíveis incluem os valores de software (licenças). O software adquirido pelo Banco é registado ao custo menos a amortização acumulada e menos eventuais perdas por imparidade.

As despesas com software desenvolvido internamente são reconhecidas como activo quando o Banco consegue demonstrar que a sua capacidade e intenção de gerar benefícios económicos futuros, e pode fiavelmente mensurar os custos para completar o desenvolvimento. A capitalização dos custos de software desenvolvido internamente inclui todos os custos directamente imputáveis ao desenvolvimento do software, e são amortizados durante a sua vida útil. O software desenvolvido internamente é mensurado pelo custo capitalizado menos amortizações acumuladas e menos perdas por imparidade.

A amortização é reconhecida na demonstração de resultados, segundo o método de quotas constantes ao longo da vida útil estimada do software, a partir da data em que o mesmo esteja disponível para uso. A vida útil estimada do software é de 3 a 5 anos.

O) IMPARIDADE DE ACTIVOS NÃO FINANCEIROS

O Banco avalia no final de cada data de relato ou com maior frequência se eventos ocorram e alterem o valor contabilístico de um activo, se existe indicação de imparidade por parte de um activo não financeiro. Se tais indicações existem, ou quando o teste anual da imparidade para um activo é exigido, o Banco estima o valor recuperável do activo. Se a quantia escriturada de um activo (ou unidade geradora de caixa) exceder a sua quantia recuperável, o activo encontra-se em imparidade e é registado em balanço pelo valor recuperável.

A cada data de relato, é reavaliada a existência de qualquer indicação de que uma perda por imparidade anteriormente reconhecida possa já não existir ou possa ter reduzido. Caso exista tal indicação, é estimada a quantia recuperável do activo e revertidas as perdas por imparidade previamente reconhecidas apenas se tiverem ocorrido alterações nas estimativas usadas para estimar a quantia recuperável desde o reconhecimento da perda.

A reversão da imparidade está limitada ao valor da quantia recuperável do activo, sendo revertidas as perdas por imparidade previamente reconhecidas apenas se tiverem ocorrido alterações nas estimativas usadas para estimar a quantia recuperável desde o reconhecimento da perda.

P) IMPOSTOS

1) Impostos correntes

Os impostos correntes, activos ou passivos, são estimados com base no valor esperado a pagar ou a recuperar às autoridades fiscais. A taxa legal de imposto usada para calcular o montante é a que se encontra em vigor à data da posição financeira.

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos na matéria colectável resultante de gastos ou rendimentos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos.

2) Impostos diferidos

Os impostos diferidos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias à data da posição financeira entre a base fiscal dos activos e passivos e a sua correspondente base contabilística. Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, excepto:

- Quando o imposto diferido passivo resulta do reconhecimento inicial do goodwill ou de um activo ou passivo numa transacção que não seja uma concentração de actividades empresariais e, no momento da transacção, não afecta nem o lucro contabilístico nem lucro tributável ou perda; e
- No que diz respeito a diferenças temporárias tributáveis associadas aos investimentos em filiais e associadas, são reconhecidos passivos por impostos diferidos quando a empresa-mãe, investidor ou empreendedor, seja capaz de controlar a tempestividade da reversão da diferença temporária, e que se seja provável que a diferença temporária não se reverte no futuro previsível.

A quantia escriturada do activo por impostos diferidos é revista à data de encerramento de cada exercício e reduzida na medida em que já não é provável que os lucros tributáveis suficientes estarão disponíveis para permitir que todo, ou parte do imposto diferido activo possa ser utilizado. Os activos por impostos diferidos não



reconhecidos são reavaliados à data de cada balanço e são reconhecidos na medida em que se torne provável que lucros tributáveis futuros permitirão que o activo por imposto diferido possa ser recuperável.

Os activos e passivos por impostos diferidos são mensurados pelas taxas fiscais que se espera que sejam aplicáveis no período quando seja realizado o activo ou seja liquidado o passivo, com base nas taxas fiscais (e leis fiscais) que tenham sido decretadas ou substancialmente decretadas à data da posição financeira.

Os impostos correntes e diferidos relativos a itens reconhecidos directamente em capital próprio são reconhecidos em capital próprio e não na demonstração de resultados.

Os activos ou passivos por impostos diferidos são compensados caso exista um direito com força legal para compensar os activos por impostos relacionados com a mesma autoridade fiscal.

Q) CONTRATOS DE LOCAÇÃO

A determinação se um acordo que contém operações de locação baseia-se na substância do mesmo em relação a data de início e obriga a uma avaliação sobre se o cumprimento do acordo depende do uso dum bem ou bens específicos e se o acordo transmite o direito de usar o bem.

Locações operacionais – Banco como locatário

As locações que o Banco não transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes a propriedade de um activo são classificadas como locações operacionais e os pagamentos são reconhecidos como um gasto numa base de linha recta durante o prazo da locação.

R) DIVIDENDOS SOBRE ACÇÕES ORDINÁRIAS

Os dividendos sobre acções ordinárias são reconhecidos como passivo e deduzidos ao capital próprio quando são aprovados pelos accionistas do Banco. Os dividendos intercalares são deduzidos ao capital próprio quando declarados que não estão mais à disposição do Banco.

Dividendos para o fim do exercício que são aprovados após a data de balanço são divulgados como um evento subsequente.

S) RESERVAS DE CAPITAL

As reservas reconhecidas em capital próprio do Banco na demonstração da posição financeira incluem a reserva de justo valor, que compreende as variações de justo valor dos activos financeiros disponíveis para venda.

2. Normas Emitidas mas ainda não adoptadas

Um número de novas normas e alterações de normas são efectivas para períodos anuais iniciados após 31 de Dezembro de 2017. O Banco ainda não aplicou as seguintes novas normas ou alterações na preparação destas demonstrações financeiras:

NIRF 9 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS:

Em Julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da NIRF 9 Instrumentos Financeiros. A NIRF 9 é efectiva para períodos anuais com início em ou após 1 de Janeiro de 2018, com adopção antecipada permitida. A NIRF 9 substitui a NIC 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

Em Outubro de 2017, o IASB emitiu uma emenda intitulada "Opções de Pagamento com Compensação Negativa (Emenda à NIRF 9)". A emenda é efectiva para períodos anuais com início em ou após 1 de Janeiro de 2019, com adopção antecipada permitida.

O Banco irá aplicar a NIRF 9 conforme emitido em Julho de 2014 inicialmente em 1 de Janeiro de 2018 e com base nas avaliações realizadas até à data. O ajustamento total estimado (líquido de impostos) da adopção da NIRF 9 no saldo de abertura do capital próprio do Banco em 1 de Janeiro de 2018 é de aproximadamente 232 milhões de Meticais, representando:

- Um aumento de aproximadamente 276 milhões de Meticais relacionado com os requisitos de classificação Obrigações de Tesouro, Títulos de Reembolso, Obrigações Corporativas e Acções de rendimento variável (ver (i) e (iii)); e

- Uma redução de aproximadamente 44 milhões de Meticais relacionada com impactos de impostos diferidos;

O impacto acima referido é preliminar tendo em conta que nem todos os trabalhos de transição foram finalizados. O impacto efectivo da adopção da NIRF 9 em 1 de Janeiro de 2018 pode mudar pelas seguintes razões:

- A NIRF 9 exige a revisão dos seus processos contabilísticos e controlos internos que entretanto ainda não foram concluídas;

- o Banco ainda não concluiu os testes e avaliação dos controlos relativamente aos seus novos Sistemas Informáticos e alterações da sua estrutura de governação;

- O Banco está a aprimorar e a finalizar os seus modelos respeitantes aos cálculos de ECL; e

- As novas políticas contabilísticas, pressupostos, julgamentos e técnicas de estimativas implementadas estão sujeitas a alterações até que o Banco conclua as suas primeiras demonstrações financeiras que incluam a data da aplicação inicial.

i. Classificação – Activos Financeiros

A NIRF 9 contém uma nova abordagem de classificação e mensuração para activos financeiros que reflectem o modelo de negócio no qual os activos são geridos e as suas características de fluxos de caixa.

A NIRF 9 inclui três principais categorias de classificação para activos financeiros: mensurado pelo custo amortizado, justo valor através de outro rendimento integral e justo valor através de lucros ou prejuízos. Elimina as existentes categorias da NIC 39 designadamente: detidos até à maturidade, empréstimos concedidos e contas a receber e disponíveis para venda.

Um activo financeiro é mensurado pelo custo amortizado caso satisfaça em simultâneas as condições a seguir e não seja designado ao justo valor através de lucros ou prejuízos, desde que:

- Seja detido num modelo de negócio cujo o objectivo é deter activos para colectar fluxos de caixa contratuais; e

- Os seus termos contratuais dão origem em datas específicas a fluxos de caixa que sejam somente pagamentos de capital e juros (SPPI) sobre o valor do respectivo capital em dívida.

Um activo financeiro é mensurado ao justo valor através de outro rendimento integral caso satisfaça ambas as condições e não seja designado ao justo valor através de lucros ou prejuízos, desde que:

- Seja detido num modelo de negócio cujo objectivo é a colecta de fluxos de caixa contratuais e venda de activos financeiros; e

- Os seus termos contratuais dão origem em datas específicas a fluxos de caixa que sejam somente pagamentos de capital e juros sobre o valor do respectivo capital em dívida.

No reconhecimento de um investimento de capital que não é detido para negociação, o Banco pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no justo valor através de outro rendimento integral. A opção é feita numa base de investimento a investimento.

Todos activos financeiros não classificados ao custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral conforme descritos acima são mensurados ao justo valor através de lucros ou prejuízos. Além disso, no reconhecimento inicial o Banco pode irrevogavelmente designar um activo financeiro que de outra forma satisfaça aos requisitos a serem mensurados ao custo amortizado ou pelo justo valor através de outro rendimento integral como justo valor através de lucros ou prejuízos, e, se assim for, elimina ou reduz significativamente uma diferença que de outra forma resultaria.

Um activo financeiro é classificado numa dessas categorias no reconhecimento inicial.

De acordo com a NIRF 9, os derivados embutidos nos contratos em que o conjunto seja um activo financeiro no âmbito da NIRF 9 não são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido como um todo é avaliado para classificação.



AVALIAÇÃO DE MODELO DE NEGÓCIO

O Banco irá efectuar uma avaliação do objectivo do modelo de negócio em que um activo financeiro é mantido ao nível de carteira porque isto reflecte melhor a maneira como o negócio é gerido e a informação é fornecida à gestão. A informação que será considerada inclui:

- As políticas e os objectivos definidos para o portfólio e o funcionamento dessas políticas na prática, incluindo se a estratégia da gestão se concentra na obtenção de rendimentos de juros contratuais, mantendo um perfil de taxa de juros particular, combinando a duração dos activos financeiros com a duração dos passivos que geram esses activos ou realizam fluxos de caixa através da venda de activos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à gestão do Banco;
- Os riscos que afectam o desempenho do modelo de negócio (e os activos financeiros detido ao nível do modelo de negócios) e como esses riscos são geridos;
- Como é que os gestores de negócios são compensados - por exemplo: se a compensação se baseia no justo valor dos activos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais colectados.

Os activos financeiros que são detidos para negociação e os cujo desempenho é avaliado com base no justo valor serão mensurados ao justo valor através de lucros ou prejuízos, porque não são nem detidos para colectar fluxos de caixa contratuais e nem a colectar fluxos de caixa contratuais e vender os activos financeiros.

AVALIAÇÃO SOBRE SE OS FLUXOS DE CAIXA CONTRATUAIS SÃO APENAS PAGAMENTOS DE CAPITAL E DE JUROS

Para fins de avaliação, o capital é definido como o justo valor do activo financeiro no reconhecimento inicial. O juro é definido como contrapartida pelo valor do dinheiro no tempo, pelo risco de crédito associado ao valor do capital pendente durante um determinado período de tempo e por outros riscos e custos de empréstimos básicos (por exemplo: risco de liquidez e custos administrativos), assim como a margem de lucro.

Ao avaliar se os fluxos de caixa contratuais são apenas pagamentos de capital e juros, o Banco irá considerar os termos contratuais do instrumento. O que irá incluir a avaliação se o activo financeiro contém um termo contratual que pode alterar o cronograma ou o montante dos fluxos de caixa contratuais de forma que não satisfaça essa condição. Ao efectuar a avaliação, o Banco irá considerar:

- Eventos contingentes que irão alterar o valor e tempestividade de fluxos de caixa;
- Termos de pagamentos e alargamento de prazos;
- Termos que limitam o Banco de exigir os fluxos de caixa de determinados activos - por exemplo: acordos de activos sem recurso;
- Recursos que modificam a consideração pelo valor do dinheiro no tempo - por exemplo: renovar periodicamente as taxas de juro.

As taxas de juros sobre determinados empréstimos a retalho realizados pelo Banco baseiam-se em taxas variáveis normais (SVRs) que são definidas a critério do Banco. Estas taxas (SVRs) geralmente baseiam-se numa taxa do banco central numa determinada jurisdição e incluem igualmente um “*spread*” discricionário. Nesses casos, o Banco irá avaliar se a característica discricionária é consistente face ao critério SPPI, considerando uma série de factores, incluindo:

- Os mutuários que estiverem capacitados para efectuar o pagamento antecipado dos empréstimos sem multas significativas;
- A competição do mercado de assegurar que as taxas de juro são consistentes entre os bancos; e
- Qualquer estrutura regulamentar ou de protecção ao cliente que exige que os bancos tratem os clientes de forma justa.

Todos os empréstimos a retalho do Banco e certos empréstimos empresariais de taxa fixa contém um recurso de pagamentos antecipados.

Um recurso do pagamento antecipado é consistente como o critério SPPI se um activo financeiro for adquirido ou resultar de um prémio ou desconto ao seu contrato por valor, o valor do pagamento antecipado representa

substancialmente o valor contratual acrescido dos juros contratuais acumulados (mas não pagos) (que podem incluir igualmente uma remuneração razoável pela rescisão antecipada), e o justo valor do recurso do pagamento antecipado é insignificante no reconhecimento inicial.

AVALIAÇÃO DO IMPACTO

A norma irá afectar a classificação e mensuração dos activos financeiros detidos em 1 de Janeiro de 2018, como se segue:

- Activos detidos para negociação e activos derivados detidos para gestão de risco, que são classificados como detidos para negociação e mensurados ao justo valor através de lucros ou prejuízos de acordo com a NIC 39, serão igualmente mensurados pelo justo valor através de lucros ou prejuízos de acordo com a NIRF 9.
- Empréstimos e adiantamentos a bancos e clientes que são classificados como empréstimos concedidos e contas receber e mensurados ao custo amortizado de acordo com a NIC 39 serão igualmente mensurados ao custo amortizado de acordo com a NIRF 9.
- Os títulos de investimento detidos até a maturidade mensurados ao custo amortizado de acordo com o NIC 39 serão igualmente mensurados ao custo amortizado de acordo com a NIRF 9.
- Os instrumentos de dívida que são classificados como disponíveis para venda de acordo com a NIC 39, podem à luz da NIRF 9 ser mensurados pelo custo amortizado, justo valor através de outro rendimento integral ou justo valor através de lucros ou prejuízos, dependendo das circunstâncias específicas.
- Empréstimos e adiantamentos a clientes e títulos de investimento que são designados pelo justo valor através de lucros ou prejuízos de acordo com a NIC 39 continuarão a ser mensurados pelo justo valor através de lucros ou prejuízos de acordo com a NIRF 9.
- A maioria dos títulos de investimento de capital que são classificados como disponíveis para venda de acordo com a NIC 39 serão mensurados pelo justo valor através de lucros ou prejuízos de acordo com a NIRF 9, no entanto, alguns desses títulos de investimento são detidos para fins estratégicos de longo prazo e serão designados como justo valor através de outro rendimento integral em 1 de Janeiro de 2018.

IMPARIIDADE – ACTIVOS FINANCEIROS, COMPROMISSOS DE EMPRÉSTIMO E CONTRATOS DE GARANTIA FINANCEIRA.

A NIRF 9 substitui o modelo de “prejuízos incorridos” na NIC 39 pelo modelo prospectivo de “perdas esperadas de crédito”. Isso exigirá um julgamento considerável sobre a forma como as mudanças nos factores económicos afectam as ECLs, que serão ponderados em função de probabilidades.

O novo modelo de imparidades aplica-se para os seguintes instrumentos financeiros que não são mensurados pelo justo valor através de lucros ou prejuízos:

- Activos financeiros que são instrumentos de dívida;
- Contas a receber de locações; e
- Compromissos de empréstimo e contratos de garantia financeira emitidos (anteriormente, a imparidade era mensurada de acordo com a NIC 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Activos Contingentes).

De acordo com a NIRF 9, nenhuma perda por imparidade é reconhecida nos investimentos de capital próprio.

A NIRF 9 exige que uma compensação por perda seja reconhecida num valor igual a ECLs de 12 meses ou ECL até à maturidade, as quais resultam de todos os possíveis eventos de incumprimento durante a vida esperada de um instrumento financeiro, enquanto as ECLs de 12 meses são a porção das ECLs que resultam de eventos de incumprimento que são possíveis em 12 meses após a data de relato.

O Banco irá reconhecer imparidade pelo valor igual as ECLs até à maturidade, excepto nos seguintes casos, para os quais o valor reconhecido será ECLs de 12 meses:

- Títulos de investimento de dívida que se determinou terem um risco de crédito baixo na data de relato. O Banco considera que um título de dívida possui baixo risco de crédito quando a classificação de risco de crédito é equivalente à definição global da “classificação de investimentos”; e



- Outros instrumentos financeiros (que não sejam contas a receber de locações) para o qual o risco de crédito não aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial.

A imparidade de contas a receber de locações será sempre mensurada por um valor igual as ECLs até à maturidade.

Os requisitos de imparidade da NIRF 9 são complexos e exigem julgamentos, estimativas e pressupostos da gestão particularmente nas seguintes áreas, que são discutidas detalhadamente como se segue:

- Avaliar se o risco de crédito de um instrumento aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial; e
- Incorporar a informação prospectiva na mensuração das ECLs.

MENSURAÇÃO DAS ECLS

As ECLs são estimativas ponderadas de probabilidade de perdas de crédito e serão mensuradas como se segue:

- Activos financeiros que não estão em situação de imparidade de crédito na data de relato: o valor presente de todas as insuficiências de caixa - ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à entidade de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Banco espera receber;
- Activos financeiros que estão em situação de imparidade de crédito na data de relato: a diferença entre a quantia escriturada bruta e o valor presente dos fluxos de caixa estimados futuros;
- Compromisso de empréstimo não realizado: o valor presente da diferença entre os fluxos de caixa contratuais que são devidos ao Banco se o compromisso for realizado e os fluxos de caixa que o Banco espera receber; e
- Contratos de garantia financeira: o valor presente dos pagamentos esperados para reembolsar o detentor menos os valores que o Banco espera recuperar;

Os activos financeiros que estão em situação de imparidade de crédito são definidos pela NIRF 9 de forma semelhante aos activos financeiros que estão em imparidade de acordo com a NIC 39.

DEFINIÇÃO DE INCUMPRIMENTO

De acordo com a NIRF 9, o Banco irá considerar um activo financeiro em situação de incumprimento quando:

- É improvável que o mutuário pague suas obrigações de crédito ao Banco na totalidade, sem recurso por parte do Banco a acções como a execução da garantia (se houver alguma); ou
- O mutuário é devedor relativamente a período superior a 90 dias em qualquer obrigação de crédito material para o Banco.
- Os descobertos são considerados vencidos uma vez que o cliente violou um limite recomendado ou foi avisado sobre um limite menor relativamente ao valor actual pendente.

Esta definição é substancialmente consistente com a definição que será utilizada para fins regulamentares.

Ao avaliar se o mutuário se encontra em situação de incumprimento, o Banco irá considerar os seguintes indicadores:

- Qualitativos: por exemplo: violações das cláusulas contratuais;
- Quantitativos: por exemplo: situação de vencido e não pagamento de outra obrigação do mesmo emissor ao Banco; e
- Com base em dados desenvolvidos internamente e obtidos através de fontes externas.

Os resultados da avaliação sobre se um instrumento financeiro está em situação de incumprimento e a sua significância pode variar ao longo do tempo para reflectir as mudanças nas circunstâncias.

AUMENTO SIGNIFICATIVO NO RISCO DE CRÉDITO

De acordo com a NIRF 9, quando da determinação do risco de crédito (risco de incumprimento) sobre instrumentos financeiros aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial, o Banco irá considerar a informação razoável e sustentável que seja relevante e disponível sem custo ou esforço desnecessário, incluindo informações e análises quantitativas e qualitativas com base na experiência histórica do Banco, avaliação de crédito especializado e informações prospectivas.

O Banco irá identificar inicialmente se um aumento significativo no risco de crédito ocorreu para uma exposição comparando com:

- A probabilidade de incumprimento até à maturidade (PD) na data de relato; com
- A maturidade remanescente da PD para este ponto no tempo que foi estimado no reconhecimento inicial da exposição.

Avaliar se o risco de crédito aumentou significativamente, considerando que o reconhecimento inicial de um instrumento financeiro exige a identificação da data de reconhecimento inicial do instrumento. Para determinadas linhas de crédito rotativo (cartões de crédito e descobertos bancários), a data em que o crédito foi concedido pela primeira vez pode ser antiga. A modificação dos termos contratuais de um instrumento financeiro pode afectar igualmente essa avaliação, que é discutida abaixo.

CATEGORIAS DE RISCO DE CRÉDITO

O Banco irá alocar cada exposição a um grau de risco de crédito com base na variedade de dados que é determinado como preditivo do risco de incumprimento e aplicação de julgamento da experiência de crédito. O Banco irá utilizar essas notas na identificação de aumentos significativos no risco de crédito de acordo com a NIRF 9. As categorias de risco de crédito são definidas usando factores qualitativos e quantitativos que são indicativos do risco de incumprimento. Esses factores podem variar dependendo da natureza da exposição e do tipo de mutuário.

Os graus de risco de crédito são definidos e calibrados, de modo que o risco de ocorrência de incumprimento aumente de forma exponencial à medida que o risco de crédito se deteriora - por exemplo: a diferença no risco de incumprimento entre as categorias de risco de crédito 1 e 2 é menor que a diferença entre as categorias de risco de crédito 2 e 3.

Cada exposição será alocada a uma categoria de risco de crédito no reconhecimento inicial com base em informações disponíveis sobre o mutuário. As exposições estarão sujeitas a monitoria contínua, o que pode resultar numa exposição sendo movida para uma classificação de risco de crédito diferente.

GERAÇÃO DA ESTRUTURA DA PD

As categorias de risco de crédito serão um "input" primário na determinação da estrutura de termos do PD para exposições. O Banco irá recolher o desempenho e informações de incumprimento sobre as suas exposições de risco de crédito analisadas por jurisdição, por tipo de produto e mutuário e por classificação de risco de crédito. Para algumas carteiras, as informações obtidas de agências de referência de crédito externas podem ser igualmente utilizadas.

O Banco irá empregar modelos estatísticos para analisar os dados recolhidos e gerar estimativas da maturidade remanescente da PD das exposições e como estas deverão mudar como resultado da passagem do tempo.

Esta análise irá incluir a identificação e calibração das relações entre as mudanças nas taxas de incumprimento e as mudanças nos principais factores macroeconómicos, bem como a análise aprofundada do impacto de outros factores (por exemplo, experiência de tolerância) sobre o risco de incumprimento. Para a maioria das exposições, os principais indicadores macroeconómicos provavelmente irão incluir o crescimento do PIB, taxas de juros de referência e desemprego.

Para exposições a indústrias e/ou regiões específicas, a análise pode se estender aos preços relevantes de mercadorias ("*commodities*") e/ou imóveis.

A abordagem do Banco para incorporar informações prospectivas nesta avaliação é discutida abaixo.

Determinar sobre se o risco de crédito aumentou significativamente

O Banco estabeleceu uma estrutura que incorpora informações quantitativas e qualitativas para determinar se o risco de crédito num instrumento financeiro específico aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial. A estrutura alinha-se com o processo interno de gestão de risco de crédito do Banco. Os critérios para determinar se o risco de crédito aumentou significativamente irão variar de acordo com a carteira e irão incluir um anti-retorno ("*backstop*") baseado na delinquência.

O Banco irá considerar que o risco de crédito de uma exposição específica aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial se, com base na modelização quantitativa do Banco, a vida útil remanescente da PD for



determinada a ter um aumento desde o reconhecimento inicial. Ao mensurar os aumentos no risco de crédito, à vida útil remanescente das ECLs são ajustadas pelas mudanças na maturidade.

Em certos casos, usando seu julgamento de crédito especializado e, sempre que possível, experiência histórica relevante, o Banco pode determinar que uma exposição tenha sofrido um aumento significativo de crédito com factores qualitativos específicos, e assim, esses indicadores podem não ser totalmente capturados pela análise quantitativa atempadamente. Como anti-retorno e tal como requerido pela NIRF 9 o Banco irá considerar que um aumento significativo no risco de crédito ocorre, o mais tardar, quando um activo estiver vencido a mais de 30 dias.

O Banco irá determinar os dias vencidos contando o número de dias desde a primeira data de maturidade em relação à qual o pagamento integral não foi recebido.

O Banco irá acompanhar a eficácia dos critérios utilizados para identificar aumentos significativos no risco de crédito por revisão regular para confirmar que:

- Os critérios são capazes de identificar aumentos significativos no risco de crédito antes de uma exposição estar em situação de incumprimento;
- Os critérios não se alinham com o ponto no tempo em que um activo se torna vencido por mais de 30 dias;
- O tempo médio entre a identificação de um aumento significativo no risco de crédito e o incumprimento parece razoável; e
- As exposições não são transferidas directamente da mensuração de ECL de 12 meses para imparidade de crédito.
- Não há volatilidade injustificada no cálculo de imparidades das transferências entre ECL de 12 meses e mensurações da ECL até a maturidade.

ACTIVOS FINANCEIROS MODIFICADOS

Os termos contratuais de longo prazo podem ser modificados por várias razões, incluindo mudanças nas condições de mercado, retenção de clientes e outros factores não relacionados a uma deterioração actual ou potencial do crédito do cliente. Um empréstimo existente cujos termos foram modificados pode ser desreconhecido e o empréstimo renegociado reconhecido como um novo empréstimo ao justo valor.

De acordo com a NIRF 9, quando os termos de um activo financeiro são modificados e a modificação não resulta em desreconhecimento, a determinação sobre se o risco de crédito do activo aumentou significativamente reflecte a comparação de:

- Vida útil remanescente da PD à data de relato com base nos termos modificados; e
- Vida útil remanescente da PD estimada com base nos dados no reconhecimento inicial e os termos originais do contrato.

O Banco renegocia empréstimos a clientes em dificuldades financeiras (denominados “actividades de tolerância”) para maximizar as oportunidades de recolha e minimizar o risco de incumprimento. De acordo com a política de tolerância do Banco, a tolerância ao empréstimo é concedida de forma selectiva se o devedor estiver actualmente em situação de incumprimento na sua dívida ou se houver um elevado risco de incumprimento, há provas de que o devedor envidou esforços razoáveis para efectuar o pagamento sob um elevado risco de incumprimento, há evidências de que o devedor fez todos os esforços razoáveis para efectuar o pagamento de acordo com os termos contratuais originais e o devedor pode cumprir os termos revistos.

Os termos revistos geralmente incluem a extensão do prazo de maturidade, a mudança do período dos pagamentos de juros e a alteração dos termos das cláusulas de empréstimo. Tanto os empréstimos a retalho como os empréstimos para empresas estão sujeitos à política de tolerância. O Conselho de Crédito revê regularmente os relatórios sobre actividades de tolerância.

Para os activos financeiros modificados como parte da política de tolerância do Banco, a estimativa de PD irá reflectir se a modificação melhorou ou restaurou a capacidade do Banco para colectar juros e o capital e a experiência anterior do Banco de acção de tolerância semelhante. Como parte deste processo, o Banco irá avaliar o desempenho do pagamento do mutuário em relação aos termos contratuais modificados e irá considerar vários indicadores comportamentais.

Geralmente, a tolerância é um indicador qualitativo de incumprimento e imparidade de crédito e as expectativas de tolerância são relevantes para avaliar se há um aumento significativo no risco de crédito. Após a tolerância, um cliente precisa demonstrar consistentemente um bom comportamento de pagamento ao longo de um período estipulado antes de a exposição já não ser considerada em situação de incumprimento/imparidade de crédito ou se a PD é considerada como tendo diminuído de modo que a imparidade reverta para que seja mensurada a um montante igual a ECLs de 12 meses.

“INPUTS” NA MENSURAÇÃO DAS ECLS

Os principais “Inputs” para a mensuração das ECLs são provavelmente as estruturas dos termos das seguintes variáveis:

- Probabilidade de incumprimento (PD);
- Perda quando houver incumprimento (LGD); e
- Exposição sujeita a Incumprimento (EAD).

Esses parâmetros serão derivados de modelos estatísticos desenvolvidos internamente e outros dados históricos que alavancam modelos regulatórios. Eles serão ajustados para reflectir informações prospectivas conforme descrito abaixo.

As estimativas da PD são estimativas numa determinada data, que será calculada com base em modelos de classificação estatística e avaliadas utilizando ferramentas de classificação adaptadas às várias categorias de contrapartes e exposições.

Estes modelos estatísticos irão assentar em dados compilados internamente, incluindo factores qualitativos e quantitativos. Se disponível, os dados de mercado podem igualmente ser utilizados para derivar a PD para grandes contrapartes empresariais. Se uma contraparte ou exposição migrar entre classes de classificação, isso irá resultar numa alteração da estimativa da PD associada. As PDs serão estimadas considerando os prazos contratuais das exposições e as taxas estimadas de pagamento antecipado.

A LGD é a magnitude da perda provável se houver uma situação de incumprimento. O Banco irá estimar os parâmetros LGD com base no histórico das taxas de recuperação dos créditos contra contrapartes em situação de incumprimento. Os modelos LGD consideram a estrutura, a garantia, a antiguidade do litígio, a indústria de contrapartes e os custos de recuperação de qualquer garantia que seja parte integrante do activo financeiro. Para os empréstimos garantidos pela propriedade a retalho, os índices de empréstimo a valor (LTV) provavelmente serão um parâmetro-chave na determinação da LGD. As estimativas LGD serão calibradas para diferentes cenários económicos e, para empréstimos imobiliários, para reflectir possíveis mudanças nos preços dos imóveis. Eles serão calculados com base no fluxo de caixa descontado utilizando a taxa de juro efectiva como o factor de desconto.

A EAD representa a exposição esperada no caso de uma situação de incumprimento. O Banco irá derivar a EAD da exposição actual à contraparte e as potenciais alterações ao valor actual permitido no contrato, incluindo amortização e pagamento antecipado. A EAD de um activo financeiro será a quantia escriturada bruta relativamente a situação de incumprimento. Para compromissos de empréstimos e garantias financeiras, a EAD irá considerar o montante retirado, bem como os possíveis montantes futuros que podem ser retirados ou reembolsados no âmbito do contrato, que serão estimados com base em observações históricas e previsões para o futuro. Para alguns activos financeiros, o Banco irá determinar a EAD, modelando a gama de possíveis resultados de exposição em vários momentos, utilizando o cenário e as técnicas estatísticas.

Conforme descrito acima, e sujeito a utilizar um máximo de PD de 12 meses para activos financeiros para os quais o risco de crédito não aumentou significativamente, o Banco irá mensurar as ECLs considerando o risco de incumprimento durante o período contratual máximo (incluindo as opções de extensão de qualquer devedor) que está exposto ao risco de crédito, mesmo que, para fins de gestão de risco, o Banco considere um período mais longo. O período contratual máximo se estende até a data em que o Banco tenha o direito de exigir o reembolso de um adiantamento ou rescindir um compromisso ou garantia de empréstimo.

Para descobertos, cartões de crédito e contas correntes caucionadas que incluem tanto um empréstimo quanto um compromisso não utilizado não limitam a exposição do Banco às perdas de crédito no período de aviso



contratual. Esses empréstimos não possuem um prazo fixo ou estrutura de reembolso e são geridos de forma colectiva. O Banco pode cancelá-los com efeito imediato, mas este direito contratual não é aplicado na gestão normal do dia-a-dia, mas somente quando o Banco tomar conhecimento de um aumento do nível do risco de crédito. Este período mais longo será estimado levando em consideração as acções de gestão de risco de crédito que o Banco espera tomar e que servem para mitigar as ECLs. Estes incluem uma redução nos limites e cancelamento do empréstimo.

Quando a modelização de um parâmetro é realizada de forma colectiva, os instrumentos financeiros serão depositados com base em características de risco compartilhado que incluem:

- Tipo de instrumento;
- Categorias de risco de crédito;
- Tipo de garantia;
- Data do reconhecimento inicial;
- Termo remanescente da maturidade;
- Indústria; e
- Localização geográfica do mutuário.

INFORMAÇÃO PROSPECTIVA

De acordo com a NIRF 9, o Banco irá incorporar informações prospectivas tanto na avaliação sobre se o risco de crédito de um instrumento aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e a sua mensuração das ECLs. O Banco irá formular um “cenário de base” da direcção futura das variáveis económicas relevantes e uma gama representativa de outros possíveis cenários de previsão com base na proposta da Direcção de Risco e consideração de uma variedade de informações reais e previsões externas. Este processo irá envolver o desenvolvimento de dois ou mais cenários económicos adicionais e considerando as probabilidades relativas de cada resultado. As informações externas podem incluir dados económicos e previsões publicadas por órgãos governamentais e autoridades monetárias moçambicanas, organizações internacionais como o Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional.

O cenário de base irá representar um resultado muito provável e será alinhado com a informação usada pelo Banco para outros fins, como planeamento estratégico e orçamento. Os outros cenários representarão resultados mais optimistas e mais pessimistas. O Banco realizará periodicamente testes de esforço (“stress-testing”) para choques mais extremos para que possa calibrar a determinação de outros cenários representativos.

O Banco identificou e documentou os principais factores de risco de crédito e perdas de crédito para cada carteira de instrumentos financeiros e, utilizando uma análise de dados históricos, estimou as relações entre variáveis macroeconómicas e risco de crédito e perdas de crédito. Esses principais factores incluem taxas de juros, taxas de desemprego e previsões do PIB. A relação prevista entre os indicadores-chave e as taxas de incumprimento e de perda em várias carteiras de activos financeiros foram desenvolvidas com base na análise de dados históricos nos últimos 5 anos. Os cenários económicos utilizados serão aprovados pelo Comité de Risco.

AVALIAÇÃO DO IMPACTO

O impacto mais significativo nas demonstrações financeiras do Banco resultante da implementação da NIRF 9 deverá resultar dos novos requisitos de imparidade. As perdas por redução ao valor recuperável irão aumentar e se tornarão mais voláteis para instrumentos financeiros no âmbito do modelo de imparidade NIRF 9.

A NIRF 9 retém em grande parte os requisitos existentes na NIC 39 para a classificação de passivos financeiros.

iii. Classificação - passivos financeiros

No entanto, de acordo com a NIC 39, todas as alterações do justo valor dos passivos financeiros designados como justo valor através de lucros ou prejuízos são reconhecidas nos lucros ou prejuízos, enquanto que, de acordo com a NIRF 9, essas mudanças de justo valor serão geralmente apresentadas da seguinte forma:

- O valor da variação no justo valor que é atribuível a alterações no risco de crédito do passivo será apresentado no outro rendimento integral; e
- O valor remanescente da variação no justo valor será apresentado nos lucros ou prejuízos.

O Banco designou títulos de dívida emitidos ao justo valor através de lucros ou prejuízos quando detém derivados relacionados ao justo valor através de lucros ou prejuízos e a designação, portanto, elimina ou reduz significativamente a diferença que de outra forma iria resultar.

iv. Desreconhecimento e modificação do contrato

A NIRF 9 incorpora os requisitos da NIC 39 para desreconhecimento de activos financeiros e passivos financeiros sem alterações substantivas.

Contudo, contém orientações específicas para a contabilidade quando a modificação de um instrumento financeiro não mensurado ao justo valor através de lucros ou prejuízos não resulta em desreconhecimento. De acordo com a NIRF 9, o Banco irá recalcular a quantia escriturada bruta do activo financeiro (ou o custo amortizado do passivo financeiro) descontando os fluxos de caixa contratuais modificados à taxa de juro efectiva original e reconhecendo qualquer ajustamento resultante da modificação de ganho ou perda em lucros ou prejuízos. De acordo com a NIC 39, o Banco não reconhece ganhos ou perdas em lucros ou prejuízos na modificação de passivos financeiros e activos financeiros em dificuldades que não resultam no seu desreconhecimento.

O Banco espera um impacto imaterial relativamente a adopção destes novos requisitos.

v. Divulgações

A NIRF 9 irá requerer divulgações para exterior, particularmente sobre o risco de crédito e ECLs.

vi. Transição

As mudanças nas políticas contabilísticas resultantes da adopção da NIRF 9 geralmente serão aplicadas retrospectivamente, excepto conforme descrito abaixo:

- O Banco irá tirar proveito da isenção que permite não reavaliar as informações comparativas para períodos anteriores em relação à classificação e mensuração (incluindo imparidade). As diferenças de mudança nas quantias escrituradas de activos financeiros e passivos financeiros resultantes da adopção da NIRF 9 geralmente serão reconhecidos em resultados acumulados e reservas em 1 de Janeiro de 2018.

As seguintes avaliações devem ser feitas com base nos factos e circunstâncias que existem na data inicial do pedido.

- Determinação do modelo de negócio dentro do qual um activo financeiro é realizado.
- A designação e revogação de designações anteriores de certos activos financeiros e passivos financeiros, conforme mensurado ao justo valor através de lucros ou prejuízos.
- A designação de certos investimentos em instrumentos de capital próprio não detidos para negociação ao justo valor através de outro rendimento integral.
- Para um passivo financeiro designado ao justo valor através de lucros ou prejuízos, a determinação de se apresentar os efeitos das alterações no risco de crédito do passivo financeiro no outro rendimento integral criaria ou ampliaria um desajustamento de contabilidade nos lucros ou prejuízos.
- Se um título de investimento de dívida tiver baixo risco de crédito em 1 de Janeiro de 2018, o Banco irá determinar que o risco de crédito no activo não aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial.

NIRF 15 – RÉDITO PROVENIENTE DE CONTRATOS COM CLIENTES:

Esta norma substitui: a NIC 11 contratos de Construção, NIC 18 Rédito, IFRIC 13 Programas de Fidelização de Clientes, IFRIC 15 Acordos para Construção de Imóveis, IFRIC 18 Transferência de Activos para Clientes e SIC-31 Rédito - Transacções de Troca Envolvendo Serviços de Publicidade.

Resumo dos requisitos: A norma contém um modelo único que se aplica a contratos com clientes e duas abordagens para reconhecimento do rédito: num momento ou ao longo do tempo. O modelo apresenta um contrato de análise de transacções com base em cinco etapas para determinar quanto e quando o rédito é reconhecido.

A IFRIC 15 é efectiva para períodos anuais com início em ou após 1 de Janeiro de 2018, com adopção antecipada permitida.

Possível Impacto nas Demonstrações Financeiras: Dada a natureza das operações do Banco, não se espera nenhum impacto significativo na aplicação da NIRF 15. No entanto, o Banco continua a avaliar o potencial impacto sobre as suas demonstrações financeiras com a aplicação da referida norma.



NIRF 16 – LOCAÇÕES:

Esta norma substitui: a NIC 17 Locações e Interpretações relacionadas.

Resumo dos requisitos: Estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de locações para ambas partes de um contrato, ou seja, o cliente (“locatário”) e o fornecedor (“locador”). A NIRF 16 apresenta um modelo para locatários que resultará em quase todas as locações serem incluídas no Balanço. Não foram incluídas alterações significativas para os locadores.

A norma é efectiva para períodos anuais com início em ou após 1 de Janeiro de 2018, com adopção antecipada permitida apenas se a entidade adoptar igualmente a NIRF 15.

Possível Impacto nas Demonstrações Financeiras: os requisitos transitórios são diferentes para os locatários e locadores. O Banco começou a avaliar o potencial impacto nas demonstrações financeiras resultantes da aplicação da NIRF 16 e não se espera nenhum impacto significativo para as locações financeiras do Banco.

Não se espera que as seguintes novas normas ou alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras do Banco:

Esclarecimento sobre a contabilização de pagamentos com base em acções (Emenda à NIRF 2);

Venda ou Contribuição de Activos entre um Investidor e sua Associada ou Empreendimento Conjunto (Emenda à NIRF 10 e NIC 28).

A gestão de riscos assenta na constante identificação e análise da exposição a diferentes riscos (crédito, mercado, liquidez, operacional e outros), e na execução de estratégias de maximização de resultados face aos riscos, dentro de restrições pré-estabelecidas e devidamente supervisionadas.

A actividade do Banco é exposta a um conjunto de riscos financeiros e essa actividade envolve a análise, avaliação, aceitação e gestão de determinados graus de risco ou combinação de riscos. O objectivo do Banco é atingir um equilíbrio entre o risco e o retorno e minimizar os potenciais impactos adversos no seu desempenho financeiro.

Por natureza, a actividade do Banco assenta, essencialmente, na utilização de instrumentos financeiros. O Banco aceita depósitos de clientes quer a taxa de juro fixa, quer variável, e, durante vários períodos, procura obter margens acima da média investindo em activos de alta qualidade. O Banco procura aumentar as margens consolidando os fundos de curto prazo e emprestando por períodos mais prolongados a taxas mais elevadas mantendo a liquidez suficiente para todos os desembolsos necessários que eventualmente ocorram.

Assim, as políticas de gestão de risco do Banco estão desenhadas para identificar e analisar esses riscos a fim de estabelecer determinados limites de risco e controlos a fim de os monitorar e assegurar a sua aderência aos limites estabelecidos, por meio de sistemas actualizados. O Banco regularmente revê as políticas de gestão de risco e sistemas de forma a reflectir as alterações nos mercados, produtos e melhores práticas.

A gestão do risco é gerida pela Direcção de Gestão de Risco sob políticas aprovadas pela Administração. Esta direcção identifica, avalia os riscos financeiros e não financeiros em cooperação com as unidades de negócio do Banco. A Administração faculta princípios para a gestão de risco global, bem como as políticas que cobrem áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juro, risco de crédito e do uso de instrumentos financeiros derivados e não derivados. Além disso, a auditoria interna é responsável pela avaliação independente da gestão de riscos e do ambiente de controlo. De entre os diversos riscos analisados e controlados por esta direcção, destacam-se: O risco de crédito, o risco de liquidez, o risco de mercado e outros riscos operacionais. O risco de mercado inclui o risco de moeda, o risco de taxa de juro e o risco de preço.

De acordo com as políticas de gestão de activos e passivos (ALM), o Banco procura assegurar uma gestão prudente de liquidez, gastos de capital e controlo associado a riscos financeiros, com particular detalhe na liquidez, taxa de juro e taxa de câmbio.

A Direcção de *Compliance* abrange todas as áreas do Banco, processos e actividades, com o objectivo de auxiliar as actividades de prevenção e mitigação dos “riscos de *compliance*”, que se traduzem no risco de sanções legais ou regulamentares, perda financeira ou de reputação, como consequência de uma falha no cumprimento de leis, regulamentos, códigos de conduta e de boas práticas bancárias, promovendo o cumprimento de todas as normas aplicáveis, quer pelo Banco, quer pelo seu pessoal, através de uma intervenção independente ou em conjunto com todas as unidades orgânicas do Banco.

A análise qualitativa da gestão do risco do Banco é apresentada como se segue:

3.1. Risco de crédito

O risco de crédito é o risco que o Banco pode sofrer devido a perdas financeiras, se os clientes do Banco ou contrapartes de mercado falharem a honrar os compromissos com o Banco. As contrapartes podem incluir o Governo, outros bancos e instituições não-financeiras. O risco de crédito pode surgir também devido à descida da notação de crédito do Banco, fazendo com que o justo valor dos seus activos diminuam. O risco de crédito que o Banco está exposto é mais ao nível de crédito comercial e retalho. O Banco tem as suas políticas, procedimentos e processos, segundo as quais controla e monitoriza o risco de todas essas actividades.

Embora a exposição ao crédito surja pela via de empréstimos e adiantamentos, o Banco pode ser exposto a outros riscos de crédito. Os mesmos dizem respeito a compromissos, passivos contingentes, títulos de dívida e outros riscos que ocorram no decurso de actividades comerciais. Estes riscos são geridos de forma semelhante aos dos empréstimos e adiantamentos a clientes e estão sujeitos aos mesmos processos de aprovação e controlo.

A exposição ao risco baseada no perfil de crédito do Banco é monitorizada e gerida diariamente através da detecção de limites e excessos. O Banco controla a concentração de risco de crédito que venha a surgir, por tipo de cliente em relação aos empréstimos e adiantamentos a clientes através de uma carteira equilibrada.

Máxima exposição ao risco de crédito por classe de activos financeiros

Para activos financeiros reconhecidos na posição financeira, a exposição ao risco de crédito é igual à quantia escriturada. Para as garantias financeiras, a exposição máxima ao risco de crédito é o valor máximo que o Banco teria de pagar caso a garantia fosse executada. Para os compromissos de empréstimo de crédito e outros compromissos relacionados e que sejam irrevogáveis durante o ciclo de vida das respectivas facilidades, a exposição máxima ao risco de crédito é o valor da facilidade não utilizada. Em termos das garantias financeiras e letras de crédito, o Banco encontra-se igualmente exposto ao risco de liquidez na extensão em que tais garantias forem utilizadas.

A tabela abaixo demonstra a exposição máxima à data de 31 de Dezembro, relativamente ao risco de crédito na posição financeira, e instrumentos financeiros extrapatrimoniais, sem ter em consideração o valor das garantias detidas. O Banco apenas detém colaterais para Crédito a clientes que são, fundamentalmente, hipotecas sobre propriedades e penhoras de equipamentos.

	2017	2016
MZN'000		
Exposição ao risco de crédito relativa a elementos do balanço		
Caixa e disponibilidades em Banco Central	806 636	1 043 993
Disponibilidades sobre instituições de crédito	115 484	471 493
Aplicações em instituições de crédito	2 359 783	1 029 673
Activos financeiros detidos para negociação	2 487 818	1 231 806
Activos financeiros disponíveis para venda	2 527 884	3 341 270
Empréstimos e adiantamentos a clientes	15 281 038	17 146 038
Outros activos	42 224	86 722
Total	23 620 867	24 350 995
Exposição do risco de crédito relativa a elementos patrimoniais		
Garantias	2 216 539	2 270 400
Cartas de crédito	845 780	666 100
Total	3 062 319	2 936 500
Total da exposição ao risco de crédito	26 683 186	27 287 495



QUALIDADE DO CRÉDITO:

Com a finalidade de divulgar a qualidade do crédito do Banco, os instrumentos financeiros foram analisados como se segue:

MZN'000				
2017	Nem vencido nem em imparidade	Vencido mas não em imparidade	Em imparidade	Total
Caixa e disponibilidades em Banco Central	806 636	-	-	806 636
Disponibilidades sobre instituições de crédito	115 484	-	-	115 484
Aplicações em instituições de crédito	2 359 783	-	-	2 359 783
Activos financeiros detidos para negociação	2 487 818	-	-	2 487 818
Activos financeiros disponíveis para venda	2 527 884	-	-	2 527 884
Empréstimos e adiantamentos a clientes	16 505 305	1 723 065	(2 947 332)	15 281 038
Outros Activos	42 224	-	-	42 224
Total	24 845 133	1 723 065	(2 947 332)	23 620 867

2016	Nem vencido nem em imparidade	Vencido mas não em imparidade	Em imparidade	Total
Caixa e disponibilidades em Banco Central	1 043 993	-	-	1 043 993
Disponibilidades sobre instituições de crédito	471 493	-	-	471 493
Aplicações em instituições de crédito	1 029 673	-	-	1 029 673
Activos financeiros detidos para negociação	1 231 806	-	-	1 231 806
Activos financeiros disponíveis para venda	3 341 270	-	-	3 341 270
Empréstimos e adiantamentos a clientes	17 624 275	1 501 813	(1 980 050)	17 146 038
Outros Activos	86 722	-	-	86 722
Total	24 829 232	1 501 813	(1 980 050)	24 350 995

MZN'000			
2017	Valor	Imparidade	Exposição líquida
Crédito Vencendo	10 320 690	406 158	9 914 531
Crédito Vencido	7 907 680	2 541 173	5 366 507
Exposição vencida	1 723 065	553 716	1 169 349
Exposição com início de Imparidade	6 184 615	1 987 458	4 197 157
	18 228 370	2 947 332	15 281 038

O crédito vencido inclui a totalidade da exposição de clientes com prestações vencidas assim como os valores das prestações vincendas de créditos que já apresentam prestações vencidas. Em 31 de Dezembro de 2017, a exposição vencida ascendia aos 7.908 milhões de Meticais (2016: 5.188 milhões de Meticais).

O crédito vincendo e vencido por produto a 31 de Dezembro, apresenta-se como se segue:

MZN'000						
2017	Empréstimos	Contas correntes e descobertos	Crédito ao consumo	Hipoteca	Outros	Total
Crédito vigente sem imparidade	6 116 952	2 640 072	487 560	720 083	356 022	10 320 690
Imparidade	(245 234)	(74 948)	(8 732)	(13 275)	(63 969)	(406 158)
Crédito vencido com imparidade	6 342 829	925 011	440 399	141 601	57 841	7 907 680
Imparidade	(1 630 000)	(534 626)	(307 396)	(22 609)	(46 542)	(2 541 173)
	10 584 547	2 955 509	611 830	825 800	303 352	15 281 038

MZN'000						
2016	Empréstimos	Contas correntes e descobertos	Crédito ao consumo	Hipoteca	Outros	Total
Crédito vigente sem imparidade	9 244 191	3 008 890	719 579	791 448	174 033	13 938 141
Imparidade	(285 120)	(77 356)	(7 847)	(5 055)	(173 375)	(548 753)
Crédito vencido com imparidade	3 476 814	1 093 821	467 078	105 512	44 722	5 187 947
Imparidade	(707 709)	(446 359)	(241 275)	(12 814)	(23 140)	(1 431 297)
	11 728 176	3 578 996	937 535	879 091	22 240	17 146 038

O quadro a seguir apresenta o detalhe do crédito vencido por categoria e a respectiva imparidade (individualmente analisada) em 31 de Dezembro:

MZN'000					
2017	Até 3 meses	De 3 meses até 6 meses	De 6 meses até 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Crédito vencido	1 041 560	151 076	156 406	6 558 638	7 907 680
Imparidade	(711 003)	(23 309)	(61 182)	(1 745 679)	(2 541 173)
Rácio de cobertura	68%	15%	39%	27%	32%
	330 557	127 767	95 225	4 812 959	5 366 507

MZN'000					
2016	Até 3 meses	De 3 meses até 6 meses	De 6 meses até 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Crédito vencido	1 185 692	79 937	119 100	3 803 219	5 187 947
Imparidade	(537 469)	(48 232)	(48 751)	(796 845)	(1 431 297)
Rácio de cobertura	45%	60%	41%	21%	28%
	648 223	31 705	70 349	3 006 374	3 756 650



COLATERAIS E OUTRAS GARANTIAS DE CRÉDITO

MZN'000

A quantidade e o tipo de garantia exigida dependem de uma avaliação do risco de crédito da contraparte.

Os principais tipos de garantias obtidas são, as seguintes:

- Para os títulos de crédito e nas transacções de recompra reversão, dinheiro ou títulos;
- Para empréstimos comerciais, encargos sobre imóveis, inventário e contas a receber;
- Para crédito de retalho, hipotecas sobre imóveis de habitação;

2017	Justo valor das garantias de crédito					Garantias líquidas	Exposição líquida
	Máxima exposição ao risco de crédito	Depósitos	Cartas de crédito / Garantias bancárias	Hipotecas	Outros		
Disponibilidades sobre instituições de crédito	115 484	-	-	-	-	-	115 484
Aplicações em instituições de crédito	2 359 783	-	-	-	-	-	2 359 783
Activos financeiros detidos para negociação	2 487 818	-	-	-	-	-	2 487 818
Activos financeiros disponíveis para venda	2 527 884	-	-	-	-	-	2 527 884
Empréstimos e adiantamentos a clientes							
Grandes empresas	7 115 461	111 704	-	2 575 425	2 829 113	5 516 242	1 599 219
Pequenas e médias empresas	3 752 372	249 123	11 607	2 600 145	118 872	2 979 747	772 625
Particulares	2 369 383	214 789	-	787 474	9 799	1 012 063	1 357 320
Outros	2 043 822	-	44 164	-	2 246 323	2 290 486	(246 664)
Outros Activos	-	-	-	-	-	-	-
	22 772 007	575 615	55 771	5 963 044	5 204 108	11 798 538	10 973 469

2016	Justo valor das garantias de crédito					Garantias líquidas	Exposição líquida
	Máxima exposição ao risco de crédito	Depósitos	Cartas de crédito / Garantias bancárias	Hipotecas	Outros		
Disponibilidades sobre instituições de crédito	471 493	-	-	-	-	-	471 493
Aplicações em instituições de crédito	1 029 673	-	-	-	-	-	1 029 673
Activos financeiros detidos para negociação	1 231 806	-	-	-	-	-	1 231 806
Activos financeiros disponíveis para venda	3 341 270	-	-	-	-	-	3 341 270
Empréstimos e adiantamentos a clientes							
Grandes empresas	6 840 169	93 513	-	2 499 150	2 331 340	4 924 003	1 916 166
Pequenas e médias empresas	5 251 344	197 691	-	2 904 975	286 306	3 388 972	1 862 372
Particulares	2 651 896	181 699	-	480 622	7 410	669 731	1 982 165
Outros	4 144 921	-	-	351 214	2 731 800	3 083 014	1 061 907
Outros Activos	86 722	-	-	-	-	-	86 722
	25 049 294	472 903	-	6 235 961	5 356 856	12 065 720	12 983 575

O Banco considera como "hair-cut" 20% do valor das hipotecas de imóveis e 75% para hipotecas de móveis e penhor de equipamentos.

Activos financeiros renegociados

Quando um cliente entra em incumprimento, e temporariamente não consegue suportar a prestação mensal, o cliente pode procurar pedir a dilatação do período de forma a conseguir uma oportunidade com vista a rectificação da situação. Na data de vencimento do período de reprogramação, a situação do cliente é reavaliada e os termos dos empréstimos poderão ser renegociados.

Activos renegociados incluem empréstimos que foram transferidos dos créditos em imparidade para os créditos vigentes dentro dos últimos 12 meses depois de terem sido reestruturados e não poderão ser renegociados mais de uma vez no período de 12 meses.

Activos financeiros que estão vencidos, mas não em imparidade

Dizem respeito a empréstimos e adiantamentos a clientes em que o cliente não cumpriu com o pagamento dos juros ou capital mas o Banco acredita que não é apropriado reconhecer uma imparidade identificada tendo em linha de conta o nível do colateral que o cliente entregou ao Banco como garantia. O Banco não apresenta quaisquer activos financeiros que estão vencidos, mas que não se encontrem em imparidade.

Activos financeiros que se encontrem em imparidade

O Banco avalia regularmente se existe uma evidência objectiva de que o activo financeiro ou a carteira de activos financeiros valorizados ao custo amortizado esteja a incorrer em perdas por imparidade. Um activo financeiro ou carteira de activos financeiros está em imparidade e existem perdas por imparidade se, e apenas se, existe uma prova objectiva de imparidade como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após o reconhecimento inicial, após a data do primeiro registo na posição financeira e esse evento de perda tenha um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do activo financeiro ou da carteira de activos financeiros que possa ser fiavelmente estimada.



Os critérios que o Banco utiliza para determinar se existem provas objectivas de imparidade incluem:

- Dificuldades financeiras do cliente;
- Quebra no contrato, tais como incumprimento das responsabilidades exigidas;
- Existem fortes evidências que o cliente vai entrar em insolvência ou vai sofrer uma forte reorganização financeira;
- O desaparecimento de um mercado activo para esse activo financeiro devido a dificuldades financeiras; ou
- Observação de dados evidenciando que existe uma diminuição considerável relativamente aos fluxos de caixa futuros estimados de um grupo de activos financeiros, desde o reconhecimento inicial desses activos, apesar desse decréscimo não ter sido ainda identificado individualmente na carteira, incluindo:
 - i. Alterações adversas no estado de pagamento dos mutuários na carteira;
 - ii. Condições económicas locais ou nacionais que se correlacionam com a depreciação da carteira de activos;
 - iii. Depreciação do valor do colateral; e
 - iv. Deterioração da posição do mutuário.

A política de crédito do Banco define incumprimento por parte de um determinado cliente, quando ocorrerem os seguintes eventos:

- O Banco considera que é pouco provável que o mutuário pague a sua obrigação de crédito, na íntegra, sem recurso a que tenha de exercer a opção sobre o colateral;
- Se o mutuário entra em incumprimento com quaisquer condições do contrato, tais como alcançar determinadas condições financeiras.

O Banco avalia primeiro se a prova objectiva de imparidade existe individualmente, para activos financeiros que sejam individualmente significativos e individual ou colectivamente para activos financeiros que não são individualmente significativos.

Todas as exposições com indicação de crédito mal parado são avaliadas individualmente quanto à imparidade. Os activos avaliados individualmente quanto à imparidade e para os quais um gasto de imparidade é e continua a ser reconhecido, não são incluídos na análise da imparidade colectiva.

Para empréstimos e adiantamentos e activos detidos até à maturidade, o valor da perda por imparidade é mensurado como sendo a diferença entre a quantia escriturada e o valor presente dos fluxos de caixa futuros descontados à taxa de juro efectiva original do activo.

O cálculo do valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados de um activo financeiro colateralizado, reflecte os fluxos de caixa que podem resultar da execução, menos os custos de obtenção e da venda, da garantia colateral, quer a execução seja ou não provável.

A metodologia e os pressupostos utilizados para estimar fluxos de caixa futuros são revistos periodicamente para reduzir as diferenças entre as estimativas e perdas reais.

ABATES

O Banco reconhece, através de um encargo que reduz o resultado, uma imparidade para as perdas ocorridos inerentes à carteira de crédito. Depois de identificar um adiantamento como reduzido e sujeito a um desconto de imparidade, chega-se a uma fase em que se conclui não existir uma perspectiva realista da sua recuperação.

O abate irá existir, quando, a totalidade ou parte da dívida é considerada como incobrável. A periodicidade e a extensão dos abates podem envolver algum julgamento subjectivo. No entanto, o abate será sempre antecedido de um evento específico, como, o início do processo de insolvência ou outra acção formal de recuperação, que torna possível estabelecer que uma parte ou a totalidade da dívida vai além das perspectivas realistas de recuperação.

Estes activos são abatidos apenas quando todos os procedimentos necessários tenham sido concluídos, bem como o montante das perdas ter sido determinado. As recuperações subsequentes de valores que foram abatidos são reconhecidas como dedução do gasto de imparidade de crédito na demonstração de resultados.

A análise dos empréstimos e adiantamento a clientes em imparidade apresenta-se como se segue:

MZN'000

2017	Valor contabilístico inicial	Imparidade individual	Imparidade colectiva	Valor líquido contabilístico revisto
Retalho	3 245 940	263 252	113 242	2 869 446
Construção civil	1 100 895	197 192	46 790	856 913
Energia	31 110	550	3	30 557
Turismo	628 886	8 599	20 411	599 876
Indústria transformadora	1 757 454	405 386	9 693	1 342 375
Particulares	2 931 290	13 113	545 310	2 372 867
Serviços	5 467 135	829 111	76 847	4 561 177
Transportes e Comunicações	2 849 968	331 977	52 109	2 465 881
Agricultura e Pescas	87 871	21 025	4 429	62 417
Outros	127 821	2 353	5 940	119 529
	18 228 370	2 072 558	874 774	15 281 038

MZN'000

2016	Valor contabilístico inicial	Imparidade individual	Imparidade colectiva	Valor líquido contabilístico revisto
Retalho	4 830 692	416 960	92 626	4 321 106
Construção civil	4 568 851	60 752	44 177	4 463 922
Energia	1 290 087	9 118	-	1 280 969
Turismo	506 295	15 303	11 831	479 160
Indústria transformadora	468 393	281 100	11 806	175 487
Particulares	1 812 045	106 894	397 803	1 307 347
Serviços	3 262 012	337 478	43 797	2 880 740
Transportes e comunicações	2 263 937	114 171	22 547	2 127 219
Agricultura e pesca	95 141	1 228	10 406	83 508
Outros	28 635	609	1 444	26 581
	19 126 088	1 343 613	636 437	17 146 038



CONCENTRAÇÃO DE RISCO DE CRÉDITO

Existe concentração de risco de crédito quando um número de contrapartes estejam ligadas a actividades semelhantes ou apresentem características económicas similares, e onde a mesma adversidade possa colocar em causa a sua capacidade de cumprir as obrigações contratuais. A concentração de risco de crédito descrita abaixo não é proporcionalmente relacionada com a perda de crédito. Alguns segmentos da carteira do Banco têm e deverão ter taxas de crédito proporcionalmente maiores em relação à exposição do que outros.

A análise da concentração do risco de crédito por indústria apresenta-se como se segue:

MZN'000

2017	Caixa e disponibilidades em Banco Central	Disponibilidades sobre instituições de crédito	Aplicações em instituições de crédito	Activos financeiros detidos para negociação	Activos financeiros disponíveis para venda	Empréstimos e adiantamentos a clientes	Outros activos	Total
Governamental	-	-	-	2 219 262	1 450 164	-	-	3 669 426
Seguros	-	-	-	23 262	-	-	-	23 262
Financeiro	68 956	115 484	2 359 783	87 442	1 077 720	-	-	3 709 386
Retalho	-	-	-	-	-	2 721 161	-	2 721 161
Construção civil	-	-	-	-	-	922 911	-	922 911
Energia	-	-	-	-	-	26 080	-	26 080
Turismo	-	-	-	-	-	527 213	-	527 213
Indústria Transformadora	-	-	-	-	-	1 473 322	-	1 473 322
Particulares	-	-	-	-	-	2 457 381	-	2 457 381
Serviços	-	-	-	-	-	4 583 250	-	4 583 250
Transportes e comunicações	-	-	-	-	-	2 389 206	-	2 389 206
Agricultura e pesca	-	-	-	-	-	73 665	-	73 665
Outros	737 680	-	-	157 852	-	106 849	42 224	1 044 604
	806 636	115 484	2 359 783	2 487 818	2 527 884	15 281 038	42 224	23 620 868

MZN'000

2016	Caixa e disponibilidades em Banco Central	Disponibilidades sobre instituições de crédito	Aplicações em instituições de crédito	Activos financeiros detidos para negociação	Activos financeiros disponíveis para venda	Empréstimos e adiantamentos a clientes	Outros activos	Total
Governamental	-	-	-	1 052 875	2 981 838	-	-	4 034 713
Seguros	-	-	-	23 263	-	-	-	23 263
Financeiro	611 779	471 493	1 029 673	29 836	359 432	-	-	2 502 213
Petróleo e Gás Natural	-	-	-	-	-	-	-	-
Retalho	-	-	-	-	-	4 321 105	-	4 321 105
Construção civil	-	-	-	-	-	4 463 921	-	4 463 921
Energia	-	-	-	-	-	1 280 968	-	1 280 968
Turismo	-	-	-	-	-	479 161	-	479 161
Indústria Transformadora	-	-	-	-	-	175 487	-	175 487
Particulares	-	-	-	-	-	1 307 348	-	1 307 348
Serviços	-	-	-	-	-	2 880 737	-	2 880 737
Transportes e comunicações	-	-	-	-	-	2 127 219	-	2 127 219
Agricultura e pesca	-	-	-	-	-	83 507	-	83 507
Outros	432 214	-	-	125 832	-	26 585	86 722	671 353
	1 043 993	471 493	1 029 673	1 231 806	3 341 270	17 146 038	86 722	24 350 995

3.2. Risco de Liquidez

O Comité de Gestão de Activos e Passivos (ALCO) é um Órgão delegado da Comissão Executiva (CE) para a execução da política financeira definida para o Banco, responsável pelo processo de ALM (Asset-Liability Management), garantindo a implementação de acções no âmbito de normas e procedimentos visando a gestão efectiva dos riscos de mercado (cambial, taxa de juro, repricing) e de liquidez. Desempenha um papel activo na elaboração de propostas de política de preços, baseada na atempada avaliação dos desenvolvimentos em matéria macroeconómica interna e externa.

Mais especificamente, o processo de gestão de liquidez do Banco é realizado internamente e monitorado por uma equipa da Direcção de Mercados e Internacional e inclui:

- Gerir a tesouraria no dia-a-dia, quer em moeda nacional, quer em moeda estrangeira através da monitorização dos fluxos de caixa futuros para assegurar o cumprimento das obrigações junto do Banco de Moçambique e junto dos Bancos correspondentes nacionais e estrangeiros. Isso inclui a reposição de fundos à medida que atingem a maturidade ou são emprestados pelos clientes. Para que isso aconteça, o Banco mantém uma presença activa nos mercados monetários locais e internacionais;
- A manutenção de uma carteira de activos altamente comercializáveis que podem ser facilmente liquidados como protecção contra qualquer interrupção imprevista aos fluxos de caixa;
- Efectuar a gestão do balanço, das suas necessidades de financiamento e de investimento dos seus excedentes de tesouraria, do ponto de vista estratégico a médio e longo prazo;
- Monitorização de rácios de liquidez de posições financeiras em relação aos requisitos internos e regulamentares; e
- Gestão da concentração e perfil de vencimentos da dívida.

Monitoramento e relatórios como forma de medição de fluxo de caixa e as projecções para todos os prazos fundamentais para a gestão de liquidez. O ponto de partida para estas projecções é uma análise da maturidade contratual dos passivos financeiros e a data de maturidade esperada dos activos financeiros.

O Direcção de Mercados e Internacional também monitoriza os activos de médio prazo cujas maturidades não são coincidentes, o nível e tipo de compromissos de crédito não utilizadas, a utilização de descobertos, e o impacto de passivos contingentes, tais como cartas de crédito e garantias.

MATURIDADES CONTRATUAIS NÃO DESCONTADAS DOS PASSIVOS

A tabela abaixo resume o perfil de maturidade dos passivos financeiros do Banco em 31 de Dezembro com base em fluxos de caixa contratuais não descontados.

MZN'000

2017	À ordem	Menos de 3 meses	3 a 12 meses	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Passivos financeiros						
Recursos de instituições de crédito	3 748	11 732	-	-	-	15 480
Depósitos e contas correntes	7 226 500	4 283 451	6 424 001	26 155	-	17 960 107
Recursos consignados	-	236	2 746	205 268	-	208 250
Empréstimos obrigacionistas	-	-	-	869 519	-	869 519
Outros Passivos	415 913	-	-	-	-	415 913
Total dos passivos não descontados	7 646 160	4 295 419	6 426 747	1 100 942	-	19 469 269



MZN'000

2016	À ordem	Menos de 3 meses	3 a 12 meses	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Passivos financeiros						
Recursos de instituições de crédito	32 717	-	12 067 220	-	-	12 099 936
Depósitos e contas correntes	8 136 972	3 473 531	4 437 455	8 924	1 428	16 058 310
Passivos financ. Negoc. outros passivos financeiros ao justo valor	-	113 764	121 040	-	-	234 804
Recursos consignados	-	-	-	434 553	5 100	439 652
Empréstimos obrigacionistas	-	-	271 500	923 838	-	1 195 338
Outros Passivos	403 741	-	-	-	-	403 741
Total dos passivos não descontados	8 573 430	3 587 295	16 897 215	1 367 315	6 528	30 431 781

Para todos os valores relativos a 1 ano e mais de um ano, espera-se que sejam recuperados ou liquidados passados mais de 12 meses após a data da Posição Financeira.

3.3. Risco de Mercado

Risco de mercado pode ser definido como a perda potencial decorrida das alterações do justo valor dos fluxos de caixa futuros de instrumentos financeiros devido a oscilações das variáveis do mercado do activo objecto ou mesmo de factores exógenos que influenciam os preços de mercados. São exemplos desses factores de riscos: os riscos relacionados com a variação da taxa de câmbios, taxas de juros, preços de acções, de mercadorias (*commodities*), entre outros.

3.3.1 Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro está associado às mudanças do valor de mercado de determinado activo decorrente das variações nas taxas de juros praticadas no mercado, decorrendo daqui a possibilidade de alterações aos futuros fluxos de caixa ou ao justo valor dos instrumentos financeiros.

O Banco monitoriza a sua exposição aos efeitos resultantes da flutuação das taxas de juro do mercado sobre o risco da sua posição financeira e dos fluxos de caixa. As margens financeiras podem aumentar como resultado de tais flutuações mas também podem reduzir ou criar perdas em caso de ocorrer movimentos não previstos.

Os instrumentos financeiros com risco de taxa de juro compreendem saldos de disponibilidades e depósitos em outras instituições de crédito, empréstimos e adiantamentos a clientes, depósitos e contas correntes de clientes e recursos de outras instituições de crédito.

A gestão da política e estratégia relacionada com a taxa de juro é definida no comité ALCO, implementado pela Direcção de Mercados e Internacional e controlado pelo Direcção de Gestão de Risco.

MZN'000

2017	Menos de 3 meses	3 a 12 meses	> 1 ano	Não vencem juros	Total
Activos financeiros					
Caixa e disponibilidades em Banco Central	-	-	-	806 636	806 636
Disponibilidades sobre instituições de crédito	-	-	-	115 484	115 484
Aplicações em instituições de crédito	1 954 081	405 702	-	-	2 359 783
Activos financeiros detidos para negociação	393 575	1 881 981	212 262	-	2 487 818
Activos financeiros disponíveis para venda	-	33 782	2 494 102	-	2 527 884
Empréstimos e adiantamentos a clientes	2 520 503	1 247 395	11 513 140	-	15 281 038
Outros Activos	-	-	-	833 563	833 563
Total dos activos não descontados	4 868 159	3 568 860	14 219 504	1 755 683	24 412 206

MZN'000

Passivos financeiros	Menos de 3 meses	3 a 12 meses	> 1 ano	Não vencem juros	Total
Recursos de instituições de crédito	15 480	-	-	-	15 480
Depósitos e contas correntes	4 283 451	6 424 001	26 155	7 226 500	17 960 108
Recursos consignados	236	2 746	205 268	-	208 250
Empréstimos obrigacionistas	-	-	869 519	-	869 519
Outros Passivos	-	-	-	415 913	415 913
Total dos passivos não descontados	4 299 168	6 426 747	1 100 942	7 642 413	19 469 269
Sensibilidade da taxa de juro na posição financeira	568 992	(2 857 887)	13 118 561	(5 886 729)	4 942 937

MZN'000

2016	Menos de 3 meses	3 a 12 meses	> 1 ano	Não vencem juros	Total
Activos financeiros					
Caixa e disponibilidades em Banco Central	1 043 993	-	-	-	1 043 993
Disponibilidades sobre instituições de crédito	-	-	-	471 493	471 493
Aplicações em instituições de crédito	954 755	74 918	-	-	1 029 673
Activos financeiros detidos para negociação	-	841 526	367 017	23 262	1 231 806
Activos financeiros disponíveis para venda	-	345 761	2 995 509	-	3 341 270
Empréstimos e adiantamentos a clientes	3 201 810	1 283 296	11 666 341	994 592	17 146 038
Outros Activos	-	-	-	669 596	669 596
Total dos activos não descontados	5 200 558	2 545 501	15 028 867	2 158 943	24 933 868



Passivos financeiros	MZN'000				Total
	Menos de 3 meses	3 a 12 meses	> 1 ano	Não vencem juros	
Recursos de instituições de crédito	12 099 936	-	-	-	12 099 936
Depósitos e contas correntes	3 473 532	4 437 454	10 352	8 136 972	16 058 310
Passivos Financeiros de Negociação ao justo valor através de resultados	113 764	121 040	-	-	234 804
Recursos Consignados	-	-	439 653	-	439 653
Empréstimos Obrigacionistas	-	271 500	923 838	-	1 195 338
Outros Passivos	-	-	-	403 741	403 741
Total dos passivos não descontados	15 687 232	4 829 994	1 373 843	8 540 713	30 431 782
Sensibilidade da taxa de juro na posição financeira	(10 486 674)	(2 284 493)	13 655 024	(6 381 770)	(5 497 914)

A sensibilidade na demonstração de resultados e o impacto na alteração das taxas de juro, tendo por base as taxas de Política Monetária do Banco de Moçambique, baseada nos activos e passivos financeiros cuja taxa de juro é variável. A 31 de Dezembro é a seguinte:

	MZN'000	
	Aumento (diminuição de pontos base)	Impacto nos resultados (antes de imposto)
2017	+200 pb (200 pb)	16 987 (16 987)
2016	+150 pb (150 pb)	11 898 (11 898)

3.3.2 Risco de taxa de câmbio

O risco cambial está associado às oscilações nas taxas de câmbio assim como à sua volatilidade. O Banco de Moçambique fixa um nível limite diário de exposição por moeda (10%) e agregado (20%), limites esses que foram adoptados pela Administração. De acordo com a política do Banco, as posições cambiais são monitoradas diariamente para garantir que as mesmas são mantidas dentro dos limites estabelecidos.

A gestão da política e estratégia relacionada com o risco de taxa de câmbio é definida no comité ALCO, implementado pela Direcção de Mercados e Internacional sob acompanhamento e controlo da Direcção de Gestão de Risco.

A tabela seguinte sumariza a exposição ao risco cambial, a 31 de Dezembro:

2017	MZN'000					
	MZN	USD	ZAR	EUR	Outros	Total
Activos financeiros						
Caixa e disponibilidades em Banco Central	424 625	44 020	318 547	19 424	20	806 636
Disponibilidades sobre instituições de crédito	22 131	5 117	647	76 050	11 539	115 484
Aplicações em instituições de crédito	1 703 000	603 247	27 782	-	25 754	2 359 783
Activos financeiros detidos para negociação	2 487 818	-	-	-	-	2 487 818
Activos financeiros disponíveis para venda	1 836 735	691 149	-	-	-	2 527 884
Empréstimos e adiantamentos a clientes	13 308 526	1 972 509	4	-	-	15 281 038
Outros activos	833 563	-	-	-	-	833 563
	20 616 397	3 316 042	346 980	95 474	37 313	24 412 206

Passivos financeiros	MZN'000					
	MZN	USD	ZAR	EUR	Outros	Total
Recursos de instituições de crédito	15 480	-	-	-	-	15 480
Depósitos e contas correntes	15 221 629	2 574 029	74 288	64 999	25 162	17 960 107
Recursos consignados	208 250	-	-	-	-	208 250
Empréstimos obrigacionistas	869 519	-	-	-	-	869 519
Outros passivos	415 913	-	-	-	-	415 913
	16 730 792	2 574 029	74 288	64 999	25 162	19 469 269
Exposição líquida	3 885 605	742 013	272 692	30 475	12 151	4 942 937

2016	MZN'000					
	MZN	USD	ZAR	EUR	Outros	Total
Activos financeiros						
Caixa e disponibilidades em Banco Central	800 627	136 642	48 329	57 803	592	1 043 993
Disponibilidades sobre instituições de crédito	32 182	202 485	108 850	73 089	54 888	471 494
Aplicações em instituições de crédito	-	1 029 639	23	11	-	1 029 673
Activos financeiros detidos para negociação	1 231 806	-	-	-	-	1 231 806
Activos financeiros disponíveis para venda	2 437 892	903 378	-	-	-	3 341 270
Empréstimos e adiantamentos a clientes	14 049 523	3 096 498	18	-	-	17 146 038
Outros activos	773 216	-	-	-	-	773 216
	19 325 246	5 368 641	157 220	130 903	55 480	25 037 490

Passivos financeiros	MZN'000					
	MZN	USD	ZAR	EUR	Outros	Total
Recursos de instituições de crédito	12 097 062	2 874	-	-	-	12 099 936
Depósitos e contas correntes	12 755 481	3 149 330	33 827	80 162	39 511	16 058 310
Passivos financeiros de negociação ao justo valor através de resultados	234 804	-	-	-	-	234 804
Recursos consignados	298 059	141 594	-	-	-	439 653
Empréstimos obrigacionistas	1 195 338	-	-	-	-	1 195 338
Outros passivos	403 741	-	-	-	-	403 741
	26 984 485	3 293 797	33 827	80 162	39 511	30 431 782
Exposição líquida	(7 659 239)	2 074 844	123 393	50 741	15 969	(5 394 292)



A tabela abaixo demonstra a sensibilidade para eventuais alterações ao câmbio em USD, mantendo as restantes variáveis constantes. O impacto na demonstração de resultados (antes de imposto) é a mesma que em capital próprio.

	Impacto na variação da taxa de câmbio em USD	Impacto nos resultados antes de impostos	Impacto em capitais próprios
2017	5,0%	37 101	37 101
	(5,0%)	(37 101)	(37 101)
2016	+5%	103 742	103 742
	(5,0%)	(103 472)	(103 742)

Os efeitos individuais por moeda sobre os resultados, assim como sobre os capitais próprios, são determinados de forma independente, o que significa que não há nenhuma compensação económica entre eles.

As taxas de câmbio utilizadas para a conversão de saldos denominados em moeda estrangeira são as seguintes:

	2017	2016
Dólar Norte-Americano	59,02	71,35
Euro	70,70	75,16
Rand	4,79	5,20

3.4. Risco Operacional

O risco operacional define-se como sendo a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos, incluindo o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de não cumprimento de dispositivos legais e a indemnizações por danos a terceiros decorrentes das actividades desenvolvidas pelo Banco. O risco operacional exclui os riscos de negócio, estratégico e reputacional.

O Banco ambiciona eliminar todos os riscos operacionais, contudo, através de um quadro de controlo e de vigilância e respondendo aos riscos potenciais, o Banco é capaz de gerir os riscos. O risco operacional pode ser dividido entre elevada frequência/ baixa severidade que podem ocorrer frequentemente mas nos quais cada evento expõe o Banco a baixos níveis de perdas, e baixa frequência/elevada severidade que são geralmente acontecimentos raros mas pelos quais as perdas na organização podem ser imensas.

O Banco conduz os seus esforços no sentido de mitigar estes riscos através duma forte estrutura governativa e controlos internos, que incluem uma adequada segregação de funções, acessos, autorização e processos de reconciliação, formação do pessoal e processos de avaliação.

A Administração é responsável pela introdução, manutenção e operacionalização de processos e procedimentos eficazes, sendo estes documentados em vários manuais, revistos periodicamente, tendo em conta a necessidade de adequação à realidade. A Direcção de Auditoria e *Compliance* analisa a eficácia dos controlos e procedimentos internos, recomendando melhorias para a Administração.

3.5. Gestão de capital e risco de solvência

O Banco mantém uma gestão activa do capital para cobrir os riscos inerentes ao negócio. A adequação do capital do Banco é monitorada usando, entre outras medidas os rácios estabelecidas pelo Banco de Moçambique.

Os principais objectivos da gestão de capital são os que visam que o Banco:

- Cumpra com os requisitos de capitais impostos pelo Banco de Moçambique;
- Mantenha uma forte e saudável notação de rácios de capital, a fim de apoiar o seu negócio; e
- Apresente uma política de continuidade, a fim de proporcionar o máximo retorno, e maximizar o valor aos accionistas.

A adequação de capital e a utilização do capital regulamentar são monitorados regularmente pela Administração do Banco, aplicando técnicas baseadas na legislação emanada pelo Banco de Moçambique em matérias de supervisão. A informação requerida é apresentada mensalmente ao Banco de Moçambique. O Banco Central requer que cada banco cumpra um mínimo de activo de ponderação de risco (rácio de adequação de capital) acima ou no limite de 9% no primeiro ano após a entrada em vigor do novo regulamento aviso nº9/GBM/2017.

O capital regulamentar do Banco é gerido pela Direcção de Gestão de Risco e é dividido em duas tiers:

- > *Tier 1* capital: capital social (líquido de quaisquer valores contabilísticos de acções próprias), resultados transitados e reservas; e
- > *Tier 2* capital: dívida subordinada, imparidade colectiva e ganhos não realizados de justo valor dos activos financeiros disponíveis para venda.

A ponderação do risco dos activos é mensurada através de uma hierarquia de cinco riscos, classificada de acordo com a natureza e reflectindo uma estimativa de crédito, mercado e outros riscos associados a cada activo ou contraparte, tomando em consideração os colaterais elegíveis ou garantias. Um tratamento similar é adoptado para as rubricas das extrapatrimoniais com alguns ajustamentos a fim de reflectirem uma natureza mais contingente de uma perda potencial.

A tabela abaixo resume o cálculo do rácio de solvabilidade do Banco para o exercício findo em 31 de Dezembro, à luz das exigências do Banco de Moçambique:

	2017	2016
Fundos próprios de Base (Tier I Capital)		
Capital social	13 841 250	2 129 200
Reservas elegíveis e resultados transitados	(4 952 321)	315 877
Activos intangíveis	(298 146)	(423 455)
Imparidades do crédito de acordo com o aviso do BdM (*)	(3 513 474)	(1 495 893)
Resultados negativos provisórios do exercício em curso, em final do mês	(1 458 836)	(5 268 198)
Fundos próprios de Base (Tier I Capital)	3 618 473	(4 742 469)
Fundos próprios complementares		
Empréstimos obrigacionistas subordinados	723 999	2 705
Outros	1 977	-
Fundos próprios complementares	725 976	2 705
Outros elementos a deduzir	(90 804)	(19 432 643)
Fundos próprios de base e complementares	4 253 645	(24 172 407)
Activos ponderados pelo Risco		
Na posição financeira	14 411 230	20 109 283
Fora da posição financeira	1 407 154	1 528 243
Risco operacional e de mercado	2 311 953	2 808 306
Total dos activos ponderados	18 130 337	24 445 833
Rácios prudenciais		
CORE <i>TIER 1</i> CAPITAL	40,98%	-19,40%
<i>TIER 1</i> CAPITAL	19,96%	0,01%
RÁCIO GLOBAL	23,46%	-98,88%
Rácio de solvência requerido	8,00%	8,00%

(*) significa a diferença entre o cálculo da imparidade do crédito com base no aviso do BdM e o modelo interno.



4. Margem financeira

A margem financeira apresenta-se como se segue:

	MZN'000	
	2017	2016
Juros e rendimentos similares		
Juros de empréstimos e adiantamentos a clientes	3 127 926	3 167 777
Juros de disponibilidades e aplicações em instituições de crédito	171 802	10 297
Juros de activos financeiros disponíveis para venda	702 998	501 260
	4 002 726	3 679 334
Juros e gastos similares		
Juros de recursos de clientes	1 804 128	1 810 496
Juros de recursos consignados	57 389	48 567
Juros de responsabilidades representadas por títulos	39 750	82 082
Juros de passivos subordinados	132 808	123 795
Juros de recursos de banco central e instituições de crédito	700	668 582
	2 034 775	2 733 522
	1 967 951	945 812

5. Serviços e comissões líquidas

Esta rubrica apresenta-se como se segue:

	MZN'000	
	2017	2016
Rendimentos de serviços e comissões		
Por garantias prestadas	82 020	121 592
Por serviços bancários realizados	181 580	205 886
Outros rendimentos de serviços e comissões	149 267	166 662
	412 867	494 140
Encargos com serviços e comissões		
Por garantias recebidas	1 615	9 496
Por serviços bancários prestados por terceiros	13 538	15 420
VISA e Mastercard	69 804	75 308
Outros encargos com serviços e comissões	3 548	7 782
	88 505	108 006
	324 362	386 134

6. Operações financeiras líquidas

As operações financeiras líquidas apresentam-se como se segue:

	MZN'000	
	2017	2016
Ganhos em operações financeiras		
Ganhos em operações cambiais	8 859 696	154 897 126
Outros ganhos em operações financeiras	100 103	159 859
	8 959 799	155 056 985
Perdas em operações financeiras		
Perdas em operações cambiais	8 784 782	155 868 870
Outras perdas em operações financeiras	-	(4 248)
	8 784 782	155 864 622
Operações financeiras líquidas	175 017	(807 637)

7. Gastos com pessoal

Os gastos com pessoal apresentam-se como se segue:

	MZN'000	
	2017	2016
Vencimentos e salários	912 271	975 392
INSS(4%)	30 762	29 631
	943 033	1 005 023

Em 31 de Dezembro, o número de colaboradores efectivos no Banco apresenta-se como se segue:

	MZN'000	
	2017	2016
Colaboradores		
Serviços Centrais	391	389
Área Comercial	341	342
Total de colaboradores	732	731

8. Outros gastos e ganhos operacionais

Esta rubrica apresenta-se como se segue:

	MZN'000	
	2017	2016
Comunicações	124 406	142 396
Honorários profissionais	391 208	457 982
Consumíveis	28 749	40 103
Manutenção e serviços relacionados	289 213	292 345
Despesas de marketing	3 276	55 495
Rendas e alugueres	349 772	395 213
Água, energia e combustíveis	43 581	39 501
Despesas de deslocação e representação	17 027	31 553
Despesas de formação	764	3 372
Custo com abate de Imobilizado	4 485	406 755
Reversão de proveitos de exercícios anteriores	27 851	354 144
Donativos e quotizações	8 324	12 262
Outros	214 300	228 341
Outros gastos operacionais	1 502 955	2 459 462
Ganhos na alienação de activos tangíveis	2 072	2 879
Outros - a)	410 174	59 465
Outros ganhos operacionais	412 246	62 344

O incremento da rubrica Outros ganhos operacionais, deveu-se a reversão em 2017, dos juros periodificados no valor de 341 210 Milhares de Meticalis referentes a Linha do Banco de Moçambique de apoio a liquidez.

9. Provisões

A rubrica de Provisões apresenta-se como se segue:

	MZN'000	
	2017	2016
Provisões		
Provisões para processos judiciais	1 358	677
Processo MITADER	25 000	-
Provisões para contas Visa e Mastercard	65 000	-
	91 358	677



10. Imposto sobre o rendimento

A rubrica de impostos apresenta-se como se segue:

	MZN'000	
	2017	2016
Impostos correntes	-	-
Impostos diferidos	1 520	1 72 437
	1 520	1 72 437

A reconciliação da taxa efectiva de imposto para o exercício findo a 31 de Dezembro é como se segue:

	MZN'000			
	2017		2016	
	Taxa de imposto	Valor	Taxa de imposto	Valor
Prejuízo antes de imposto		(1 457 316)		(5 440 634)
Imposto corrente utilizando a taxa de imposto (32%)	32,00%	(466 341)	32%	(1 741 003)
Benefício fiscal (16%)	16,00%	233 171	16%	870 501
Correcções fiscais				
Encargos não dedutíveis	-5,75%	83 833	-3,53%	191 986
Rendimentos não tributados	11,37%	(165 661)	1,47%	(79 785)
Prejuízo fiscal	21,61%	(314 998)	13,94%	(758 301)

Os movimentos nos impostos diferidos apresentam-se como se segue:

	MZN'000					
	01.01.2017	Demonstração dos resultados		Capital próprio		31.12.2017
		Gastos	Rendimentos	Aumento	Diminuição	
Activos por impostos diferidos						
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-		53 324	(9 094)	44 230
Prejuízos Fiscais	150 000	-		-	-	150 000
	150 000	-	-	53 324	(9 094)	194 230
Passivos por impostos diferidos						
Diferenças cambiais	-	-		-	-	-
Activos tangíveis	(16 413)	(1 520)		-	9 094	(8 839)
Derivados	-	-		-	-	-
	(16 413)	(1 520)	-	-	9 094	(8 839)
		(1 520)		53 324		

MZN'000

	01.01.2016	Demonstração dos resultados		Capital próprio		31.12.2016
		Gastos	Rendimentos	Aumento	Diminuição	
Activos por impostos diferidos						
Activos financeiros disponíveis para venda	841	-	-	-	(841)	-
Prejuízos Fiscais	98 153	-	51 847	-	-	150 000
	98 994	-	51 847	-	(841)	150 000
Passivos por impostos diferidos						
Activos financeiros disponíveis para venda						
Diferenças cambiais	(51 946)	-	51 946	-	-	-
Activos tangíveis	(15 816)	8 497	-	-	(9 094)	(16 413)
Derivados	(60 146)	-	60 146	-	-	-
	(127 908)	8 497	112 092	-	(9 094)	(16 413)
		172 437			(9 935)	

11. Resultados por acção

Ganhos básicos e diluídos por acção

O cálculo dos ganhos básicos e diluídos por acção baseia-se no prejuízo atribuível aos accionistas ordinários no valor de 1.458.836 Milhares de Meticals (2016: Prejuízo: 5.268.198 Milhares de Meticals) e no número médio ponderado de acções ordinárias emitidas até 31 de Dezembro de 2017 de 260.379 (2016: 85.168), calculado como se segue:

	MZN'000	
	2017	2016
Prejuízo do ano	(1 458 836)	(5 268 198)
Número médio ponderado de acções ordinárias	260 379	85 168
Resultado por acção		
Básicos	(5,60)	(61,86)
Diluídos	(5,60)	(61,86)

RECONCILIAÇÃO DO NÚMERO MÉDIO DE ACÇÕES ORDINÁRIAS

	MZN'000	
	Número de acções	Número médio
01 de Janeiro de 2017	85 168	85 168
16 de Junho de 2017	326 810	163 405
06 de Dezembro de 2017	141 672	11 806
Total	553 650	260 379

12. Caixa e disponibilidades no Banco Central

Caixa e disponibilidades em Banco Central apresenta-se como se segue:

	MZN'000	
	2017	2016
Caixa	737 680	432 214
Banco Central	68 956	611 779
	806 636	1 043 993



13. Disponibilidades sobre instituições de crédito

As disponibilidades sobre instituições de crédito apresentam-se como se segue:

	MZN'000	
	2017	2016
Bancos nacionais	21 523	148 013
Bancos estrangeiros	93 961	323 480
	115 484	471 493

14. Aplicações sobre instituições de crédito

As aplicações sobre instituições de crédito apresentam-se como se segue:

	MZN'000	
	2017	2016
Depósitos no Banco de Moçambique	203 000	-
Depósitos em instituições de crédito	2 156 783	1 029 673
	2 359 783	1 029 673

15. Activos financeiros detidos para negociação

Esta rubrica apresenta-se como se segue:

	MZN'000	
	2017	2016
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo - 15.1	2 408 262	1 208 544
Acções e outros títulos de rendimento variável - 15.2	23 263	23 262
Derivados financeiros - 15.3	56 293	-
	2 487 818	1 231 806

15.1 Activos financeiros detidos para negociação

Esta rubrica apresenta-se como se segue:

	MZN'000	
	2017	2016
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
Bilhetes de Tesouro	2 219 262	1 052 846
Obrigações de empresas		
Companhia de Moçambique 2013 - 1ª emissão	-	23 730
Moza Banco 2014 - 1ª emissão	-	31 907
Cooperativa de Poupança e Crédito 2014 - 1ª emissão	36 742	35 834
Visabeira 2015-2018	152 258	64 227
	2 408 262	1 208 544

COOPERATIVA DE POUPANÇA E CRÉDITO 2014 - 1ª EMISSÃO

Estas obrigações apresentam uma maturidade de cinco anos, sendo emitidas em 29 de Outubro de 2014, com um valor nominal de 100 Meticais cada. Com um valor nominal total de 100.000.000 Meticais, os juros são pagos numa base semestral a uma taxa fixa anual de 13% para os 6 primeiros cupões (3 anos) e a uma taxa indexada à FPC + 4,75% para os 4 últimos cupões (2 anos). Não havendo pagamento antecipado por parte do

emissor, o qual poderá ocorrer parcial ou integralmente a partir da data do pagamento do 4o cupão, o capital será reembolsado de uma só vez na data do pagamento do último cupão.

VISABEIRA 2015 - 2020

Esta obrigação apresenta uma maturidade de três anos, tendo sido emitida pela Visabeira em 23 de Março de 2015, com um montante nominal de 100 meticais por obrigação. O montante nominal ascendeu a 250.000.000 Meticais, os juros são pagos numa base semestral a uma taxa fixa anual de 13% para os 6 primeiros cupões (3 anos) e a uma taxa indexada à FPC + 4,25% para os 4 últimos cupões (2 anos).

15.2 Acções e outros títulos de rendimento variável

EMOSE

O número de acções detidas na EMOSE (1.163.130) representa 7,4% do total de 15.700.000 novas acções emitidas por esta OPV efectuada em Outubro de 2013. Cada acção tem o valor nominal de 1 Metical e representa o mesmo direito de voto em relação ao restante do capital social.

15.3 Derivados

Banco utiliza *Swaps* Cambiais e *Forwards* cambiais para gerir a situação de liquidez quer em moeda estrangeira quer em Meticais, e nas coberturas de risco de variação de taxa de câmbio e de juro. Estes instrumentos são transaccionados, tanto para actividades de negociação como de cobertura de risco e resultam em uma troca económica de moedas, de preços e taxas de juro. No caso dos *Swaps* Cambiais existe sempre uma troca de valores nominais. A exposição ao risco de crédito do Banco representa o custo potencial, a preços de mercados, para substituir os contratos de *Swaps* caso as contrapartes não cumpram a sua obrigação. Para controlar o nível de risco de crédito assumido, o Banco avalia as contrapartes usando a mesma técnica para suas actividades de crédito.

Os valores nominais dos instrumentos financeiros facultam uma base de comparação com instrumentos reconhecidos na demonstração da posição financeira, mas não indicam necessariamente os montantes dos fluxos de caixa futuros ou o justo valor actual dos instrumentos e, portanto, não indicam a exposição do Banco ao crédito ou risco de preço.

A 31 de Dezembro os activos financeiros detidos para negociação analisados por títulos cotados e não cotados apresentam-se como se segue:

	2017			2016		
	Cotados	Não cotados	Total	Cotados	Não cotados	Total
Bilhetes de Tesouro	-	2 219 262	2 219 262	-	1 052 876	1 052 876
Obrigações de Empresas	189 000	-	189 000	155 698	-	155 698
Acções e outros títulos de rendimento variável - 15.2	23 263	-	23 263	23 263	-	23 263
FX Swaps	-	56 293	56 293	-	-	-
	212 262	2 275 556	2 487 818	178 960	1 052 876	1 231 836



Os instrumentos derivados tornam-se favoráveis (activos) ou desfavoráveis (passivos), como resultado de flutuações nas taxas de juro de mercado ou taxas de câmbio relativamente às suas condições.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados é apresentado como se segue:

	MZN'000	
	2017	2016
FX swaps	56 293	-
	56 293	

A 31 de Dezembro, os investimentos detidos para negociação por maturidade apresentam-se como se segue:

	MZN'000	
	2017	2016
Até 3 meses	393 575	841 526
De 3 meses a 1 ano	1 881 980	269 028
De 1 ano a 5 anos	189 000	97 990
Mais de 5 anos	23 263	23 262
	2 487 818	1 231 806

Os movimentos de activos financeiros para negociação em 31 de Dezembro apresentam-se como se segue:

	MZN'000	
	2017	2016
Saldo inicial	1 231 806	1 667 475
Aquisições	2 308 858	2 519 528
Alienações/reembolsos	(1 052 846)	(2 955 197)
Saldo final	2 487 818	1 231 806

16. Activos financeiros disponíveis para venda

Esta rubrica apresenta-se como se segue:

	MZN'000	
	2017	2016
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
Obrigações de Tesouro		
Obrigações de Tesouro 2013-3a emissão	-	52 298
Obrigações de Tesouro 2014-1a emissão	-	56 952
Obrigações de Tesouro 2014-2a emissão	-	74 028
Obrigações de Tesouro 2014-6a emissão	-	51 895
Obrigações de Tesouro 2014-7a emissão	-	51 237
Obrigações de Tesouro 2015-2a emissão	14 468	16 117
Obrigações de Tesouro 2015-3a emissão	19 314	21 577
Obrigações de Tesouro 2015-6a emissão	577 768	801 345
Obrigações de Tesouro 2016-1a emissão	273 684	335 702
Obrigações de Tesouro 2016-2a emissão	101 292	129 243
Títulos de reembolso	575 086	847 489
	1 561 612	2 437 883
Obrigações Corporativas		
Afrasia Bank Ltd 2014-2020	295 100	356 750
MozBonds 2016-2023	779 938	860 090
	1 075 038	1 216 840
Imparidades MozBond	(111 448)	(316 135)
	963 591	900 705
Acções e outros títulos de rendimento variável		
Sociedade Interbancária Moçambicana	2 682	2 682
	2 682	2 682
Total	2 527 884	3 341 270

OBRIGAÇÕES DO TESOURO

Obrigações do Tesouro 2013 - 3ª emissão

Estas Obrigações do Tesouro apresentam uma maturidade de quatro anos e foram emitidas a 19 de Setembro de 2013 com valor nominal de 100 Meticals cada. Os cupões são pagos numa base semestral a uma taxa de juro anual de 9,875%, taxa estabelecida de acordo com as condições de mercado à data de emissão. Não havendo reembolso antecipado por parte do emissor, o capital será reembolsado na data da maturidade.

Obrigações do Tesouro 2014 - 1ª emissão

Estas Obrigações do Tesouro apresentam uma maturidade de cinco anos e foram emitidas a 22 de Outubro de 2014 com valor nominal de 100 Meticals cada. Os cupões são pagos numa base semestral a uma taxa de juro anual de 9,875%, taxa estabelecida de acordo com as condições de mercado à data de emissão. Não havendo reembolso antecipado por parte do emissor, o capital será reembolsado na data da maturidade.

Obrigações do Tesouro 2014 - 2ª emissão

Estas Obrigações do Tesouro apresentam uma maturidade de cinco anos e foram emitidas a 21 de Novembro de 2014 com valor nominal de 100 Meticals cada. Os cupões são pagos numa base semestral a uma taxa de juro anual de 9,875%, taxa estabelecida de acordo com as condições de mercado à data de emissão. Não havendo reembolso antecipado por parte do emissor, o capital será reembolsado na data da maturidade.

Obrigações do Tesouro 2014 - 6ª emissão

Estas Obrigações do Tesouro apresentam uma maturidade de cinco anos e foram emitidas a 5 de Novembro de 2014 com valor nominal de 100 Meticals cada. Os cupões são pagos numa base semestral a uma taxa de juro anual de 9,875%, taxa estabelecida de acordo com as condições de mercado à data de emissão. Não havendo reembolso antecipado por parte do emissor, o capital será reembolsado na data da maturidade.



Obrigações do Tesouro 2014 - 7ª emissão

Estas Obrigações do Tesouro apresentam uma maturidade de cinco anos e foram emitidas a 19 de Novembro de 2014 com valor nominal de 100 Meticais cada. Os cupões são pagos numa base semestral a uma taxa de juro anual de 9,875%, estabelecida de acordo com as condições de mercado à data de emissão. Não havendo reembolso antecipado por parte do emissor, o capital será reembolsado na data da maturidade.

Obrigações do Tesouro 2015 - 2ª emissão

Estas Obrigações do Tesouro apresentam uma maturidade de cinco anos e foram emitidas a 28 de Agosto de 2015 com valor nominal de 100 Meticais cada. Os cupões são pagos numa base semestral a uma taxa de juro anual de 10,00%, taxa estabelecida de acordo com as condições de mercado à data de emissão. O capital será reembolsado na data da maturidade, a não ser que o emissor exerça uma *call option* de reembolso antecipado.

Obrigações do Tesouro 2015 - 3ª emissão

Estas Obrigações do Tesouro apresentam uma maturidade de cinco anos e foram emitidas a 1 de Setembro de 2015 com valor nominal de 100 Meticais cada. Os cupões são pagos numa base semestral a uma taxa de juro anual de 10,00%, taxa estabelecida de acordo com as condições de mercado à data de emissão. O capital será reembolsado na data da maturidade, a não ser que o emissor exerça uma *call option* de reembolso antecipado.

Obrigações do Tesouro 2015 - 6ª emissão

Estas Obrigações do Tesouro apresentam uma maturidade de cinco anos e foram emitidas a 16 de Dezembro de 2015 com valor nominal de 100 Meticais cada. Os cupões são pagos numa base semestral a uma taxa de juro anual de 10,00%, taxa estabelecida de acordo com as condições de mercado à data de emissão. O capital será reembolsado na data da maturidade, a não ser que o emissor exerça uma *call option* de reembolso antecipado.

Obrigações do Tesouro 2016 - 1ª emissão

Estas obrigações do tesouro apresentam uma maturidade de três anos e foram emitidas a 23 de Março de 2016 com valor nominal de 106.22Meticais cada. Os cupões são pagos numa base semestral a uma taxa de juro anual de 11,00%, taxa estabelecida com base no mercado competitivo. O capital será reembolsado na data da maturidade, a não ser que o emissor exerça uma *call option* de reembolso antecipado.

Obrigações do Tesouro 2016 - 2ª emissão

Estas Obrigações do Tesouro apresentam uma maturidade de quatro anos e foram emitidas a 11 de Maio de 2016 com valor nominal de 92.85Meticais cada. Os cupões são pagos numa base semestral a uma taxa de juro anual de 12.75%, taxa estabelecida de acordo com as condições de mercado à data de emissão. O capital será reembolsado na data da maturidade, a não ser que o emissor exerça uma *call option* de reembolso antecipado.

Títulos de Reembolso

Estas Obrigações do Tesouro apresentam uma maturidade de cinco anos e foram emitidas a 21 de Abril de 2015 com valor nominal de 100 Meticais cada. Os cupões são pagos numa base semestral a uma taxa de juro anual de 7,375%. O capital será reembolsado em três prestações de capital a realizar nas datas de pagamentos de juros. Cada reembolso será efectuado por redução ao valor nominal dos títulos.

OBRIGAÇÕES CORPORATIVAS**Afrasia Bank Ltd. Empréstimo subordinado 2014 - 2020**

Estas obrigações apresentam uma maturidade de seis anos, tendo sido emitidas em Janeiro e 2014, com um valor nominal de 100 USD por obrigação. Corresponde a uma dívida subordinada, com pagamentos de cupão semestral, a uma taxa de juro fixa de 4,335%.

Moz Bonds 2016 - 2023

Estas obrigações apresentam uma maturidade de sete anos, tendo sido emitidas em 06 de Abril de 2016, por um valor nominal de 1.000 USD por obrigação, apesar da amortização do capital ter iniciado em Novembro de 2015, o que gerou um período de reembolso antecipado. Este empréstimo rende juros a uma taxa fixa anual de 4,335% sendo os cupões pagos numa base semestral. A responsabilidade com este empréstimo está integralmente coberta por uma garantia emitida pelo Ministério das Finanças da República de Moçambique.

ACÇÕES E OUTROS TÍTULOS DE RENDIMENTO VARIÁVEL**Sociedade Interbancária Moçambicana (SIMO)**

O saldo da SIMO é relativo ao valor das acções detidas pelo Banco na Sociedade Interbancária de Moçambique, uma instituição financeira detida maioritariamente pelo Banco de Moçambique e com participação social dos bancos comerciais. A SIMO tem como missão enquanto entidade financeira a provisão de acesso aos serviços bancários dos seus sócios, nomeadamente, através de infra-estruturas próprias de ATM's e POS.

A 31 de Dezembro, os activos financeiros disponíveis para venda, por maturidade apresentam-se como se segue:

	2017	2016
Até 3 meses	-	61 496
De 3 meses a 1 ano	33 782	284 233
De 1 ano a 5 anos	1 822 930	2 510 400
Mais de 5 anos	671 172	485 141
	2 527 884	3 341 270

A 31 de Dezembro, os activos financeiros disponíveis para venda analisados por títulos cotados e não cotados apresentam-se como se segue:

	2017			2016		
	Cotados	Não cotados	Total	Cotados	Não cotados	Total
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
Obrigações do tesouro	1 561 612	-	1 561 612	2 437 883	-	2 437 883
Obrigações corporativas	668 490	295 100	963 590	543 955	356 750	900 705
Acções e outros títulos de rendimento variável	-	2 682	2 682	-	2 682	2 682
	2 230 102	297 782	2 527 884	2 981 838	359 432	3 341 270

Os movimentos de activos financeiros disponíveis para venda durante os exercícios findos em 31 de Dezembro, apresentam-se como se segue:

	2017	2016
Saldo inicial	3 341 270	2 513 524
Aquisições	-	4 203 930
Acréscimos de juros	164 401	110 710
Alienações/reembolsos	(290 574)	(2 880 754)
Diferenças cambiais não realizadas	(353 936)	(667 985)
Ganhos de justo valor	(333 277)	61 845
Saldo final	2 527 884	3 341 270



17. Empréstimos e adiantamentos a clientes

Os empréstimos e os adiantamentos a clientes apresentam-se como se segue:

	MZN'000	
	2017	2016
Empresas	14 788 994	15 665 842
Particulares	2 833 561	3 221 250
	17 622 555	18 887 092
Juros especializados e comissões	605 815	238 996
	18 228 370	19 126 088
Imparidade do crédito	(2 947 332)	(1 980 050)
	15 281 038	17 146 038

O crédito vincendo e vencido (excluindo juros especializados), é como se segue:

	MZN'000	
	2017	2016
Empréstimos vigentes	10 320 690	17 624 275
Empréstimos vencidos		
Até 90 dias	1 945 712	625 437
Mais de 90 dias	5 961 968	876 376
	7 907 680	1 501 813
	18 228 370	19 126 088

Os empréstimos e adiantamentos por produto analisam-se como se segue:

	MZN'000	
	2017	2016
Empréstimos	13 974 607	12 118 468
Créditos em conta corrente	2 561 968	2 749 437
Descobertos	1 125 446	1 353 273
Outros	566 349	2 904 910
	18 228 370	19 126 088
Imparidade do crédito	(2 947 332)	(1 980 050)
	15 281 038	17 146 038

Os empréstimos e adiantamentos por moeda analisam-se como se segue:

	MZN'000	
	2017	2016
Moeda nacional	15 442 822	16 069 810
Moeda estrangeira	2 785 548	3 056 278
	18 228 370	19 126 088

A análise pela concentração do risco por indústria apresenta-se como se segue:

	2017		2016	
	%	Valor	%	Valor
Retalho	17,8%	3 246 006	25,3%	4 830 692
Construção Civil	6,0%	1 100 917	23,9%	4 568 851
Energia	0,2%	31 110	6,7%	1 290 087
Turismo	3,5%	628 899	2,6%	506 295
Indústria Transformadora	9,6%	1 757 489	2,4%	468 393
Privado	16,1%	2 931 349	9,5%	1 812 045
Serviços	30%	5 467 245	17,1%	3 262 012
Transportes e Comunicações	15,6%	2 850 025	11,8%	2 263 937
Agricultura e Pescas	0,5%	87 873	0,5%	95 141
Outros	0,7%	127 457	0,1%	28 635
	100%	18 228 370	100%	19 126 088

A maturidade dos empréstimos e contas a receber apresenta-se como se segue:

	MZN'000	
	2017	2016
Até 3 meses	3 344 589	3 639 086
De 3 meses a 1 ano	1 364 553	1 342 922
De 1 ano a 5 anos	9 292 112	8 122 554
Mais de 5 anos	4 227 116	6 021 526
	18 228 370	19 126 088

O movimento das perdas por imparidade durante o exercício apresenta-se como se segue:

	MZN'000		
	2017		
	Individual	Colectiva	Total
Saldo de abertura	1 343 614	636 436	1 980 050
Imparidade do exercício	1 403 552	374 786	1 778 338
Reversões do exercício	(84 946)	(96 213)	(181 159)
Utilização/regularização	(541 515)	(88 382)	(629 897)
Saldo final	2 120 705	826 627	2 947 332

	MZN'000		
	2016		
	Individual	Colectiva	Total
Saldo de abertura	377 446	137 156	514 602
Imparidade do exercício	1 088 096	468 879	1 556 975
Reversões do exercício	(43 042)	(48 485)	(91 527)
Saldo final	1 422 500	557 550	1 980 050



18. Outros activos

Os outros activos apresentam-se como se segue:

	MZN'000	
	2017	2016
Outros recebimentos	674 663	692 915
Acréscimos e diferimentos	42 224	67 455
Inventários	9 313	12 390
Contas de compensação	203 045	214 996
Outros	118 856	-
Imparidades de Outros Activos	(214 539)	(214 539)
	833 562	773 217

19. Activos não correntes detidos para venda

O movimento dos activos não correntes detidos para venda foi o seguinte:

	MZN'000	
	2017	2016
Saldo Inicial	566 278	295 951
Aumentos	42 580	305 921
Diminuições	(36 944)	(35 594)
Imparidade	(162 527)	(149 210)
Saldo final	409 388	417 067

O saldo desta rubrica representa o valor dos imóveis resultantes das acções de execução levadas a cabo pelo Banco sobre clientes com créditos irregulares. Os referidos imóveis tinham sido hipotecados a favor do Banco para garantia dos empréstimos concedidos aos clientes. O Banco pretende alienar os imóveis no mais curto espaço de tempo possível. A 31 de Dezembro de 2017, o Banco detinha imóveis avaliados em 571.915 milhares de Meticais e tendo constituído uma imparidade acumulada de 162.527 milhares de Meticais (2016: MZN 566.278 milhares com imparidade de MZN 149.067 milhares).

20. Propriedade de investimento

O movimento desta rubrica é o seguinte:

	MZN'000	
A 01 de Janeiro de 2016		35 594
Aumentos		-
Transferências		-
A 31 de Dezembro de 2016		35 594
Aumentos		-
Transferências		-
A 31 de Dezembro de 2017		35 594
Amortização		-
A 01 de Janeiro de 2016		-
Amortização do período		356
A 31 de Dezembro de 2016		356
Amortização do período		1 424
A 31 de Dezembro de 2017		1 780
Quantia escriturada		-
A 01 de Janeiro de 2016		35 594
A 31 de Dezembro de 2016		35 238
A 31 de Dezembro de 2017		33 814

21. Activos tangíveis

O movimento dos activos tangíveis é o seguinte:

	MZN'000				
	Edifícios arrendados	Equipamento	Investimento em curso	Outros	Total
Custo					
A 01 de Janeiro de 2016	810 917	794 210	321 852	2 088	1 929 067
Aumentos	76 105	89 914	205 613	-	371 632
Abates	(28 723)	(72)	-	-	(28 795)
Transferências	158 682	81 512	(240 194)	-	-
A 31 de Dezembro de 2016	1 016 981	965 564	287 271	2 088	2 271 904
Aumentos	4 453	7 128	36 198	-	47 780
Abates	(86 428)	(14 366)	(2 483)	-	(103 277)
Transferências	75 288	69 165	(144 453)	-	-
A 31 de Dezembro de 2017	1 010 294	1 027 491	176 533	2 088	2 216 406

	MZN'000				
	Edifícios arrendados	Equipamento	Investimento em curso	Outros	Total
Depreciação e imparidade					
A 01 de Janeiro de 2016	204 195	312 692	-	2 088	518 975
Depreciação do ano	90 221	154 802	-	-	245 023
Alienações/regularizações	(9 473)	(29)	-	-	(9 502)
A 31 de Dezembro de 2016	284 943	467 465	-	2 088	754 496
Depreciação do ano	96 433	166 186	-	-	262 619
Alienações / Regularizações	(4 685)	(8 463)	-	-	(13 148)
A 31 de Dezembro de 2017	376 692	625 188	-	2 088	1 003 967

	MZN'000				
Quantia escriturada					
A 01 de Janeiro de 2016	606 722	481 518	321 852	-	1 410 092
A 31 de Dezembro de 2016	732 038	498 099	287 271	-	1 517 408
A 31 de Dezembro de 2017	633 602	402 303	176 533	-	1 212 439

22. Activos intangíveis

Os movimentos nos activos intangíveis foi o seguinte:

	MZN'000		
	Software	Investimento em curso	Total
Custo:			
A 01 de Janeiro de 2016	756 218	127 555	883 772
Aumentos	225 426	163 272	388 698
Abates	(363 135)	(126 601)	(489 736)
Transferências	151 761	(151 761)	-
A 31 de Dezembro de 2016	770 270	12 465	782 735
Aumentos	3 615	5 258	8 873
Abates	(12 232)	-	(12 232)
A 31 de Dezembro de 2017	761 653	17 723	779 376



	Software	Investimento em curso	Total
MZN'000			
Amortização e imparidade			
A 01 de Janeiro de 2016	270 844	-	270 844
Amortização do período	171 416	-	171 416
Abates	(82 981)	-	(82 981)
A 31 de Dezembro de 2016	359 279	-	359 279
Amortização do período	129 697	-	129 697
Abates	(7 747)	-	(7 747)
A 31 de Dezembro de 2017	481 229	-	481 229
Quantia escriturada			
A 01 de Janeiro de 2016	485 374	127 555	612 928
A 31 de Dezembro de 2016	410 991	12 465	423 456
A 31 de Dezembro de 2017	280 424	17 723	298 147

23. Activos por impostos correntes

Activos por impostos correntes apresentam-se como se segue:

	2017	2016
MZN'000		
Pagamentos por conta de IRPC	38 265	38 165
Retenção na fonte de IRPC	77 510	54 000
	115 775	92 165

24. Recursos de Instituições de Crédito

Os Recursos de Instituições de Crédito incluindo Banco de Moçambique apresenta-se como se segue:

	2017	2016
MZN'000		
Recursos do Banco Central	-	12 067 219
Recursos de Instituições de crédito	15 480	32 717
	15 480	12 099 936

24.1 Recursos do Banco Central

Os recursos de outras instituições de crédito apresentam-se como se segue:

	2017	2016
MZN'000		
Recursos do Banco Central	-	12 067 219
	-	12 067 219

A variação significativa da rubrica, deveu-se à liquidação do empréstimo no âmbito da Linha de Apoio à Liquidez do Banco de Moçambique.

24.2 Recursos de Instituições de Crédito

	2017	2016
MZN'000		
Depósitos à ordem	3 748	4 823
Depósitos a prazo	11 732	27 894
	15 480	32 717

25. Depósitos e contas correntes

Depósitos e contas correntes apresentam-se como se segue:

	2017	2016
MZN'000		
Depósitos à ordem	6 787 523	7 881 884
Depósitos a prazo	11 128 128	8 127 495
Outros	44 456	48 931
	17 960 107	16 058 310

A maturidade dos depósitos e contas correntes apresentam-se como se segue:

	2017	2016
MZN'000		
À ordem	7 270 029	7 881 885
Até 3 meses	4 229 168	3 458 135
De 3 meses a 1 ano	6 434 755	4 707 937
De 1 ano a 5 anos	24 787	8 924
Mais de 5 anos	1 368	1 429
	17 960 107	16 058 310

26. Passivos financeiros de negociação e outros passivos financeiros ao justo valor

Banco utiliza *Swaps* Cambiais e *Forwards* cambiais para gerir a situação de liquidez quer em moeda estrangeira quer em Meticais, e nas coberturas de risco de variação de taxa de câmbio e de juro. Estes instrumentos são transaccionados, tanto para actividades de negociação como de cobertura de risco e resultam em uma troca económica de moedas, de preços e taxas de juro. No caso dos *Swaps* Cambiais existe sempre uma troca de valores nominais. A exposição ao risco de crédito do Banco representa o custo potencial, a preços de mercados, para substituir os contratos de *Swaps* caso as contrapartes não cumpram a sua obrigação. Para controlar o nível de risco de crédito assumido, o Banco avalia as contrapartes usando a mesma técnica para suas actividades de crédito.

Os valores nominais dos instrumentos financeiros facultam uma base de comparação com instrumentos reconhecidos na demonstração da posição financeira, mas não indicam necessariamente os montantes dos fluxos de caixa futuros ou o justo valor actual dos instrumentos e, portanto, não indicam a exposição do Banco ao crédito ou risco de preço.

Os instrumentos derivados tornam-se favoráveis (activos) ou desfavoráveis (passivos), como resultado de flutuações nas taxas de juro de mercado ou taxas de câmbio relativamente às suas condições.

Os Passivos financeiros de negociação e outros passivos financeiros ao justo valor apresentam-se como se segue:

	2017	2016
MZN'000		
Passivos financeiros detidos para negociação e outros passivos financeiros ao justo valor	-	234 804
	-	234 804



27. Recursos consignados

	MZN'000	
	2017	2016
i) BEI	66 807	111 345
ii) MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA (PRSP II)	6 172	5 100
iii) AFDB	121 238	323 208
JUROS	14 034	-
	208 251	439 653

i) O Moza Banco rubricou um acordo com o Banco Europeu de Investimento (BEI) para a concessão de um empréstimo destinado a apoiar as suas actividades de financiamento às pequenas e médias empresas, como parte do seu programa de apoio ao sector privado em Moçambique. Os sectores de actividade financiados no âmbito deste programa incluem a agro-indústria, o turismo, a indústria transformadora e energias renováveis. O empréstimo de 5 milhões de euros (200.4 milhões de Meticais), foi disponibilizado em Dezembro de 2014 pelo prazo de 5 anos, e amortizado em meticais, devendo ser reembolsado em tranches semestrais iguais de capital e juros a uma taxa fixa de 8,9%.

ii) Foi igualmente celebrado um acordo com o Ministério do Comércio e Indústria de acesso aos fundos concedidos pelo Governo Italiano, sob a forma de um empréstimo (PRSP - Programa de Relançamento do sector privado) destinado a apoiar actividades do sector privado directamente afectadas por desastres naturais que ocorreram em 2000 / 2001. O empréstimo, desembolsado a 31 de Março de 2015, ascende a 120 milhões de Meticais, durante um período de 5 anos. O cupão é pago a cada seis meses a uma taxa fixa de 10,00% ao ano.

iii) Por último, Foi também celebrado um acordo com o Banco Africano de Desenvolvimento (AfDB) para a concessão de um empréstimo especificado para ser utilizado para empréstimos de longo prazo para Pequenas e Médias Empresas (PME's), em uma série de sectores da economia moçambicana, em que foram incluindo o sector agrícola, agronegócio e manufactura. O empréstimo ascende a 9 milhões de Dólares americanos, por 5 anos, com taxa de juro indexadas a bilhetes de tesouro de 6 meses, acrescido de um *spread*.

28. Outros passivos

Esta rubrica apresenta-se como se segue:

	MZN'000	
	2017	2016
Contas a pagar	101 063	132 813
Acréscimo de gastos	159 144	214 213
Rendimentos diferidos	64 171	56 038
Provisões	91 535	677
	415 913	403 741

29. Empréstimos obrigacionistas

Os empréstimos obrigacionistas apresentam-se como se segue:

	MZN'000	
	2017	2016
Empréstimos Obrigacionistas		-
Moza Banco 2ª emissão		271 500
Empréstimos Obrigacionistas subordinados		
Moza Banco 2013-2023 empréstimo subordinado	750 962	805 282
Moza Banco 2013-2022 empréstimo subordinado	118 557	118 557
	869 519	1 195 339

Moza Banco 2014 - 2ª emissão

Estas obrigações apresentam uma maturidade de três anos e foram emitidas pelo Moza Banco em 6 de Agosto de 2014 com um valor Nominal de 100 Meticais por obrigação. O valor desta emissão foi de 250.000.000, e os juros são pagos numa base semestral a uma taxa fixa anual de 13% para os 2 primeiros cupões (1 ano) e a uma taxa indexada à FPC + 4,25% para os 4 últimos cupões (2º e 3º anos). O capital desta emissão foi integralmente reembolsado de uma só vez na data do pagamento do último cupão.

Moza Banco 2013-2023 - empréstimo subordinado

O empréstimo subordinado apresenta uma maturidade de dez anos, tendo sido emitida pelo Moza Banco em 27 de Dezembro de 2013, com um valor nominal de 100 Meticais cada obrigação. O valor desta emissão foi de 750.000.000 Meticais, e os juros são pagos numa base semestral a uma taxa fixa anual de 14,5%. Não havendo reembolso antecipado por parte do emissor que poderá ocorrer a partir do 5º ano com a aprovação preliminar do Banco de Moçambique, o capital será pago na data da maturidade.

Moza Banco 2013-2022 - empréstimo subordinado

O empréstimo subordinado apresenta uma maturidade de 6 anos, tendo sido emitido pelo Moza Banco em 31 de Março de 2016, com um valor nominal de 100 Meticais cada obrigação. Com um valor nominal total de 118.000.000 Meticais, os juros são pagos numa base mensal a uma taxa fixa anual de 17%. Não havendo reembolso antecipado por parte do emissor que poderá ocorrer a partir do 5º ano com a aprovação preliminar do Banco de Moçambique, o capital será pago na data da maturidade.

A maturidade dos empréstimos obrigacionistas apresenta-se como se segue:

	MZN'000	
	2017	2016
De 3 meses a 1 ano		271 500
De 1 ano a 5 anos	750 962	118 557
Mais de 5 anos	118 557	805 281
	869 519	1 195 338

30. Capital social

A 31 de Dezembro, o Capital Social do Moza Banco encontra-se totalmente subscrito e realizado, apresentando-se como se segue:

	31.12.2017	Número de acções	Valor nominal	Total do capital social	% capital social
Accionista					
Kuhanha - Sociedade Gestora do Fundo de Pensões		468 482	25 000	11 712 050	84,62%
Moçambique Capitais, S.A.		43 435	25 000	1 085 875	7,85%
Novo Banco		41 732	25 000	1 043 300	7,54%
Dr. António Matos		1	25 000	25	0,00%
		553 650		13 841 250	100,00%

	31.12.2016	Número de acções	Valor nominal	Total do capital social	% capital social
Accionista					
Moçambique Capitais, S.A.		43 435	25 000	1 085 875	50,999%
Novo Banco		41 732	25 000	1 043 300	49,000%
Dr. António Matos		1	25 000	25	0,001%
		85 168		2 129 200	100%



Durante o período de 2016, não houve aumento no capital, houve sim uma regularização no valor de 8.000 Mts, valor que tinha sido transferido pelo accionista no final de 2015 e que não foi contemplado nessa altura, tendo sido regularizado durante o exercício de 2016.

Durante o exercício económico de 2017, foram realizados dois aumentos de capital social no valor total de 11.712.050 milhares de Meticaís, representado por 468.482 acções de valor nominal de 25.000 Meticaís cada.

	MZN'000	
	2017	2016
Accções ordinárias		
A 31 de Dezembro de 2016	85 168	2 129 200
Aumento	468 482	11 712 050
A 31 de Dezembro de 2017	553 650	13 841 250

31. Reservas

A reserva legal apresenta-se como se segue:

	MZN'000	
	2017	2016
Reserva legal	61 548	61 548
Reserva de risco de crédito	(9 095)	
	52 453	61 548

Nos termos da legislação moçambicana, o Banco deve alocar anualmente uma reserva legal de pelo menos 15% dos seus lucros líquidos auditados, até que seja igual ao capital social.

32. Instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros é a seguinte:

	MZN'000				
	2017	Ao justo valor através de lucros e prejuízos	Activos financeiros disponíveis para venda	Empréstimos e contas a receber	Total
Activo					
Caixa e disponibilidades em Banco Central		-	-	806 636	806 636
Disponibilidades sobre instituições de crédito		-	-	115 484	115 484
Aplicações em instituições de crédito		-	-	2 359 783	2 359 783
Activos financeiros detidos para negociação		2 487 818	-	-	2 487 818
Activos financeiros disponíveis para venda		-	2 527 884	-	2 527 884
Empréstimos e adiantamentos a clientes		-	-	15 281 038	15 281 038
Outros activos		-	-	42 224	42 224
Total do activo		2 487 818	2 527 884	18 605 165	23 620 867

	MZN'000				
	Passivo	Ao justo valor através de lucros e prejuízos	Outros Passivos Financeiros	Passivos não financeiros	Total
Recursos de instituições de crédito		-	15 480	-	15 480
Depósitos e contas correntes		-	17 960 107	-	17 960 107
Recursos consignados		-	208 251	-	208 250
Outros passivos		-	415 913	-	415 913
Empréstimos obrigacionistas		-	869 519	-	869 519
Total do passivo		-	19 469 269	-	19 469 269

	MZN'000				
	2016	Ao justo valor através de lucros e prejuízos	Activos financeiros disponíveis para venda	Empréstimos e contas a receber	Total
Activo					
Caixa e disponibilidades em Banco Central		-	-	1 043 993	1 043 993
Disponibilidades sobre instituições de crédito		-	-	471 493	471 493
Aplicações em instituições de crédito		-	-	1 029 673	1 029 673
Activos financeiros detidos para negociação		1 231 806	-	-	1 231 806
Activos financeiros disponíveis para venda		-	3 341 270	-	3 341 270
Empréstimos e adiantamentos a clientes		-	-	14 146 038	14 146 038
Outros activos		-	-	86 722	86 722
Activos não correntes detidos para venda		-	-	-	-
Total do activo		1 231 806	3 341 270	16 777 919	21 350 996

	MZN'000				
	Passivo	Ao justo valor através de lucros e prejuízos	Outros Passivos Financeiros	Passivos não financeiros	Total
Recursos de instituições de crédito		-	12 099 936	-	12 099 936
Depósitos e contas correntes		-	16 058 310	-	16 058 310
Pass. Fin de negoc. Out pass fin ao just valor		234 804	-	-	234 804
Recursos consignados		-	439 653	-	439 653
Outros passivos		-	403 741	-	403 741
Empréstimos obrigacionistas		-	1 195 338	-	1 195 338
Total do passivo		234 804	30 196 978	-	30 431 782

32.1. Justo valor dos instrumentos financeiros

ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Trata-se de activos financeiros valorizados através de técnicas de valorização ou modelos de pricing e consistem, fundamentalmente em acções ou obrigações.

Estes activos são valorizados através de modelos que usam quer variáveis observáveis ou não observáveis no mercado. As variáveis não observáveis no mercado incluem pressupostos relativamente ao investimento, ao perfil de risco e aos pressupostos económicos relativamente à indústria e geografia onde o investimento opera.

ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Para os activos financeiros detidos para negociação não cotados, o modelo dos fluxos de caixa descontados é utilizado com vários pressupostos, incluindo expectativas correntes e futuras de perdas de crédito, taxas de juro de mercado, taxas de pré-pagamento, assim como pressupostos relacionados com a liquidez de mercado e *spreads*.

DETERMINAÇÃO DA HIERARQUIA DE JUSTO VALOR DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O Banco utiliza a seguinte hierarquia na determinação e divulgação do justo valor dos instrumentos financeiros por técnica de valorização:

Nível 1: Valores cotados (não ajustáveis) em mercados activos para os activos e passivos identificáveis.

Nível 2: Outras técnicas de valorização para os quais os *Inputs* que apresentem um impacto significativo na determinação do justo valor é efectuado com informação observável, quer directa, quer indirectamente.

O Banco valoriza as obrigações do tesouro de acordo com o valor presente nos activos financeiros disponíveis para venda. As taxas de juro utilizadas para determinar os factores de desconto são variáveis observadas no mercado, designadamente as taxas médias de colocação de Bilhetes de Tesouro e Obrigações do Tesouro as taxas de 23,45% a 30,15% (8 a 21,50% em 2016).



Nível 3: Técnicas que utilizam *Inputs* que apresentam um efeito significativo no justo valor registado com base em variáveis não observáveis no mercado.

O justo valor dos títulos cotados é baseado em cotações de preços na data da Posição Financeira apenas quando existe um mercado activo. Para Títulos do Governo para os quais não existe um mercado activo, o Banco utiliza o modelo de desconto. O justo valor de instrumentos não cotados, empréstimos de bancos e outros passivos financeiros, bem como outros passivos financeiros é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa futuros, utilizando taxas actualmente disponíveis para dívidas em condições semelhantes, o risco de crédito e prazo remanescente.

A tabela seguinte demonstra a análise do justo valor dos instrumentos financeiros de acordo com a hierarquia de justo valor:

	2017	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
MZN'000					
Activos financeiros					
Caixa e disponibilidades em Banco Central	-	-	-	806 636	806 636
Disponibilidades sobre instituições de crédito	-	-	-	115 484	115 484
Aplicações em instituições de crédito	-	-	-	2 359 783	2 359 783
Activos financeiros detidos para negociação	212 262	-	-	2 275 556	2 487 818
Activos financeiros disponíveis para venda	2 230 102	-	297 782	-	2 527 884
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	-	-	15 281 038	15 281 038
Outros activos	-	-	-	42 224	42 224
	2 442 364	297 782	20 880 721	23 620 867	

	2017	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
MZN'000					
Passivos financeiros					
Recursos de instituições de crédito	-	-	-	15 480	15 480
Depósitos e contas correntes	-	-	-	17 960 107	17 960 107
Recursos consignados	-	-	-	208 251	208 251
Empréstimos obrigacionistas	-	-	-	869 519	869 519
Outros passivos	-	-	-	415 913	415 913
	-	-	-	19 469 269	19 469 269

	2016	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
MZN'000					
Activos financeiros					
Caixa e disponibilidades em Banco Central	-	-	-	1 043 993	1 043 993
Disponibilidades sobre instituições de crédito	-	-	-	471 493	471 493
Aplicações em instituições de crédito	-	-	-	1 029 673	1 029 673
Activos financeiros detidos para negociação	178 961	-	-	1 052 845	1 231 806
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	3 341 270	3 341 270
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	-	-	17 146 038	17 146 038
Outros activos	-	-	-	86 722	86 722
	178 961	-	-	24 172 034	24 350 995

	2016	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
MZN'000					
Passivos financeiros					
Recursos de instituições de crédito	-	-	-	12 099 936	12 099 936
Depósitos e contas correntes	-	-	-	16 058 310	16 058 310
Pass fin de negociação e out pass fin ao justo valor	-	-	-	234 804	234 804
Recursos consignados	-	-	-	439 653	439 653
Empréstimos obrigacionistas	-	-	-	1 195 338	1 195 338
Outros passivos	-	-	-	403 741	403 741
	-	-	-	30 431 782	30 431 782

A tabela seguinte demonstra, por classe, a comparação do justo valor com os valores líquidos contabilísticos dos instrumentos financeiros do Banco que não estão mensurados ao justo valor nas demonstrações financeiras:

	2017		2016	
	Valor contabilístico	Justo valor	Quantia Escriturada	Justo valor
Activos financeiros				
Caixa e disponibilidades em Banco Central	806 636	806 636	1 043 993	1 043 993
Disponibilidades sobre instituições de crédito	115 484	115 484	471 493	471 493
Aplicações em instituições de crédito	2 359 783	2 359 783	1 029 673	1 050 267
Activos financeiros detidos para negociação	2 487 818	2 487 818	1 231 806	1 231 806
Activos financeiros disponíveis para venda	2 527 884	2 527 884	3 341 270	3 341 270
Empréstimos e adiantamentos a clientes	15 281 038	14 364 176	17 146 038	16 117 276
Outros activos	833 562	833 562	773 216	773 216
	24 412 205	23 495 342	25 037 489	24 029 320
Passivos financeiros				
Recursos de instituições de crédito	15 480	15 944	12 099 936	12 462 934
Depósitos e contas correntes	17 960 107	18 678 511	16 058 310	16 700 642
Pass fin de negoc e out pass fin ao jus val.	-	-	234 804	246 544
Recursos consignados	208 251	202 003	439 653	426 463
Empréstimos obrigacionistas	869 519	912 995	1 195 338	1 255 105
Outros passivos	415 913	415 925	16 413	16 413
	19 469 269	20 225 379	30 044 454	31 108 101
	4 942 935	3 269 964	(5 006 965)	(7 078 781)

A gestão considera que o Caixa e disponibilidades no Banco Central e disponibilidades em Instituições de crédito se aproximam do justo valor, devido ao curto prazo das maturidades destes instrumentos.

O justo valor dos activos e passivos financeiros encontram-se incluídos no montante à data da sua transacção entre partes interessadas, sem que exista uma exigência de liquidação.

Na determinação da estimativa de justo valor foram utilizados os seguintes métodos e pressupostos:

- O justo valor dos activos financeiros detidos para negociação e activos financeiros detidos para venda são obtidos com base no mercado activo, assim como obtidos através da utilização do valor presente, baseado com variáveis observáveis no mercado, tais como Bilhetes do Tesouro, variando entre 23,45% e 30,15% (23,16% e 28,84% em 2016).
- O Banco apresenta instrumentos financeiros derivados, tais como *Swaps* e *Forwards* cambiais. A técnica aplicada na valorização inclui os preços *Forward*. O modelo incorpora *Inputs* tais como as taxas de juro spot e forward, as *yield curves* das respectivas moedas e os *spreads* entre as curvas de taxa de juro e as curvas de taxa de câmbio *forward*.
- O justo valor dos instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, tais como aplicações em instituições de crédito, empréstimos e adiantamentos a clientes, recursos de instituições de crédito, depósitos e contas correntes e empréstimos obrigacionistas são obtidos através do valor presente.



33. Partes relacionadas

Os saldos com as partes relacionadas apresentam-se como se segue:

		Disponibilidades sobre instituições de crédito	Aplicações em instituições de crédito	Empréstimos e adiantamentos a clientes	Recursos de instituições de crédito	Depósitos e contas correntes	Outros passivos
MZN'000							
Accionistas							
Kuhanha - Sociedade Gestora do Fundo de Pensões	2017					1 780 316	
	2016						
Moçambique Capitais	2017			196,73			
	2016					1 307	
Novo Banco	2017		246 075		11 806		
	2016	109 220	428 814		57 182		5 571
Dr. Almeida Matos	2017					14 183	
	2016						

Os saldos com o pessoal chave de gestão apresentam-se como se segue:

			Empréstimos e adiantamentos a clientes	Depósitos e contas correntes
MZN'000				
Pessoal chave de Gestão				
Administração	2017		99 302	39 151
	2016		53 105	118 670

As transacções com as partes relacionadas apresentam-se como se segue:

		Locações operacionais	Juros suportados	Juros obtidos
MZN'000				
Accionistas				
Moçambique Capitais	2017	7 137	78	31
	2016	12 068	-	-
Novo Banco	2017	-	-	-
	2016	-	3 365	3
Pessoal chave de Gestão				
Administração	2017	-	-	-
	2016	-	7 185	5 191

34. Contingências e compromissos

	2017	2016
MZN'000		
Contingências		
Garantias	2 216 539	2 270 400
Cartas de crédito	845 780	666 100
	3 062 319	2 936 500

Locações operacionais - banco como locatário

O Banco celebrou contratos de locação operacional relativos a agências e instalações onde funciona a sua sede social. Estas locações têm duração média de 8 a 10 anos, com opção de renovar o contrato após o vencimento. Os valores dos contratos são ajustados anualmente para reflectir a inflação do mercado. As rendas mínimas a pagar de operações de locação operacional irrevogáveis eram as seguintes à data de 31 de Dezembro:

	2017	2016
MZN'000		
Locações operacionais - banco como locatário		
Até 1 ano	321 299	249 417
Entre 1 e 5 anos	503 323	478 096
Mais de 5 anos	87 385	361 935
	912 007	1 089 449

35. Pressuposto da continuidade

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017, o Banco registou um prejuízo de 1.459 milhões de Meticalis (2016: prejuízo de 5.268 milhões de Meticalis) o qual resulta, principalmente, do acentuado reforço do valor das imparidades, devido à deterioração da Carteira de Crédito por motivos da conjuntura macroeconómica, bem como o importante contributo positivo que foi dado quer por parte da margem financeira quer das operações financeiras associado a uma adequada e racional gestão de custos.

Na sequência do processo de recapitalização do Banco iniciado em 2016, os accionistas aprovaram em Assembleia Geral Extraordinária, dois aumentos do Capital Social no valor total de 11.712.050.000,00MT (Onze mil setecentos e doze milhões e cinquenta mil Meticalis), os quais foram integralmente realizados pela KUHANHA-Sociedade Gestora do Fundo de Pensões do Banco de Moçambique, a qual, enquanto accionista maioritário, passou a deter 84,62% do Capital Social.

Com a realização dos aumentos de capital acima mencionados o Banco passou a ser a Instituição com maior Capital Social a operar no mercado financeiro Moçambicano o que lhe permitiu fixar o seu rácio de adequação de capital em 23,46%, em 31 de Dezembro de 2017(2016: 98,88% negativos). De referir que o valor mínimo do rácio de adequação de capital que é exigido pelo Banco de Central é de 9%.

Em 28 de Julho de 2017 a Assembleia Geral Extraordinária aprovou um plano estratégico para os próximos 5 anos (2017 - 2021) o qual assenta, essencialmente, em duas premissas fundamentais que têm por objectivo recuperar e consolidar o Banco no espaço e mercado financeiro Moçambicano e que são as seguintes:

- **Período de ajustamento (2017 e 2018)** - A curto prazo, o Banco prevê o ajustamento da sua estrutura orgânica optimizando e consolidando processos e tecnologias aplicacionais visando a racionalização de custos operacionais e de investimento;
- **Período de Crescimento (2019 - 2021)** - Neste período, o Banco prevê a criação de retorno para o accionista como resultado das medidas tomadas no período de ajustamento e agregadas de criação de novas linhas de Negócio e a potenciação de Relação com o cliente.

Como consequência destas medidas, verificou-se um acentuado crescimento da actividade do Banco e um incremento da confiança dos *stakeholders* que tem levado a um gradual fortalecimento da situação financeira do Banco assim como ao cumprimento das directivas estratégicas que foram definidas para o mesmo, o que permite encarar o futuro com excelentes perspectivas de consolidação do espaço do Banco no mercado financeiro Moçambicano.

Por conseguinte, as demonstrações financeiras apresentadas foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.

36. Acontecimentos após a data do Balanço

A 27 de Fevereiro de 2018, a Kuhanha, accionista maioritário do Banco, comunicou a assinatura de um Memorando de entendimento com a Arise Fund para a entrada desta entidade como accionista minoritário na estrutura accionista do Moza Banco, S.A. Ainda no âmbito deste memorando, é objectivo das partes promover um crescimento sustentado e consolidar a posição do Moza no sector bancário em Moçambique.





14.

Relatório
dos Auditores
Independentes
e Parecer
do Conselho
Fiscal



Relatório dos Auditores Independentes para a Administração do Moza Banco S.A

OPINIÃO

Auditámos as demonstrações financeiras do Moza Banco, S.A (“o Banco”), constantes das páginas 6 a 78, que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de Dezembro de 2017, e a demonstração de resultados, a demonstração do resultado integral, a demonstração de alterações no capital próprio e a demonstração de fluxos de caixa do ano findo naquela data, e notas às demonstrações financeiras, que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, estas demonstrações financeiras apresentam, de forma apropriada, em todos aspectos materiais, a posição financeira do Moza Banco S.A., em 31 de Dezembro de 2017, e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa do exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

BASE DE OPINIÃO

Realizamos a nossa auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras do nosso relatório. Somos independentes do Banco de acordo com o Código de Ética para Revisores Oficiais de Contas do IESBA e também de acordo com outros requisitos de independência aplicáveis à realização da nossa auditoria às demonstrações financeiras em Moçambique. Cumprimos também com outros requisitos éticos de acordo com o Código de Ética do IESBA. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e adequada para fornecer uma base razoável para a emissão da nossa opinião de auditoria.

MATÉRIAS RELEVANTES DE AUDITORIA

As matérias relevantes de auditoria são aquelas matérias que, em nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na nossa auditoria das demonstrações financeiras do período corrente. Essas matérias foram abordadas no âmbito da nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

PRESSUPOSTO DA CONTINUIDADE

Consulte a nota 35 das demonstrações financeiras

Matéria Relevante de Auditoria	Como foi abordada a matéria na nossa auditoria
<p>Como indicado na nota 35, durante o ano findo em 31 de Dezembro de 2017, o Banco registou prejuízos de 1 458 mil milhões de Meticais (31 de Dezembro de 2016: 5 268 mil milhões de Meticais). O Banco não gerou rendimentos suficientes para cobrirem os custos operacionais.</p> <p>O Banco tem um plano de negócio que indica que irá retornar a uma situação de lucro no exercício de 2019. Na eventualidade do Banco apresentar uma situação de prejuízos, os accionistas poderão, caso venha a ser demonstrada a sua necessidade, vir a suportar as consequentes necessidades de reforço de capital.</p> <p>Devido a importância dada pela administração em assegurar que o Banco opera de acordo com o pressuposto da continuidade e o tempo despendido pela auditoria na revisão da avaliação da administração relativamente a capacidade do Banco continuar a operar de acordo com o pressuposto da continuidade, consideramos a continuidade como uma matéria relevante de auditoria.</p>	<p>Os nossos procedimentos de auditoria nesta área incluem entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Rever as actas das reuniões do Conselho de Administração durante o ano para assegurar que as decisões foram devidamente reflectidas nas demonstrações financeiras. • Rever se o plano de negócio actual definido pela Administração irá restabelecer a capacidade do Banco continuar a operar sobre o pressuposto da continuidade, inclusive avaliar se o suporte por parte dos accionistas é viável. • Rever e analisar as projecções dos fluxos de caixa futuros e questionar a razoabilidade dos pressupostos usados nas projecções comparando os dados das projecções com os dados actuais e históricos do mercado, com a informação pública acerca das projecções económicas futuras e com o nosso conhecimento do sector bancário em Moçambique • Avaliar se as demonstrações financeiras contêm divulgações adequadas acerca do uso da base contabilística de continuidade nas circunstâncias do Banco por parte da Administração.



IMPARIDADE DE EMPRÉSTIMOS E ADIANTAMENTOS A CLIENTES Consulte as notas 1.3, 1.4 e 17 das demonstrações financeiras	
Matéria Relevante de Auditoria	Como foi abordada a matéria na nossa auditoria
<p>A actividade principal do Banco é fornecer empréstimos e adiantamentos a clientes. Os empréstimos e adiantamentos a clientes apresentam um saldo de 15.3 mil milhões de Meticals em 31 de Dezembro de 2017 (31 de Dezembro de 2016: 17.1 mil milhões de Meticals), representando 58% (31 de Dezembro de 2016: 62%) do total dos activos do Banco.</p> <p>O risco de crédito, respeitante a estes empréstimos e adiantamentos a clientes, é o maior que o Banco enfrentou durante o exercício. Devido à desaceleração da economia associada à suspensão do suporte por parte dos doadores para o orçamento do estado e a redução das despesas do governo, houve um aumento de empresas que faliram e o poder de compra das pessoas foi reduzido devido ao aumento da inflação. A possibilidade dos clientes fazer face ao serviço da dívida foi fortemente afectada devido às elevadas taxas de juro que se registaram na economia.</p> <p>Ao estimar a imparidade dos empréstimos e adiantamentos a clientes, a nível individual e colectivo, a gestão faz julgamentos complexos e subjectivos sobre a tempestividade o momento e a dimensão da imparidade a ser reconhecida. A carteira de empréstimos vencidos aumentou em 52% ao longo do ano de 2017, tendo a provisão para imparidade aumentado em 49% devido à deterioração da carteira de crédito.</p> <p>Devido a importância dos empréstimos e adiantamentos a clientes nas demonstrações financeiras, a significância dos julgamentos feitos pelos Administradores na estimativa da imparidade, a imparidade de empréstimos e adiantamentos a clientes foi considerada matéria relevante de auditoria</p>	<p>Os nossos procedimentos nesta área incluem entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Avaliar e testar o desenho e eficácia operacional dos controlos relativamente aos cálculos de imparidade; • Para imparidade individual: • Desafiar os pressupostos utilizados na determinação dos fluxos de caixa futuros referentes aos empréstimos e adiantamentos a clientes através de comparações com evidências externas, quando disponíveis; • Recalcular a imparidade individual para uma amostra de empréstimos e adiantamento a clientes, tendo por base critérios de risco elevado e comparar com a imparidade registada pelo Banco. • Para imparidade colectiva calculada com base em modelos: • Obter um entendimento dos modelos utilizados para o cálculo da imparidade, comparando com os requisitos da IAS 39 e concluir se estes requisitos estão em conformidade com as NIRF's. • Numa base de amostragem, recalculamos a imparidade e comparar os nossos resultados com a imparidade reconhecida pelo Banco; • Avaliar a razoabilidade dos resultados do modelo com base no nosso conhecimento sobre a indústria. • Avaliar se as demonstrações financeiras contêm divulgações adequadas sobre a imparidade de empréstimos e adiantamentos a clientes de acordo com os requisitos das NIRF's.

OUTRA INFORMAÇÃO

Os administradores são responsáveis pela outra informação. A outra informação compreende o relatório dos Administradores e a declaração de responsabilidade dos Administradores como exigido pelo Código Comercial de Moçambique. A outra informação não inclui as demonstrações financeiras e o nosso relatório de auditoria sobre as mesmas.

A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange a outra informação e não expressamos uma opinião de auditoria ou qualquer outra forma de garantia sobre a mesma.

Em conexão à nossa auditoria das demonstrações financeiras, a nossa responsabilidade é de ler a outra informação e, ao fazê-lo, considerar se a outra informação é materialmente inconsistente com as demonstrações financeiras ou nosso conhecimento obtido na auditoria, ou se de outra forma parece conter distorções materiais. Se, com base no trabalho que realizamos em outra informação obtida antes da data do presente relatório do auditor, concluirmos que existe uma distorção material nessa outra informação, somos obrigados a reportar esse facto. Não temos nada a reportar a este respeito.

RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO EM RELAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os administradores são responsáveis pela preparação e apresentação apropriada das demonstrações financeiras de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, e pelo controlo interno que os Administradores determinem ser necessário para permitir a preparação de demonstrações financeiras que estão livres de distorção material devido a fraude ou erro.

Na preparação das demonstrações financeiras, os administradores são responsáveis por avaliar a capacidade do Banco se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias relativas a continuidade e usando o pressuposto da continuidade a menos que os administradores tenham a intenção de liquidar o Banco e cessar as operações, ou não tenham alternativa realista senão fazê-lo.

RESPONSABILIDADES DOS AUDITORES PARA A AUDITORIA ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os nossos objetivos são obter uma segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão livres de distorções materiais, devido a fraude ou erro, e emitir um relatório de auditoria que inclua a nossa opinião. Segurança razoável é um nível alto de garantia, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detecte sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem resultar de fraude ou erro e são consideradas materiais se, individualmente ou no agregado, puderem influenciar razoavelmente as decisões económicas dos utilizadores de acordo com as demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, exercemos o julgamento profissional e mantemos o ceticismo profissional durante a auditoria e igualmente:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorções materiais das demonstrações financeiras, devido a fraude ou erro, desenhamos e efectuamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos e obtemos evidência de auditoria que seja suficiente e apropriada para fundamentar a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material resultante de fraude é maior do que para uma resultante de erro, uma vez que a fraude pode envolver colusão, falsificação, omissões intencionais, declarações falsas ou a derrogação do controlo interno;
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria, a fim de desenhar procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressamos uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Banco;
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas utilizadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e divulgações relacionadas feitas pelos administradores;



- Concluimos sobre a adequação do uso por parte dos administradores do pressuposto da continuidade e com base na evidência de auditoria obtida, se existe uma incerteza material relacionada a eventos ou condições que possam suscitar uma dúvida significativa sobre a capacidade do Banco continuar a operar de acordo com o pressuposto da continuidade. Se concluirmos que existe uma incerteza material, somos obrigados a chamar a atenção, no relatório do auditor, para as divulgações relacionadas nas demonstrações financeiras ou, caso tais divulgações sejam inadequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões baseiam-se na evidência de auditoria obtida até à data do nosso relatório de auditoria. No entanto, eventos ou condições futuras podem fazer com que o Banco deixe de operar segundo o pressuposto da continuidade;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se as demonstrações financeiras reflectem as transacções e eventos subjacentes de forma a obter uma apresentação justa.
- Comunicamos com os administradores sobre, entre outros assuntos, o âmbito planeado e o momento da auditoria e as constatações de auditoria relevantes, incluindo quaisquer deficiências significativas no controlo interno que identificamos durante a auditoria.

Fornecemos igualmente aos administradores uma declaração de que cumprimos os requisitos éticos relevantes em relação à independência e reportamos todos os relacionamentos e outras questões que possam razoavelmente influenciar a nossa independência e, quando aplicável, salvaguardas relacionadas.

Das Matérias reportadas aos administradores, determinamos as matérias que foram mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente e são, portanto, as principais matérias de auditoria. Descrevemos essas matérias no relatório dos auditores, a menos que uma lei ou regulamento impeça a divulgação pública sobre as matérias ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que uma matéria não deve ser reportada no nosso relatório considerando que as consequências adversas de fazê-lo seriam esperadas para compensar os benefícios de interesse público dessa comunicação.

KPMG, Sociedade de Auditores Certificados

Representada por:



Abel Jone Guaiaguaia, OCAM nº 04/CA/OCAM/2012

23 de Março de 2018

Maputo

Relatório e parecer do Conselho Fiscal relativos ao exercício de 2017

EXMOS. SENHORES ACCIONISTAS, DO MOZA BANCO, SARL

Nos termos da legislação em vigor apresentamos o relatório do Conselho Fiscal, bem como o parecer sobre o relatório de gestão, as contas e proposta de aplicação de resultados que o Conselho de Administração do Moza Banco apresentou relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2017.

O Conselho Fiscal enquanto órgão de fiscalização, acompanhou a evolução da actividade do Banco através da apreciação das demonstrações financeiras trimestrais e respectivas informações de gestão.

O Conselho Fiscal tomou conhecimento do Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações financeiras do exercício 2017, emitido sem qualificação, em 22 de Março de 2018, com o qual concordamos, entretanto, chamamos atenção à nota 35 das demonstrações financeiras que aborda os pressupostos da continuidade das operações do Banco assumidos pelos Accionistas.

Como resultado da actividade fiscalizadora do Conselho Fiscal, foi votado favoravelmente que a Assembleia Geral Anual do Moza Banco, SA aprove, com referência a 31 de Dezembro de 2017:

- As demonstrações financeiras apresentadas pelo Conselho de Administração e demais documentos de prestação de contas exigidos por lei ou regulamento, que foram do conhecimento prévio do Conselho Fiscal, e que estão em conformidade com a lei e satisfazem as disposições estatutárias, bem como as normas emanadas pelo Banco de Moçambique. Estas demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as Normas de relato financeiro aplicáveis relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro 2017, e reflectem uma imagem verdadeira e apropriada do activo e passivo, da situação financeira e dos resultados do Moza Banco.
- O relatório de gestão emitido pelo Conselho de Administração, o qual, em nosso entender, esclarece sobre os principais aspectos da actividade do Banco no exercício de 2017.
- A proposta apresentada pelo Conselho de Administração relativa à aplicação do resultado líquido do exercício de 2017, no montante de (1 458 838) milhares de meticais.

Finalmente, o Conselho Fiscal anota e agradece a excelente colaboração recebida no desempenho das suas funções por parte do Conselho de Administração do Banco, da Secretária Geral da Sociedade e dos Serviços com os quais teve a oportunidade de contactar, bem como reconhecer os esforços empreendidos pelo Conselho de Administração para redução dos resultados negativos, comparativamente ao do exercício de 2016.

Maputo, 23 de Março de 2018



Venâncio M. Chirime



Sarel A. Nhabinde



Maria de Jesus Langa



Maria Lúcia Zacaria



MOZA

www.mozabanco.co.mz